

Relatório de Gestão 2020



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Luciano Cesar Casaroti
Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Luciano Cesar Casaroti
Marco Antonio Alves Bezerra
José Demóstenes de Abreu
João Rodrigues Filho
Moacir Camargo de Oliveira

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Marco Antonio Alves Bezerra
Corregedor-Geral
José Maria da Silva Júnior
Corregedor-Geral Substituto
Benedicto de Oliveira Guedes Neto
Promotor-Corregedor
Edson Azambuja
Promotor-Corregedor

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Luciano Cesar Casaroti

Presidente

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

Secretária

Ricardo Vicente da Silva

Secretário Substituto

Leila da Costa Vilela Magalhães

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Marco Antonio Alves Bezerra

José Maria da Silva Júnior

Jacqueline Borges Silva Tomaz

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Moacir Camargo de Oliveira

Maria Cotinha Bezerra Pereira

OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Leila da Costa Vilela Magalhães

Ouvidora

ELABORAÇÃO

Ediney Vaz Parente

Ivana Labre

João da Silva Macedo

João Ricardo da Silva Araújo

Luciele Ferreira Marchezan

Marcos Conceição da Silva

Raquel da Costa Pires Saraiva

RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES

Servidores das Unidades do Ministério Público do Tocantins mencionadas no texto.

REVISÃO

Luciana Carla da Hora Duailibe

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

T631r	<p>Tocantins. Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão</p> <p>Relatório de Gestão – 2020 / Ministério Público Estadual. Departamento de Planejamento e Gestão. – Palmas: MPTO, 2020.</p> <p>278 p.:il.</p> <p>1. Ministério Público – Tocantins – Relatório – 2020/ 2. Planejamento. I. Título.</p> <p>CDD – 341.3852 CDU – 336.126.5</p>
-------	---

Catálogo na fonte: Biblioteca do Ministério Público do Tocantins

APRESENTAÇÃO

Amparados pelas atribuições institucionais consagradas na Lei Complementar nº 51/2008 (Lei Orgânica do MPTO), apresentamos o Relatório de Gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins, exercício 2020, referente à execução dos programas de trabalho, indicadores de gestão, medidas, projetos implementados e outras considerações, externando o desempenho organizacional, bem como a gestão orçamentária e financeira da Instituição, conforme determina a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins nº 006/2003.

Nesta oportunidade, aproveitamos para a apresentação do modelo de gestão que se pretende implementar nesta Gestão 2020/2022, o qual se mostra alinhado ao Planejamento Estratégico da Instituição 2020-2029, às diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda, aos anseios dos Integrantes do Ministério Público e com garantia de respeito ao Cidadão e ao Recurso Público.

Por fim, colocamos ênfase no atendimento aos desígnios dos órgãos de controle para o aprimoramento da Gestão do MPTO e sua aproximação com as demais instituições de fiscalização das políticas públicas, tendo sempre como foco a busca pela Excelência na Gestão.

Luciano Cesar Casaroti

Procurador-Geral de Justiça

SUMÁRIO

1. Identidade Organizacional.....	9
1.1 Identificação.....	9
1.2 Competências.....	9
1.3 Atribuições.....	10
1.4 Organização.....	11
2. Construção do Planejamento Estratégico 2020-2029.....	15
2.1 Metodologia e Etapas.....	15
2.2 Construção Participativa e Compromisso da Alta Administração.....	17
2.3 Produtos Construídos.....	18
2.4 Formalização do Planejamento Estratégico.....	21
2.5 Dificuldades/Potenciais Mapeados.....	22
2.6 Perspectivas do Exercício 2021.....	23
2.7 Desempenho dos indicadores.....	24
3. Avaliação das metas do Plano Plurianual e comentários sobre a execução da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2020).....	29
3.1 A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL E O ORÇAMENTO APROVADO DE 2020.....	29
3.1.1 Receita Estimada x Realizada.....	31
3.1.2 Despesa Autorizada x Empenhada.....	32
3.1.3 Alterações da Despesa Aprovada.....	33
3.2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1170 – MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA JUSTIÇA.....	34
3.2.1 AÇÃO 1082 - REALIZAÇÃO DE ADEQUAÇÕES FÍSICAS E MOBILIÁRIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	37
3.2.2 AÇÃO 1088 - RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	39
3.2.4 AÇÃO 1037 - ESTRUTURAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AS UNIDADES DO MPTO.....	42
3.2.5 AÇÃO 2339 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL.....	43
3.3 EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1173 - JUSTIÇA.....	44
3.3.1 AÇÃO 2099 – GESTÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	47
3.3.2 AÇÃO 2100 – PROMOÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	48
3.3.3 AÇÃO 2101 – GESTÃO DAS AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, CONTRAINTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL.....	49

3.3.4 AÇÃO 2147 – GESTÃO DAS AÇÕES DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	51
3.3.5 AÇÃO 2149 – GESTÃO DAS AÇÕES PARA DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIAL.....	52
3.3.6 AÇÃO 2148 – GESTÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	54
3.4 EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO: 1144 – MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	55
3.4.1 AÇÃO 2289 – MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	56
3.4.2 AÇÃO 2285 – MANUTENÇÃO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	58
3.4.3 AÇÃO 2284 – MANUTENÇÃO DE AUXÍLIOS E OUTROS DIREITOS A MEMBROS E SERVIDORES DO MPTO.....	59
3.4.4 AÇÃO 2210 – COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS.....	60
3.4.5 AÇÃO 2310 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE.....	63
3.4.6 AÇÃO 2294 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA.....	65
4. Informações sobre Monitoramento de Projetos Estratégicos.....	67
5. Atividades das Estruturas Organizacionais.....	81
5.1 Estruturas da Administração Superior.....	81
5.1.1 Procuradoria-Geral de Justiça (Institucional).....	81
5.1.2 Colégio de Procuradores de Justiça.....	81
5.1.3 Conselho Superior do Ministério Público.....	83
5.1.4 Corregedoria-Geral do Ministério Público.....	85
5.1.5 Ouvidoria do Ministério Público.....	91
5.2 Estruturas de Apoio Direto aos Órgãos de Execução.....	97
5.2.1 Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid).....	97
5.2.2 Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma).....	110
5.2.3 Centro de Apoio Operacional do Saúde (CaoSAÚDE).....	120
5.2.4 Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal.....	125
5.2.5 Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS).....	127
5.3 Estruturas e Assessorias das demais Macrorrotinas.....	132
5.3.1 Assessoria de Comunicação.....	132
5.3.2 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).....	141
5.3.3 Cartório de Distribuição.....	159
5.4 Estruturas de Apoio Indireto.....	161
5.4.1 Apresentação da Procuradoria-Geral de Justiça (Administrativo).....	161

<i>5.4.2 Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia.....</i>	<i>162</i>
<i>5.4.3 Departamento de Licitações.....</i>	<i>166</i>
<i>5.4.4 Departamento de Planejamento e Gestão.....</i>	<i>180</i>
<i>5.4.5 Departamento de Finanças e Contabilidade.....</i>	<i>229</i>
<i>5.4.6 Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.....</i>	<i>230</i>
<i>5.4.7 Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação.....</i>	<i>242</i>
<i>5.4.8 Departamento Administrativo.....</i>	<i>256</i>

1. Identidade Organizacional

1.1 Identificação

Quadro 1.1 – Identificação do Órgão Orçamentário

Nome completo da unidade e sigla	Procurador-Geral de Justiça / PGJ
Natureza jurídica	Administração Direta
Normativas de criação e data de publicação no Diário Oficial do Estado:	Lei nº 51, de 2 de janeiro de 2008 Publicado no Diário Oficial nº 2.562
CNPJ	01.786.078/0001-46
Código da Unidade Gestora	070100
Endereço completo da sede	202 Norte, Conj. 03 Av. Teotônio Segurado c/ Av. LO 04 – Cep 77.020-494
Endereço da página institucional na internet	www.mpto.mp.br
Função de governo predominante	Essencial à Justiça
Tipo de atividade	Defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis

Fonte: Assessoria de Comunicação

1.2 Competências

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e

individuais indisponíveis (artigo 127, CF), o que é reafirmado pela Constituição Estadual em seu artigo 49.

Em 02 de janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, além de instituir a Lei Orgânica do MPTO, definiu outras providências, revogando a LC nº 12/96.

O artigo 60, da LC nº 51/2008, instituiu como funções institucionais do MPTO:

- a) promover, privativamente, a ação penal pública;
- b) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;
- c) promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- d) promover a ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual;
- e) expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los;
- f) exercer o controle externo da atividade policial;
- g) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;
- h) exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedadas a representação e a consultoria jurídica de entidades públicas;
- i) defender, judicialmente, os direitos e interesses das populações indígenas.

1.3 Atribuições

A função desempenhada pelos Membros do MPTO restou devidamente estabelecida pela LC 51/08 nos seguintes termos:

“Os Procuradores de Justiça terão suas atribuições junto aos Tribunais, além de outras estabelecidas pelo Colégio dos Procuradores de Justiça” (art. 76);

“Os Promotores de Justiça e os Promotores de Justiça Substitutos exercerão suas atribuições junto ao órgão jurisdicional de primeira instância, e outras fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça” (art. 77).

1.4 Organização

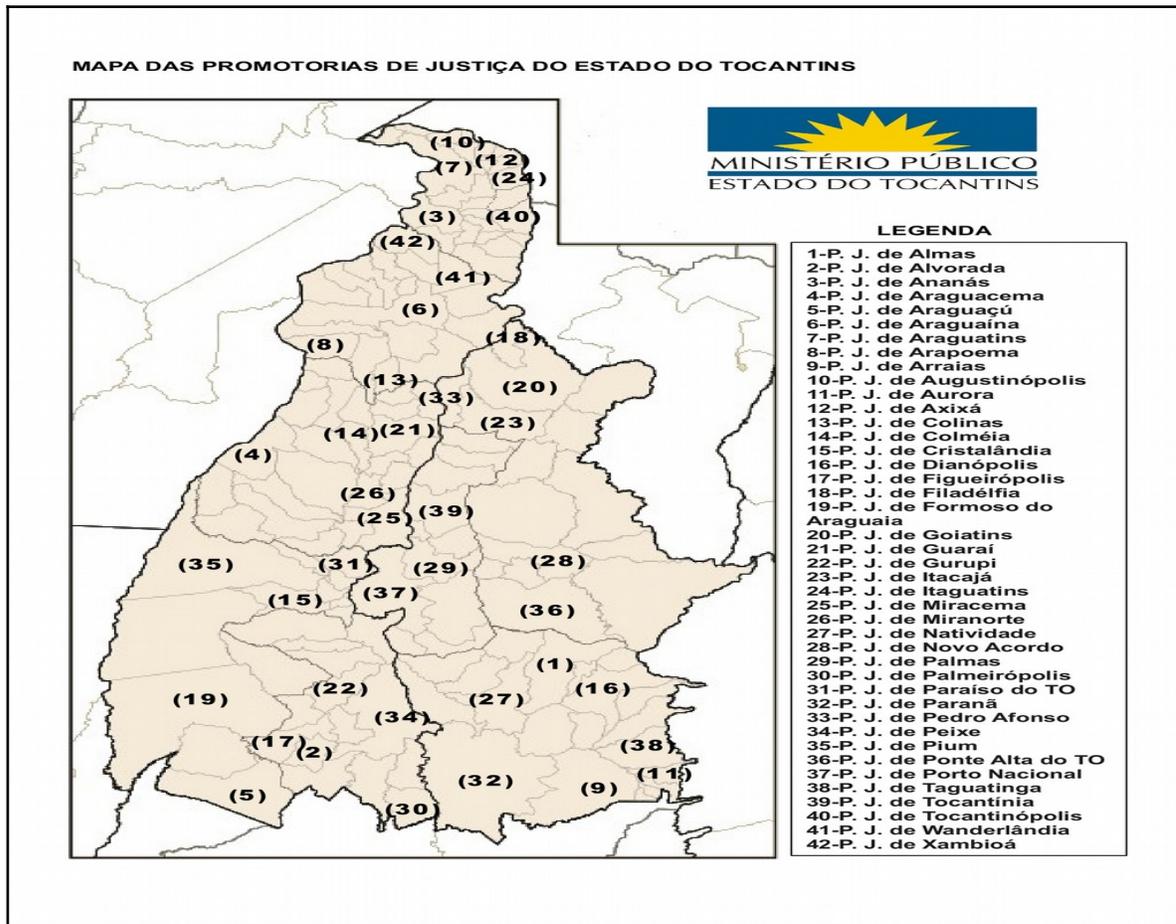
A Procuradoria-Geral de Justiça está sediada na Avenida Teotônio Segurado, em Palmas-TO, local onde também estão localizadas as instalações dos demais Órgãos da Administração Superior, da Ouvidoria do Ministério Público, das Procuradorias de Justiça e dos Órgãos Auxiliares, responsáveis pela manutenção da infraestrutura existente, bem como pela prestação dos serviços de apoio aos membros.

Os Órgãos da Administração Superior são estruturas organizacionais que atuam diretamente para regulação dos demais componentes da Instituição. Eles são o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria-Geral do Ministério Público e a Procuradoria-Geral de Justiça.

As Procuradorias de Justiça atuam em segundo grau, isto é, oficiam nos processos de competência originária dos tribunais, cíveis ou penais, naqueles que se encontram na corte em grau de recurso e nos quais haja interesse público a justificar a intervenção do órgão, participando das sessões de julgamento. O MPTO conta com doze Procuradorias de Justiça.

Por sua vez, as Promotorias de Justiça estão localizadas em comarcas de primeira, segunda e terceira entrâncias, dependendo da movimentação e do volume de processos. Nas comarcas de segunda e terceira entrâncias, as promotorias de Justiça podem se encontrar especializadas por ramo ou assunto do Direito.

A disposição da organização administrativa e das vinculações hierárquicas

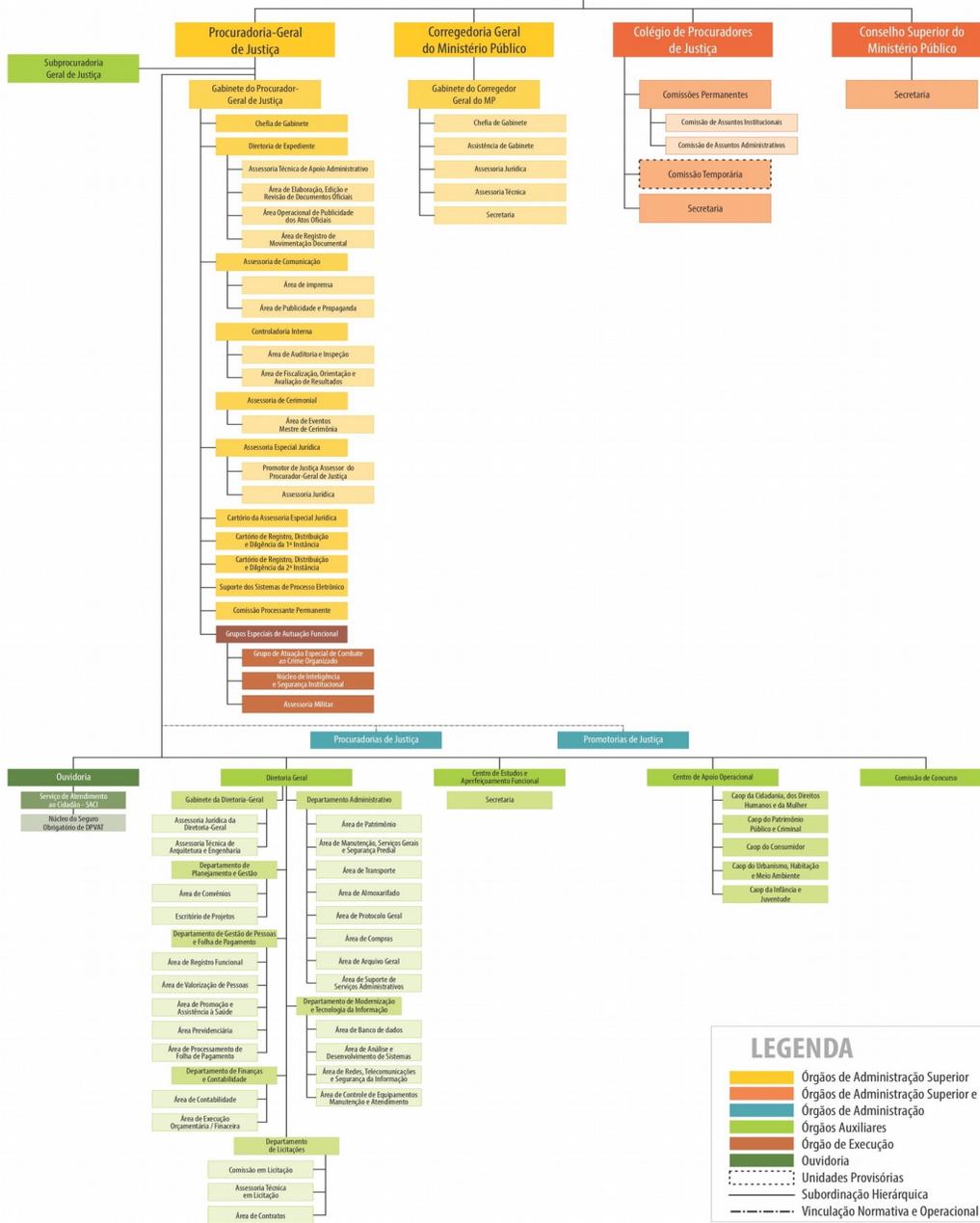


do MPTO foram normatizadas pela Resolução CPJ nº 008/2015, que aprovou o organograma da instituição (disponível para download, em seu Portal da Transparência).



ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO TOCANTINS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS



2. Construção do Planejamento Estratégico 2020-2029

2.1 Metodologia e Etapas

Utiliza-se uma estratégia que mescla a teoria já consagrada de desenvolvimento de planos estratégicos, desenvolvida com foco no setor privado, e uma adaptação para que seja considerada a realidade do Ministério Público, uma instituição pura de serviços, no ramo do setor público, os quais são intensivos em “Conhecimento”.

Nesse sentido, o Planejamento Estratégico 2020-2029 foi concebido com as seguintes etapas:

I - Fase de Planejamento do Trabalho

Etapa 01 - Consolidação de dados históricos, análise de cenários e entrevistas

1.1. Realização de entrevistas com a alta administração para coleta de dados basilares

1.2. Elaboração de peça informativa sobre os dados socioeconômicos, culturais e relativos a temas mundiais que impactam a estratégia institucional

1.3. Definição de dados prospectivos para os anos que a estratégia estará vigente

1.3.1. Prospecção de dados socioeconômicos do IBGE

1.4. Consolidação de dados para formar a base de discussão estratégica e inclusão dos dados do plano de melhoria de gestão e do diagnóstico de melhoria de gestão

Etapa 02 – Evento de formulação da estratégia com os membros do Colégio de Procuradores

2.1. Missão

2.2. Cadeia de Valor

2.3. Visão de Futuro

2.4. Formulação de hipóteses estratégicas para a atuação do MPTO, dividindo a estratégia nos seguintes aspectos: Atuação Cível, Atuação Custos Iuris e Atuação Criminal.

Etapa 03 – Alinhamento Estratégico e Formulação de Objetivos

3.1. Fórum de Planejamento Estratégico com os Membros

3.1.1. Apresentação da Estratégia e dados preliminares

3.1.2. Elaboração de Análise de Cenários (Matriz SWOT)

3.1.3. Propostas Tradução da Estratégia em Termos Operacionais, através de Objetivos Estratégicos e Iniciativas

3.2. Workshop de Planejamento Estratégico com os Servidores

3.1.1. Apresentação da Estratégia e dados preliminares

3.1.2. Elaboração de Análise de Cenários (Matriz SWOT)

3.1.3. Propostas Tradução da Estratégia em Termos Operacionais, através de Objetivos Estratégicos e Iniciativas

3.3. Tradução da Estratégia em Termos Operacionais

3.3.1. Consolidação do Trabalho e Reunião Preliminar com o Colégio de Procuradores de Justiça

3.3.2. Aprovação formal dos Objetivos Estratégicos no Colégio de Procuradores de Justiça

Etapa 04 – Formalização da nova Estratégia Institucional

4.1. Elaboração de Proposta de Resolução

4.2. Elaboração de Propostas de Figuras para a Cadeia de Valor e o Mapa Estratégico

4.3. Deliberação da CPGE sobre as propostas

4.4. Deliberação do Colégio de Procuradores de Justiça e publicação da Resolução

Etapa 05 – Das Ferramentas do Planejamento Estratégico

5.1. Indicadores

5.2. Metas

5.3. Plano Tático

5.4. Planos Operacionais

5.5. Regras de Governança, Controle e Aperfeiçoamento

II – Fase de Gerenciamento, Comunicação, Monitoramento e Controle da Estratégia

Esta etapa envolve a gestão e o cumprimento das regras estabelecidas nos instrumentos do Planejamento Estratégico, com constante governo, verificação e aprendizado.

III – Fase de Aprendizado

Compreende todo o processo de estudo e aprendizado, inovando sempre que necessário para galgar, cada vez mais, patamares de excelência e reconhecimento para o MPTO.

2.2 Construção Participativa e Compromisso da Alta Administração

O amplo processo participativo dividiu responsabilidades na elaboração do Planejamento Estratégico entre a Alta Administração, Membros e Servidores.

Num primeiro momento, com vistas ao estabelecimento de base conceitual para se trabalhar a estratégia, foram feitas entrevistas com os 12 Procuradores de Justiça ativos e com 01 inativo, a fim de conhecer os principais pontos a serem trabalhados na Instituição e o histórico de ações que nos trouxeram até o presente.

O segundo momento também envolveu a Alta Administração e consistiu na reunião com os 12 Procuradores de Justiça em um ambiente externo do trabalho, para que pudessem pensar livremente nos resultados das entrevistas e da coleta de dados

preliminar, buscando traçar uma estratégia macro e estratégias específicas para três aspectos da atuação do MPTO.

Após elaborada a estratégia macro e as estratégias da atuação, foi realizado o I Fórum de Planejamento Estratégico do MPTO, que contou com a participação de 73 membros da instituição, para o trabalho de traduzir a estratégia em termos operacionais, ou seja, trazer os conceitos dos elementos definidos pela Alta Administração para a prática do dia a dia das Promotorias de Justiça. O próximo passo do projeto foi a realização do Workshop de Planejamento Estratégico com 80 servidores das áreas meio e fim, também para detalhamento da estratégia em termos operacionais, no entanto, voltado ao auxílio da área-fim.

Todo esse trabalho envolveu de forma direta cerca de 81% dos membros da Área Fim e da Alta Administração, 100% dos Chefes e Encarregados da Área Meio e, por meio de seleção estatística, 100% das Macrorrotinas de Trabalho do MPTO.

Ainda na fase do desenvolvimento de atributos do Planejamento Estratégico, foram canceladas, em função da Covid, as Audiências Públicas para diagnosticar os ditames da sociedade em relação ao MPTO, tendo sido realizada Consulta Pública Virtual que contou com participação de 142 cidadãos.

2.3 Produtos Construídos

Até o dezembro de 2020, foram construídos, aprovados e publicados os seguintes elementos da Estratégia com sua respectiva descrição:

Missão:

“Defender, com qualidade e eficiência, os direitos fundamentais, a democracia, a ordem jurídica e os interesses da sociedade.”

Cadeia de Valor:

I – Macrorrotinas de Trabalho Principal:

- a) Atuação Judicial;**
- b) Atuação Extrajudicial;**

c) **Atuação Residual.**

II – Macrorrotinas de Trabalho de Gestão:

a) **Representação Institucional (PGJ)**

b) **Gestão de Política Institucional;**

c) **Gestão Regulatória;**

d) **Gestão Correcional;**

e) **Gestão de Ouvidoria e Transparência.**

III – Macrorrotinas de Trabalho de Apoio

a) **Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil;**

b) **Gestão de Pessoas;**

c) **Gestão do Conhecimento;**

d) **Gestão Administrativa, Infraestrutural e Logística;**

e) **Gestão da Informação e suas Tecnologias;**

f) **Gestão da Comunicação e Marketing Institucional;**

g) **Gestão de Inteligência e Segurança Institucional;**

h) **Apoio Técnico-Operacional aos Órgãos de Execução;**

i) **Apoio Jurídico aos Órgãos de Execução.**

Visão de Futuro:

Ser uma instituição acessível, resolutiva, guardiã dos valores da justiça social, priorizando o combate à criminalidade e à corrupção.

Estratégia Institucional:

Estabelecer, consolidar e fortalecer as estratégias institucionais de resolutividade, celeridade, integração, proximidade com o cidadão, autocomposição, especialização da atuação, intransigência no combate ao crime e à corrupção, na defesa dos direitos fundamentais, da democracia, da ordem jurídica e dos interesses da sociedade.

Perspectivas Estratégicas:

I – Contribuições do MPTO ao Tocantins: Constitui uma fração do Mapa Estratégico, na qual se encontram as metas para o período 2020-2029, revelando, de plano, o compromisso de tratar adequadamente os principais problemas e conflitos sociais do Estado e promover o alinhamento das Instituições para transmitir segurança no Sistema de Justiça;

II – Atuação Ministerial (Execução): Contempla as Rotinas de Trabalho (atuação judicial e/ou extrajudicial) dos Procuradores e Promotores de Justiça, sendo realizadas e desenvolvidas para a obtenção dos resultados almejados na perspectiva que se refere às “Contribuições do MPTO ao Tocantins”;

III – Apoio e Gestão (Administração): Compreende todo o suporte à atuação ministerial através das rotinas de trabalho por meio do apoio técnico e jurídico, gestão, planejamento, regulação, controle e correição, além das atividades de ouvidoria, comunicação e transparência. Os objetivos dessa perspectiva são garantir o suporte para atender aos fins institucionais do MPTO.

IV – Cultura Organizacional: Esta perspectiva, de natureza interna corporis, pode ser definida como “... a programação coletiva da mente que distingue os membros de uma organização dos de outra”¹. Possui dois aspectos: (1) Clima Organizacional – capacitação, desenvolvimento humano e valorização de pessoas; e (2) Mentalidade – promoção dos objetivos institucionais, dos valores éticos, da autonomia e coesão institucionais e da cultura de excelência na prestação de serviços.

Objetivos Estratégicos:

I – Na perspectiva “Contribuições do MPTO ao Tocantins”:

- a) Reduzir os índices de criminalidade, mediante o aumento do esclarecimento dos crimes;
- b) Defender o ordenamento jurídico e o Sistema de Justiça;
- c) Transformar a sociedade por meio da tutela dos direitos difusos e coletivos, garantindo a efetividade das políticas públicas.

II – Na perspectiva “Atuação Ministerial (Execução)”:

- a) Buscar sempre a reparação do dano à vítima e à sociedade e aumentar os índices de efetividade na execução da pena;

b) Aprimorar a persecução cível e penal, priorizando o combate à improbidade, ao crime organizado e à corrupção;

c) Priorizar a pacificação dos conflitos sociais, por meio da atuação extrajudicial.

III – No âmbito das perspectivas de “Atuação Ministerial (Execução)” e “Apoio e Gestão (Administração)”:

a) Promover a imagem do MPTO, estreitando o relacionamento institucional com os Poderes e o diálogo com a sociedade, mediante atuação e comunicação adequadas.

IV – Na perspectiva de “Apoio e Gestão (Administração)”:

a) Melhorar os resultados da atuação finalística, promovendo infraestrutura adequada;

b) Aprimorar a captação e alocação de recursos, sistematizando as rotinas de trabalho e outras medidas que busquem a sustentação e o desenvolvimento institucional;

c) Assegurar informação, inovação e tecnologias adequadas.

V – Na perspectiva da Cultura Organizacional:

a) Aperfeiçoar o modelo de gestão, estimulando a formação contínua, valorizando o mérito e o trabalho integrado, garantindo a unidade institucional.

Valores (incorporados do Planejamento Estratégico Nacional):

I – Resolutividade;

II – Transparência;

III – Proatividade;

IV – Inovação;

V – Cooperação.

2.4 Formalização do Planejamento Estratégico

Com o objetivo de internalizar, dar publicidade plena e efetividade ao Planejamento Estratégico, todo o processo passou por etapas de validação prévia pela Alta Administração.

Diante dessa efetiva participação, foi possível transcrever os produtos finais do plano e criar a proposta normativa, que, em 05 de agosto de 2020, se converteu em um texto formal por meio da Resolução nº 006/2020 do Colégio de Procuradores de Justiça.

2.5 Dificuldades/Potenciais Mapeados

Dentre as principais dificuldades que se colocaram como obstáculos/percalços durante a execução do Projeto de Elaboração do Planejamento Estratégico estão:

- O Estado de Calamidade decretado em função da pandemia de Covid - 19;
- A necessidade de mudança conceitual de alguns elementos para alinhamento com o tipo de serviço do MPTO e do setor público;
- O alto custo e a dificuldade de agenda devido à intensa necessidade de presença dos membros da Alta Administração;
- Falta de experiência dos integrantes do Departamento para a realização do Fórum e do Workshop;
- Dificuldades de difundir conceitos, termos e a importância das teorias de Planejamento aos integrantes das carreiras jurídicas que não continham formação complementar na área;
- Impossibilidade de realização de Audiências Públicas;
- Não conclusão de indicadores, metas e governança no exercício de 2020.

Dentre os pontos potenciais mapeados, podemos citar:

– A dedicação dos integrantes que organizaram os eventos e dos que participaram da elaboração e aprovação dos elementos da estratégia mostrou que é possível superar obstáculos advindos da falta de experiência e entregar um trabalho de qualidade;

– É possível alterar o modelo de planejamento do setor privado sem perder o fundamento da teoria, para melhorar sua aplicabilidade e os resultados para o setor público.

– A ampla participação da Alta Administração reforça a legitimidade do novo Plano Estratégico;

– A normatização e a tradução do Plano em um texto jurídico, o aproxima do formato de linguagem mais conhecido na Instituição.

– A impossibilidade de realização das audiências públicas presenciais promoveu a oportunidade de criação de um formato de consultas públicas virtuais;

– Assim também, o trabalho de desenvolvimento de projetos e de reuniões foi potencializado com o uso de ferramentas virtuais durante os períodos de restrição.

2.6 Perspectivas do Exercício 2021

Os principais pontos que devem ser trabalhados em 2020 são:

1. A seleção e aprovação de fatores críticos de sucesso para os objetivos e de indicadores estratégicos;

2. Após uma mensuração prévia para demonstrar a viabilidade do indicador e, quando possível, uma análise da série histórica deste, traçar metas ousadas para curto e o longo prazo, a fim de que possa haver uma efetiva gestão voltada ao alcance de resultados estratégicos;

3. Elaboração e aprovação de uma política de Governança do Planejamento Estratégico que contemple os critérios de excelência premidos pelo Modelo de Excelência na Gestão e nos aproxime dos referenciais de Governança, com efetivo monitoramento, controle, transparência e aprendizado.

4. Auxílio à Alta Administração para o estabelecimento de Planos Táticos, podendo ser construído no formato de um Plano Geral de Atuação, bem como às áreas fim e meio, para o desenvolvimento de Planos Operacionais, focados nas rotinas de trabalho.

2.7 Desempenho dos indicadores

Ao apresentarmos os indicadores do Desempenho Institucional, ressaltamos que a queda nos números de produção reflete os resultados da pandemia que se alastrou sobre o país e o mundo em 2020, prejudicando severamente diversas formas de atuação ministerial, as quais se encontraram inviabilizadas ou prejudicadas.

Quadro 2.7 – Resultados apurados do ano 2020

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Resultado 2019	Resultado 2020
1.1. Grau de satisfação no atendimento do MPTO	N/A	N/A	N/A
1.2. Pesquisa de imagem do MP/TO, em nível regional	N/A	N/A	N/A
1.3. (<i>Proxy</i>) Número total de ações dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins	427.997	410.032	300.314
2.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa dos direitos da criança e do adolescente	2.976	4.269	3.605
2.2. Atuação na esfera infracional na defesa dos direitos da criança e do adolescente concernente a ações socioeducativas e execução de medidas socioeducativas	17.286	16.914	10.313
2.3. Atuação na esfera cível na defesa dos direitos da criança e do adolescente	20.414	17.494	10.308
3.1. Atuação na esfera extrajudicial na defesa do direito à educação	546	2.102	1.728
3.2. Atuação na esfera cível na defesa do direito à	589	387	3.929

Quadro 2.7 – Resultados apurados do ano 2020

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Resultado 2019	Resultado 2020
educação			
4.1. Ações voltadas à execução do “Projeto MP contra as drogas, cidadão longe do vício”	N/A	N/A	N/A
5.1. Ações voltadas à execução do Projeto “Tocantins contra a exploração sexual infantojuvenil”	N/A	N/A	N/A
6.1. Ações judiciais de combate à criminalidade	157.301	166.908	115.576
6.2. Ações extrajudiciais de combate à criminalidade	1.241	1.330	811
7.1. Ações judiciais de Controle Externo da Atividade Policial	574	582	57
7.2. Ações extrajudiciais de Controle Externo da Atividade Policial	839	106	627
7.3. Recomendações de melhorias nas delegacias requisitadas	1	8	N/A
8.1. Ações de fiscalização da Execução Penal	40.226	23.697	14.390
8.2. Inspeções nas unidades prisionais	146	148	N/A
9.1. Ações de combate ao crime organizado	716	733	1.165
10.1. Ações de combate à violência doméstica	25.286	28.738	27.922
11.1. Ações judiciais de crimes contra a pessoa com deficiência	9	16	50

Quadro 2.7 – Resultados apurados do ano 2020

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Resultado 2019	Resultado 2020
11.2. Ações extrajudiciais dos membros em defesa das pessoas com deficiência	76	98	615
12.1. Ações de fiscalização da execução da política do idoso	455	803	1.833
13.1. Ações judiciais de cumprimento do direito à saúde	5.307	6.515	7.489
13.2. Ações extrajudiciais de cumprimento do direito à saúde	4.996	5.823	8.409
14.1. Ações Judiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	4.860	4.599	7.426
14.2. Ações extrajudiciais de combate à improbidade e recuperação de ativos	3.901	2.860	2.353
15.1. Ações de cumprimento do direito eleitoral	4.026	3.481	10.278
16.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	6.131	3.963	5.802
16.2. Atuação judicial cível na defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	618	704	564
16.3. Atuação judicial para responsabilização penal dos envolvidos em crimes ambientais e contra a ordem urbanística	4.843	4.521	2.897
16.4. Participação e promoção de iniciativas institucionais voltadas à efetividade das políticas com viés ambiental e urbanístico	50	58	96

Quadro 2.7 – Resultados apurados do ano 2020

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Resultado 2019	Resultado 2020
17.1. Ações voltadas à execução de Projeto “DH” (não contemplados em objetivos estratégicos específicos: saúde, educação, pessoas com deficiência, idosos)	N/A	N/A	N/A
18.1. Atuação extrajudicial e não procedimental na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	1.685	1.348	986
18.2. Atuação judicial cível na proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos do consumidor	714	1.351	1.021
18.3. Atuação judicial na responsabilização por crimes contra o consumidor	132	147	150
18.4. Promoção de iniciativas institucionais voltadas ao respeito dos direitos consumeristas	135	61	N/A
19.1. Parcerias realizadas	24	35	20
20.1. Produtos conclusos do Plano de Segurança Institucional / Total de Produtos do Plano de Segurança Institucional	10/30	10/30	10/30
21.1. Nota GESPÚBLICA	586	586	586
22.1. Custo médio por processo (Em R\$)	462	531,59	670,38
23.1. Número de acessos ao portal do MPE	871.760	964.320	1.042.025
23.2. Número de matérias publicadas e veiculadas na mídia	9.489	11.267	7.202
23.3. Percentual de matérias positivas/negativas/neutras	99,00%	99%	99%

Quadro 2.7 – Resultados apurados do ano 2020

Indicador Estratégico	Resultado 2018	Resultado 2019	Resultado 2020
24.1. Quantidade média de horas de aperfeiçoamento realizadas por membros e servidores	21,27	32,52	17,70
24.2. Percentual de membros e servidores que participaram dos cursos de capacitação patrocinados ou apoiados pela instituição	54,83%	61,78%	30,73%
25.1. Rotatividade (apenas desligamentos voluntários de servidores/membros efetivos)	3,57%	8,60%	0%
25.2. Concorrência nos concursos públicos	N/A	N/A	N/A
25.3. Mensuração da intenção de evasão dos servidores efetivos e membros.	N/A	N/A	N/A
26.1. Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional - anual	N/A	N/A	N/A
26.2. Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	3.319	7.038	7.038
27.1. Pesquisa qualitativa e quantitativa (avaliação de imagem, de relacionamento, dos meios de comunicação)	N/A	N/A	N/A
27.2. Número de acessos às áreas da intranet	N/A	N/A	N/A
28.1. Percentual de Execução de Infraestrutura	83,73%	81,08%	36,42%
29.1. Integração dos Sistemas do MPTO	63,86%	65,38%	66,34%
30.1. Participação orçamentário-financeira do MPTO em relação à Receita Corrente Líquida	2,75%	2,95%	2,24%

Fonte: Departamento de Planejamento de Gestão

3. Avaliação das metas do Plano Plurianual e comentários sobre a execução da Lei Orçamentária Anual (Exercício de 2020)

Os esforços para tornar mais efetivo o trabalho prestado aos cidadãos tocaninenses, por parte do poder estatal, documentam-se no Plano Plurianual (PPA). Este é o instrumento de planejamento que explicita como o governo enxerga e procura construir o desenvolvimento do Ente da Federação. Sua finalidade é definir as ações que suprirão as necessidades mediatas, segundo estratégia e visão de longo prazo, entendendo que o futuro se constrói com atitudes no presente. Num recorte setorial, o PPA retrata uma determinada política pública. No caso do Ministério Público do Tocantins (MPTO), seu PPA 2020-2023 representa a Política de Estado Essencial à Justiça, por isso, todas as suas ações se classificam nesta função de governo.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), ou Lei dos Meios, por sua vez, evidencia a política fiscal do ente federativo. Ela estima as receitas e fixa as despesas, estabelecendo os programas de trabalho para um determinado exercício financeiro. Na perspectiva setorial, a Lei Orçamentária Anual de 2020 refletiu a autorização dada pelo Parlamento ao MPTO para aplicação dos recursos do Erário, segundo o conjunto de ações propostas, a fim de produzir resultados na forma de bens e serviços à sociedade tocaninense.

Este relatório procura descrever a utilização desses dois instrumentos de planejamento, na perspectiva setorial do MPTO, através da apresentação da execução dos programas autorizados, seguida do desdobramento de suas ações. Ao mesmo tempo, traz esclarecimentos sobre as causas que inviabilizaram o pleno cumprimento das metas fixadas, tanto financeiras quanto físicas.

3.1 A REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL E O ORÇAMENTO APROVADO DE 2020

A Lei 3.621, de 18 de dezembro de 2019, institui o Plano Plurianual do Estado do Tocantins para o quadriênio 2020-2023. No recorte setorial do MPTO, o instrumento em vigor manteve-se fundamentado no Planejamento Estratégico 2020-2029,

nas oportunidades de melhoria apontadas pelo programa Gespública e na análise de ambiente institucional na visão dos procuradores de Justiça. Manteve-se a estrutura de 03 programas e de 20 metas propostas.

Por sua vez, a Lei 3.622, de 18 de dezembro de 2019, LOA 2020, aprovou o orçamento de R\$ 219.553.269,00 para a Unidade 07100 – Procuradoria-Geral de Justiça, vinculados, em sua totalidade, à fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro. Orientamo-nos para alocação destes valores segundo as prioridades elencadas pelo Procurador-Geral de Justiça, reservando recursos para garantir a manutenção dos serviços já instituídos e para a preservação do patrimônio público.

Foram abertos os seguintes créditos adicionais suplementares 1) à fonte 0226 – Alienação de Bens, o valor de 152.692,00, e 2) à fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro, o valor de R\$ 651.064,00, resultante de *superavit* financeiro no exercício; vinculados à Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça em 2020. Com isso, o orçamento autorizado para o exercício de 2020 alcançou R\$ 220.357.025,00, variando -1,31% em relação ao exercício de 2019.

Tabela 3.1 - Evolução do Orçamento Autorizado da Unidade 07100 - Procuradoria-Geral de Justiça

Fonte	Ano (R\$)			
	2017	2018	2019	2020
0100 - Recursos Ordinários do Tesouro	198.646.506,00	207.582.463,00	222.886.120,00	220.204.333,00
0103 - Contrapartida	0,00	3.000,00	0,00	0,00
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	0,00	0,00	350.000,00	0,00
0226 – Alienação de Bens	14.296,00	73.196,00	47.203,00	152.692,00

0225 - Recursos de Convênios Federais	142.020,00	147.142,00	0,00	0,00
Total do Orçamento Autorizado no ano	198.802.822,00	207.805.801,00	223.283.323,00	220.357.025,00
Varição em Relação ao Ano Anterior	6,4%	4,52%	7,45%	-1,31%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.1.1 Receita Estimada x Realizada

Segundo a LOA 2020, por fazer parte da estrutura dos órgãos da administração direta, a unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça – não possui receitas. Os ingressos devem ser repassados na forma de duodécimos, conforme art. 83 da Constituição Estadual, proporcionando liquidez ao orçamento autorizado. Nesse diapasão, no exercício de 2020 foi previsto e repassado à Unidade, com base no Orçamento autorizado e créditos adicionais, o valor de R\$ 220.204.333,00 da fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro.

Tabela 3.1.1 - Previsão e Realização da Fonte 0100 - Recursos Ordinários do Tesouro

Mês	Duodécimo Programado	Duodécimo Recebido	Dif. Fluxo Mensal
jan/20	18.350.361,08	18.369.315,13	18.954,05
fev/20	18.350.361,08	12.796.105,75	-5.554.255,33
mar/20	18.350.361,08	17.500.000,00	-850.361,08
abr/20	18.350.361,08	11.719.775,03	-6.630.286,05
mai/20	18.350.361,08	20.432.990,35	2.082.629,27
jun/20	18.350.361,08	14.636.884,60	-3.713.476,48

jul/20	18.350.361,08	14.636.884,60	-3.713.476,48
ago/20	18.350.361,08	14.636.884,60	-3.713.476,48
set/20	18.350.361,08	18.296.105,75	-54.255,33
out/20	18.350.361,08	18.296.105,75	-54.255,33
nov/20	18.350.361,10	23.296.106,42	4.945.745,32
dez/20	18.350.361,10	23.296.105,75	4.945.744,65
Total	220.204.333,00	207.913.263,73	12.291.069,27

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021, e DEFIN/DG/PGJ.

Conforme tabela 3.1.1, verifica-se que restou a diferença de R\$ 12.291.069,27 da fonte 0100 – Recursos Ordinários do Tesouro não repassada de duodécimos no exercício de 2020 ao MPTO.

3.1.2 Despesa Autorizada x Empenhada

Ao somarmos os créditos adicionais suplementares, R\$ 803.756,00, ao valor inicialmente aprovado, R\$ 219.553.269,00, obtemos o orçamento autorizado para o MPTO (R\$ 220.357.025,00). Utilizaremos o confronto entre os valores autorizados e empenhados para conduzirmos a análise das metas financeiras do Orçamento de 2020.

Tabela 3.1.2 – Execução do Orçamento 2020, por Fonte de Recurso e Grupo de Despesas, Unidade 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça

Fonte de Recursos	Grupo de Despesas	Orçamento Autorizado	Orçamento Empenhado	% Executado
0100 – Recursos Próprios	31 – Pessoal e Encargos Sociais	160.835.454,00	154.372.932,44	95,98%

	33 – Outras Despesas Correntes	47.716.161,00	38.156.431,41	79,97%
	44 – Investimentos	11.652.718,00	8.795.664,68	75,48%
	Subtotal	220.204.333,00	201.325.028,53	91,43%
0104 - Recursos do Tesouro - Emendas Parlamentares	44 – Investimentos	0,00	0,00	0,00
0226 – Alienação de Bens	44 – Investimentos	152.692,00	0,00	0,00
Total		220.357.025,00	201.325.028,53	91,36%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021.

Conforme tabela 3.1.2, observa-se que o orçamento autorizado da fonte 0100 – Recursos Próprios resultou em R\$ 220.204.333,00, e que o mesmo alcançou 91,43% de execução. Já os recursos da fonte 0226 – Alienação de Bens – não foram executados no período.

3.1.3 Alterações da Despesa Aprovada

A gestão das finanças das organizações exige flexibilidade para sua realização. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020 previu e a LOA 2020 autorizou alterações nas dotações aprovadas até o limite de 30%. Os diplomas legais também conferiram permissão aos Poderes e Unidades Autônomas para realizarem transferências entre as dotações orçamentárias do mesmo grupo de despesas e projeto/atividade.

Tabela 3.1.3 – Alterações Orçamentárias em 2020, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100- Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito	Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
		31 - Pessoal e Encargos Sociais	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos
	03.091.1173.2149	-	-25.000,00	-
	03.122.1144.2285	-	-2.188.754,00	-

Tabela 3.1.3 – Alterações Orçamentárias em 2020, por Natureza da Alteração do Crédito, Ação Orçamentária e Grupo de Despesa, Unidade 070100- Procuradoria-Geral de Justiça

Natureza da Alteração de Crédito	Classificação da Ação	Grupo de Despesas		
		31 - Pessoal e Encargos Sociais	33 - Outras Despesas Correntes	44 - Investimentos
Subtotal		-	-2.213.754,00	-
Recebidos	03.122.1170.1023	-	-	488.067,00
	03.126.1170.1037	-	-	20.000,00
	03.121.1170.2339	-	310.541,00	-
	03.091.1170.1082	-	-	1.167.098,00
	03.091.1170.1088	-	-	856.804,00
	03.091.1173.2147	-	25.000,00	-
Subtotal		-	335.541,00	2.531.969,00
Total		-	-1.878.213,00	2.531.969,00

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021.

Concluída esta apresentação, passemos à análise da execução dos programas de trabalho de 2020.

3.2 EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1170 – MODERNIZAÇÃO E GOVERNANÇA DA JUSTIÇA

O programa temático “1170-Modernização e Governança da Justiça” reúne as ações que traduzem o esforço de aperfeiçoamento organizacional. A realidade problematizada no programa parte do pressuposto de que a disponibilização de infraestrutura física e tecnológica adequada resulta em melhoria da atuação ministerial, que, conseqüentemente, fortalece a defesa do interesse coletivo.

Quadro 3.2 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1170, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

Denominação	Modernização e Governança da Justiça
Objetivo	Aperfeiçoar as estruturas de apoio à área-fim, racionalizando a gestão administrativa, proporcionando à atuação ministerial condições de trabalho com saúde, segurança e comodidade, bem como da proteção dos bens e sistemas.
Público-Alvo	Sociedade tocantinense

Quadro 3.2 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1170, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

Dotação Orçamentária do Exercício 2020	Inicial: R\$ 11.562.961,00	Autorizada: R\$ 14.405.471,00	Empenhada: R\$ 10.376.565,87	
Indicadores				
Indicadores	Resultado 2017	Resultado 2018	Resultado 2019	Resultado 2020
Custo médio por processo, em (R\$)	507,00	462,00	531,59	670,38
<i>Nota obtida na autoavaliação da Gestão pelo Programa GESPÚBLICA – Nota Padrão</i>	586	586	586	586

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2 apresenta um resumo do ocorrido no programa “1170 - Modernização e Governança da Justiça” ano de 2020. Observa-se que a execução do orçamento obteve 72,03% do total autorizado (valor empenhado sobre o total autorizado). Este índice retrata uma queda em relação ao ano anterior, quando a execução do orçamento para o programa em questão foi de 80,73%.

A partir do objetivo do programa, estabeleceram-se 06 metas, conforme apresentado na Tabela 3.2. Percebe-se que o principal destaque foi a meta “Manter 42 unidades com Tecnologia de Informação estruturada (equipamentos e sistemas)” e “Manter 43 unidades do Ministério Público em condições físicas e mobiliárias adequadas ao trabalho dos integrantes do Ministério Público”, que atingiram 100% de alcance, evidenciando a preocupação da Alta Administração em melhorar continuamente a infraestrutura disponível para a realização das atividades dos órgãos de execução e unidades administrativas do MPTO.

Tabela 3.2 Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2020-2023(2020)

<i>Descrição da meta</i>	<i>Regionalização</i>	<i>Meta 2020-2023(A)</i>	<i>Realizado 2020(B)</i>	<i>% (B/A)</i>
<i>Alcançar 90% de integração nos sistemas de TIC do Ministério Público</i>	<i>Estadual</i>	80	65	72,22%
<i>Ampliar a média de horas de capacitação por membros e servidores para 26 horas</i>	<i>Estadual</i>	26	22	84,61%

Tabela 3.2 Metas Previstas e Realizadas do Programa 1170, conforme Revisão do PPA 2020-2023(2020)

<i>Descrição da meta</i>	<i>Regionalização</i>	<i>Meta 2020-2023(A)</i>	<i>Realizado 2020(B)</i>	<i>% (B/A)</i>
<i>Construir 06 sedes de promotorias de Justiça</i>	<i>Região de Planejamento do Papagaio</i>	1	0	0
	<i>Região de Planejamento Central</i>	1	0	0
	<i>Região de Planejamento Centro-Oeste</i>	0	0	0
	<i>Região de Planejamento Nordeste</i>	1	0	0
	<i>Região de Planejamento Noroeste</i>	1	0	0%
	<i>Região de Planejamento Norte</i>	1	0	0%
	<i>Região de Planejamento Sul</i>	1	0	0%
<i>Manter 42 unidades com Tecnologia de Informação estruturada (equipamentos e sistemas)</i>	<i>Estadual</i>	42	42	100%
<i>Manter 43 unidades do Ministério Público em condições físicas e mobiliárias adequadas ao trabalho dos Integrantes do Ministério Público</i>	<i>Estadual</i>	43	43	100%
<i>Renovar 70% da frota de veículos com mais de 5 anos de uso</i>	<i>Estadual</i>	70	10	14,28%

Fonte: PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

É por meio dos projetos e atividades que o MPTO busca concretizar os objetivos do programa temático “1170 – Modernização e Governança da Justiça”. Este programa é composto por 05 ações, sendo as mesmas classificadas como projetos.

3.2.1 AÇÃO 1082 - REALIZAÇÃO DE ADEQUAÇÕES FÍSICAS E MOBILIÁRIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A finalidade desta ação é oferecer condições físicas adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando ao melhor atendimento da população tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2020 foi manter 43% das unidades em condições físicas e mobiliárias adequadas, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 5.798.335,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.2.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 1082, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020).

Título	Realização de adequações físicas e mobiliárias do Ministério Público			
Descrição	A adequação das unidades do Ministério Público do Estado do Tocantins será realizada mediante a realização de reformas, ampliações, aquisição de móveis, eletrodomésticos e outros equipamentos necessários para execução dos trabalhos, tendo como etapas: análise de demanda, abertura de licitação ou procedimento de dispensa, realização dos serviços ou recebimento de equipamentos e distribuição nas unidades demandantes.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	$\% (B/A) = C$
Unidade adequada	Porcentagem	43%	43%	100,00%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	$\%(C/B) = E$
4.631.237,00	5.798.335,00	2.957.361,94	2.205.515,14	51,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.1 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 1082. Constata-se que a meta física alcançou 100% do percentual planejado e a meta financeira resultou em 51,00% de execução.

Foram empenhados R\$ 2.957.361,94 na ação 1082. Desta forma, os resultados restaram satisfatórios, mostrando assim o alto nível de preocupação da Instituição em oferecer condições físicas adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.2.1.

Tabela 3.2.1 - Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2020

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor	% Total
14.01 - Diárias - Civil	15.668,64	0,53%
30.04 – Gás e outros materiais Engarrafados	4.007,60	0,14%
30.22 - Material de Limpeza e Produtos de Higienização	18.349,16	0,62%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	12.123,92	0,41%
30.42 - Ferramentas	1.760,00	0,06%
39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	538.865,13	18,22%
39.17 - Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	229.525,12	7,76%
39.96 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Pagamento Antecipado	14.999,99	0,51%
51.91 – Obras em Andamento	128.659,28	4,35%
52.06 - Aparelhos e Equipamentos para Comunicação	4.439,00	0,15%
52.08 - Aparelhos, Equipamentos Laboratoriais e Hospitalares, Utensílios Médicos e Odontológicos	6.967,98	0,24%
52.12 - Aparelhos e Utensílios Domésticos	702.668,29	23,76%

Tabela 3.2.1 - Valores Empenhados da Ação 1082, por Subitem de Despesas, em 2020

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor	% Total
52.32 – Máquinas e Equipamentos Gráficos	18.620,80	0,63%
52.33 - Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto	52.595,48	1,78%
52.36 – Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	3.984,04	0,13%
52.38 - Máquinas, Ferramentas e Utensílios para Oficina	2.524,50	0,09%
52.42 - Mobiliário em Geral	1.193.521,76	40,36%
52.45 – Aparelhos e Inst. Tec. de Med. Teste e Controle	8.081,25	0,27%
Total	2.957.361,94	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.2.2 AÇÃO 1088 - RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A ação desta seção tem por objetivo oferecer condições de transporte adequadas ao desenvolvimento das ações ministeriais, visando o melhor atendimento da sociedade tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2020 foi adquirir 37 veículos para o MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 2.006.804,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.2.2 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 1088, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Título</i>	<i>Aquisição de veículos visando substituição de frota obsoleta e sua ampliação, quando possível, compreendendo as seguintes etapas: análise da demanda; abertura de processo licitatório; recebimento dos veículos; distribuição dos veículos para as unidades demandantes.</i>
<i>Descrição:</i>	<i>Veículo adquirido para atender demanda institucional.</i>
<i>Meta Física</i>	

Quadro 3.2.2 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 1088, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Produto</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Planejado (A)</i>	<i>Executado (B)</i>	<i>% (B/A)=C</i>
<i>Veículo adquirido</i>	<i>Unidade</i>	37	10	27,02%
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>				
<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Dotação autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>
1.150.000,00	2.006.804,00	1.788.653,34	0,00	89,13%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.2 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 1088 – Renovação da Frota de Veículos do Ministério Público. Verifica-se que a meta física foi executada em 27,02% e a meta financeira em 89,13%.

Tabela 3.2.2 - Valores Empenhados da Ação 1088, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>52.52 – Veículos de tração mecânica</i>	1.459.753,34	81,61%
<i>52.53 – Carros de Combate</i>	328.900,00	18,39%
<i>Total</i>	<i>1.788.653,34</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.2.3 AÇÃO 1023 - CONSTRUÇÃO DE SEDES DE PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

O projeto construção de sedes de promotorias de Justiça tem por objetivo proporcionar infraestrutura adequada e permanente às unidades do MPTO, para o atendimento efetivo e de qualidade aos cidadãos usuários de seus serviços. A meta física proposta para a ação no exercício de 2020 foi a construção de 03 sedes de promotorias, em Gurupi, Colmeia e Araguaína, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 4.865.149,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.2.3 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1023, conforme Revisão do PPA 2020-2023(2020)

<i>Título</i>	<i>Construção de sedes de Promotorias de Justiça</i>			
<i>Descrição</i>	<i>Construção das unidades do Ministério Público, tendo como etapas: contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico, quando necessário; elaboração de projetos básicos; processo licitatório; contratação de empresa especializada para construção; acompanhamento e recebimento final da obra.</i>			
<i>Meta Física</i>				
<i>Produto</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Planejado (A)</i>	<i>Executado (B)</i>	<i>% (B/A)=C</i>
<i>Unidades construídas</i>	<i>Porcentagem</i>	<i>P-1=1 P-2=1 P-3=1</i>	<i>P-1=1 P-2=0 P-3=1</i>	<i>66%</i>
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>				
<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Dotação autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>
1.790.000,00	4.865.149,00	3.989.599,56	733.365,35	82,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

Legenda: P-1: Região I; P-2: Região XI; P-3: Região VIII.

O quadro 3.2.3 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 1023. Consta-se que a meta física foi executada em 66% e a meta financeira resultou em 82,00% de cumprimento do planejado, com outras obras já em andamento.

Importante ressaltar que as obras concluídas no exercício foram realizadas com Restos a Pagar (RP) processados do exercício anterior e a obra de Paraíso do Tocantins foi licitada e inscrita em RP, porém não houve tempo hábil para sua conclusão.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.2.3.

Tabela 3.2.3 - Valores Empenhados da Ação 1023, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>51.80 – Estudos, Projetos, Supervisão e Fiscalização</i>	6.304,19	0,21%
<i>51.91 – Obras em Andamento</i>	2.955.127,46	99,79%
<i>Total</i>	<i>2.961.431,65</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.2.4 AÇÃO 1037 - ESTRUTURAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AS UNIDADES DO MPTO

A finalidade desta ação é oferecer tecnologia de ponta para o desenvolvimento das atividades do MPTO, visando prestar um serviço de qualidade e eficaz para a sociedade tocantinense. A meta física proposta para a ação no exercício de 2020 foi manter 43% das unidades com estruturas tecnológicas adequadas, tendo sido estabelecida a meta financeira e R\$ 2.911.372,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.2.4 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Projeto 1037, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2023)

<i>Título</i>	<i>Estruturação de tecnologia da informação para unidades do Ministério Público do Tocantins</i>			
<i>Descrição</i>	<i>Estruturação das Unidades do MPTO para atender aos projetos e demandas de Tecnologia da Informação, como novos sistemas, projeto de videoconferência, projeto de telefonia por IP, serviços on-line e outros projetos que vierem a ser desenvolvidos; estruturação da rede lógica; estruturação da segurança eletrônica dos dados; disponibilização de novos hardwares para atender às demandas das Unidades do MPTO, com a aquisição de computadores, impressoras, scanner ou qualquer outro equipamento de informática necessário para cumprimento dos objetivos.</i>			
<i>Meta Física</i>				
<i>Produto</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Planejado (A)</i>	<i>Executado (B)</i>	<i>% (B/A)=C</i>
Unidade estruturada com tecnologia adequada	Percentual	43	43	100%
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>				
<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Dotação autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>
2.891.372,00	2.911.372,00	2.350.809,38	1.659.030,19	80,75%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.4 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação “Estruturação de Tecnologia da Informação para Unidades do Ministério Público do Tocantins”. Constata-se que a meta física atingiu em 100% o planejado, havendo economia de recursos, pois a meta financeira resultou em 80,75% do planejado.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.2.4.

Tabela 3.2.4 - Valores Empenhados da Ação 1037, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>40.02 – Locação de Software</i>	176.000,00	7,49%
<i>40.03 – Desempenho, Manutenção Corretiva Adaptativa e Sustentação de Softwares</i>	27.616,04	1,17%
<i>40.04 – Suporte aos Usuários de TIC</i>	4.337,17	0,13%
<i>40.06 – Serviços Técnicos e Profissionais de TIC (Pessoa Jurídica)</i>	62.520,00	1,93%
<i>40.07 – Comunicação de Dados e Redes em Geral</i>	104.544,12	4,45%
<i>40.13 – Certificação Digital</i>	5.958,76	0,25%
<i>40.16 – Aquisição de Software e Licença de Software (Personalizados)</i>	123.573,15	5,26%
<i>52.33 – Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto</i>	75.903,76	3,23%
<i>52.35 – Equipamentos de Tecnologia da Informação</i>	1.837.213,55	78,15%
<i>Total</i>	<i>2.350.809,38</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

3.2.5 AÇÃO 2339 - REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

A ação visa atender à Resolução nº 147/2016 – CNMP, norma que dispõe sobre o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público e estabelece diretrizes sobre a matéria no Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, nas unidades e nos ramos do Ministério Público.

A meta física proposta para a ação no exercício de 2020 foi apoiar 01 iniciativa de implementação do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP), tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 580.541,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.2.5 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2339, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Título</i>	<i>Realização de ações de desenvolvimento organizacional</i>
<i>Descrição</i>	<i>Realização de ações para o aperfeiçoamento e inovação da gestão pública no âmbito do Ministério Público, compreendendo melhorias nas áreas de gestão de pessoas, de organização e funcionamento da administração, acervo documental e bibliográfico, pactuação de resultados e sistemas de incentivos e de avaliação de desempenho, aperfeiçoamento e inovação da gestão dos órgãos e promoção da gestão do conhecimento e da cooperação em gestão pública, com a finalidade de orientar a ação para resultados, com foco no cidadão, com eficiência e qualidade do gasto público.</i>

Quadro 3.2.5 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2339, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Meta Física</i>				
<i>Produto</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Planejado (A)</i>	<i>Executado (B)</i>	<i>% (B/A)=C</i>
<i>Iniciativa Apoiada</i>	<i>Unidade</i>	1	1	100 %
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>				
<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Dotação autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>
270.000,00	580.541,00	318.309,56	315.129,56	54,83%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 10.02.2020, PPA 2016 – 2019 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.2.5 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2339. Constata-se que a meta física alcançou 100% do estabelecido no planejamento, sendo este percentual representado pelo projeto: “Elaboração, Gerenciamento e Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020/2029”. A meta financeira foi executada em 54,83%.

Tabela 3.2.5 - Valores Empenhados da Ação 2339, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>32.99 – Outros Materiais de Consumo</i>	3.180,00	1,00%
<i>39.01 – Assinatura de Periódicos e Anuidades</i>	310.541,00	97,56%
<i>92.14 – Diárias Civil</i>	4.362,36	1,37%
<i>92.93 – Indenizações e Restituições</i>	226,20	0,07%
<i>Total</i>	<i>318.309,56</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2020.

3.3 EXECUÇÃO DO PROGRAMA TEMÁTICO: 1173 - JUSTIÇA

O programa temático “1173 – Justiça” planifica a missão constitucional desta Instituição. A partir da perspectiva do programa, a realidade problematizada parte do pressuposto de que o interesse coletivo é vulnerável e se encontra sob constante ameaça, necessitando da atuação ministerial para defendê-lo.

Quadro 3.3 - Caracterização, Execução Orçamentária e Resultados dos Indicadores do Programa Temático 1173, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Denominação</i>	<i>Justiça</i>		
<i>Objetivo</i>	<i>Promover a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis por meio de fiscalização das políticas nas áreas de educação, de saúde, de direitos humanos, medidas socioeducativas, de proteção, voltadas aos dependentes químicos, aos portadores de necessidades especiais e à pessoa com deficiência, além do combate à criminalidade, à exploração sexual infantojuvenil, violência doméstica, crimes eleitorais, crimes contra os consumidores e desvio de recursos públicos.</i>		
<i>Público-Alvo</i>	<i>Sociedade tocantinense</i>		
<i>Dotação Orçamentária do Exercício 2020</i>	<i>Inicial:</i> R\$ 7.793.038,00	<i>Autorizada:</i> R\$ 7.793.038,00	<i>Empenhada:</i> R\$ 4.780.856,00
<i>Indicadores</i>			
<i>Indicador</i>	<i>Resultado 2018</i>	<i>Resultado 2019</i>	<i>Resultado 2020</i>
<i>Total Anual de Ações dos Membros do MPTO</i>	427.997	410.032	449.396

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3 apresenta o resumo do ocorrido no programa “1173-Justiça” em 2020. Observa-se que a execução do orçamento autorizado (61,35% do total autorizado foi empenhado) permitiu o alcance dos resultados pretendidos, pois o número de ações dos membros do Ministério Público, indicador do Programa, atingiu a cifra de 449.396 ações.

A partir do objetivo do Programa, foram propostas 13 metas, conforme apresentado na tabela 3.3. Utilizando o Relatório de Atividade Funcional (RAF) e relatórios setoriais de acompanhamento, foi possível apurar o resultado de 14 dessas metas.

Ainda conforme a tabela 3.3, percebe-se que o destaque foi a meta “Promover 500 ações exigindo o cumprimento dos direitos dos idosos até 2020”, que já atingiu 366,6% em relação ao previsto para 2020. Outras metas que se destacaram em 2020 por terem alcançado bom resultado foram: “Promover 210 ações exigindo o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência até 2020” (316,6%) e “Promover 1.400 ações voltadas à defesa dos direitos dos consumidores até 2020” (154,07%).

Tabela 3.3 Metas Previstas e Realizadas do Programa 1173, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Descrição da meta</i>	<i>Regionalização</i>	<i>Meta 2020-2023(A)</i>	<i>Realizado 2020(B)</i>	<i>% (B/A)</i>
<i>Promover 210 ações exigindo o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência até 2020</i>	<i>Estadual</i>	210	665	316,6
<i>Promover 1.000 ações voltadas para o controle externo da atividade policial até 2020</i>	<i>Estadual</i>	1.000	684	68,4
<i>Promover 55.270 ações na defesa dos direitos da criança e do adolescente até 2020</i>	<i>Estadual</i>	55.270	24.226	43,83
<i>Promover 1.400 ações voltadas à defesa dos direitos dos consumidores até 2020</i>	<i>Estadual</i>	1.400	2.157	154,07
<i>Promover 1.000 ações voltadas para o combate ao crime organizado até 2020</i>	<i>Estadual</i>	1.000	1.165	116,5
<i>Promover 11.300 ações exigindo o cumprimento do direito à saúde até 2020</i>	<i>Estadual</i>	11.300	15.898	140,69
<i>Promover 500 ações exigindo o cumprimento dos direitos dos idosos até 2020</i>	<i>Estadual</i>	500	1.833	366,6
<i>Promover 10.800 ações voltadas ao combate à improbidade e à recuperação de ativos até 2020</i>	<i>Estadual</i>	10.800	9.779	90,54
<i>Promover 19.400 ações voltadas ao cumprimento do direito eleitoral até 2020</i>	<i>Estadual</i>	19.400	10.278	52,97
<i>Promover 9.800 ações voltadas à defesa do meio ambiente e da ordem urbanística até 2020</i>	<i>Estadual</i>	9.800	9.263	94,52
<i>Promover 157.408 ações voltadas para o combate à criminalidade até 2020</i>	<i>Estadual</i>	157.408	116.387	73,93
<i>Promover 422.246 ações voltadas para o aperfeiçoamento do sistema penal e das medidas alternativas até 2020</i>	<i>Estadual</i>	422.246	14.390	3,4
<i>Promover 36.000 ações voltadas para o combate à violência doméstica até 2020</i>	<i>Estadual</i>	36.000	27.922	77,56

Fonte: PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

Passemos ao detalhamento das ações que compõem o Programa, por meio das quais o MPTO manifesta seu empenho no sentido de alcançar os objetivos propostos. O Programa é formado por 06 ações, sendo estas classificadas como atividade.

3.3.1 AÇÃO 2099 – GESTÃO DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A finalidade da ação 2099 é propiciar instrumentos de avaliação e correção das metas de desempenho das atividades e deveres funcionais dos membros do MPTO, por meio dos programas de fiscalização, inspeções, correções permanentes e procedimentos disciplinares, com o fim de contribuir para a maior celeridade na manifestação processual, no trâmite dos procedimentos e no tempo de solução do problema e com prestígio institucional. A meta física prevista para a ação no exercício de 2019 foi manter as atividades da Corregedoria-Geral do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 98.800,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.1 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2099, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Título</i>	<i>Gestão da Corregedoria-Geral do Ministério Público</i>				
<i>Descrição</i>	<i>Realização de correção, inspeção, atos pertinentes a processo disciplinar, mediante deslocamento do Corregedor-Geral e integrantes da Corregedoria-Geral, bem como realização das atividades inerentes à avaliação de estágio probatório, avaliação de metas de desempenho das atividades e deveres funcionais do Ministério Público, cadastro dos dados da avaliação, elaboração de relatório de vitaliciamento e apuração de infrações disciplinares.</i>				
<i>Meta Física</i>					
<i>Produto</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Planejado (A)</i>	<i>Executado (B)</i>	<i>% (B/A)=C</i>	
<i>Corregedoria mantida</i>	<i>Unidade</i>	1	1	100%	
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>					
<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Dotação autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>	
98.800,00	98.800,00	3.331,26	3.331,26	3,37%	

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.1 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2099. Constata-se que a meta física atingiu o planejado e a meta financeira resultou em 3,37% do previsto. Os recursos permitiram a manutenção das atividades da Corregedoria-Geral do MPTO.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.3.1.

Tabela 3.3.1 - Valores Empenhados da Ação 2099, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País</i>	3.331,26	100,00%

Tabela 3.3.1 - Valores Empenhados da Ação 2099, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>Total</i>	<i>3.331,26</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.3.2 AÇÃO 2100 – PROMOÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO E DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A finalidade da ação 2100 é facilitar o diálogo com o cidadão, aproximando o MPTO da sociedade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2020 foi manter o funcionamento da Ouvidoria do MPTO, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 215.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.2 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2100, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

Título	Promoção do Serviço de Atendimento ao Cidadão e da Ouvidoria do Ministério Público.			
Descrição	Manter o serviço de atendimento ao cidadão e a ouvidoria do Ministério Público com o custeio de suas ações inclusive quanto ao deslocamento de sua equipe, aquisição de serviços e materiais para a sua atuação.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ouvidoria mantida	Unidade	1	1	100%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
215.000,00	215.000,00	2.110,20	2.110,20	0,98%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.2 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2100. Consta-se que a meta física atingiu a proposta, houve economia de recursos, pois a meta financeira resultou em 0,98% do planejado, entretanto não, houve prejuízo para manutenção da Ouvidoria do MPTO.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.3.2.

Tabela 3.3.2 - Valores Empenhados da Ação 2100, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País</i>	2.110,20	100,00%
Total	2.110,20	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.3.3 AÇÃO 2101 – GESTÃO DAS AÇÕES DE INTELIGÊNCIA, CONTRAINTELIGÊNCIA E SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A ação 2101 tem como objetivo permitir a coleta de informações destinadas a identificar, entender, revelar, prevenir e assessorar os órgãos de execução no efetivo combate a todas as formas de criminalidade e garantir a segurança institucional de membros e servidores do MPTO. A meta física prevista para a ação no exercício de 2020 foi manter o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS), tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 5.731.323,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.3– Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2101, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

Título	Gestão das ações de inteligência, contrainteligência e segurança institucional			
Descrição	Criação, implantação, gerenciamento e difusão da doutrina e do sistema de inteligência do Ministério Público; disponibilização de recursos financeiros para atender às atividades de inteligência, contrainteligência e segurança institucional; deslocamentos de Integrantes para a realização de atividades; atuação de forma integrada e funcionamento em instalações próprias, contando com equipamentos, mobiliário, armamento e veículos necessários à preservação da segurança institucional e ao desempenho das atribuições.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
NIS mantido	Porcentagem	1	1	100%

Quadro 3.3.3– Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2101, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
5.731.323,00	5.731.323,00	4.424.865,27	3.903.977,21	77,20%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ

O quadro 3.3.3 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2101. Constata-se que a meta física atingiu a proposta, houve disponibilidade de recursos, pois a meta financeira resultou em 77,20%% do planejado. Os recursos permitiram o financiamento das despesas com segurança, bem como as missões da equipe do NIS na execução de suas atividades.

Foram empenhados os seguintes recursos, conforme subitem de despesas da tabela 3.3.3.

Tabela 3.3.3 – Valores Empenhados da Ação 2101, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País</i>	147,42	0,00%
<i>15.01 – Diárias – Pessoal Militar no País</i>	4.727,97	0,11%
<i>37.03 – Vigilância Ostensiva</i>	3.582.175,02	80,96%
<i>39.14 – Locação de Bens Moveis Outras Nat. e Intangíveis</i>	477.688,32	10,80%
<i>39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis</i>	15.796,44	0,36%
<i>39.17 – Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos</i>	17.394,99	0,39%
<i>39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento</i>	14.600,00	0,33%
<i>40.05 – Suporte de Infraestrutura de TIC</i>	119.295,75	2,70%
<i>40.14 – Outros Serviços de TIC</i>	65.934,75	1,49%
<i>40.16 – Aquisição de Software e Licença de Software (Personalizados)</i>	116.574,60	2,63%
<i>52.06 – Aparelhos e Equipamentos para Comunicação</i>	3.200,00	0,07%
<i>52.33 – Equipamentos p/ Áudio, Vídeo e Foto</i>	7.200,00	0,16%
<i>93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório</i>	130,01	0,00%
<i>Total</i>	<i>4.424.865,27</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.3.4 AÇÃO 2147 – GESTÃO DAS AÇÕES DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

A finalidade da ação 2147 é garantir uma atuação sistemática no combate ao crime organizado. A meta física prevista para a ação no exercício de 2020 foi realizar 4.039 ações de combate ao crime organizado, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 41.000,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.4 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2147, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

Título	Gestão das Ações de Combate às Organizações Criminosas			
Descrição	Realização de atividades de combate ao crime organizado e investigações complexas mediante o deslocamento de membros e servidores e outras atividades necessárias; realização de convênio com os órgãos envolvidos no combate ao crime organizado, polícias civil, militar, federal e rodoviária federal, com vistas a criar um sistema de informação que contenha registros criminais unificados; controle de grupos organizados nos presídios; promoção de reuniões conjuntas com todos órgãos de execução da instituição envolvidos com a criminalidade e também com instituições externas, a fim de trocarem experiências e adequarem planos de ações que envolvam o controle regional da atividade policial.			
Meta Física				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Ação de combate ao crime organizado	Unidade	4.039	1.165	28,84%
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
16.000,00	41.000,00	33.087,75	33.087,75	80,70%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.4 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2147. Consta-se que a meta física atingiu 28,84% do planejado. Os recursos, utilizados 80,70%, permitiram o financiamento das despesas, bem com as missões da equipe do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) na execução de suas atividades.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.3.4.

Tabela 3.3.4 – Valores Empenhados da Ação 2147, por Subitem de Despesas, em 2020

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	8.258,01	24,96%
15.01 – Diárias – Pessoal Militar no País	24.829,74	75,04%
Total	33.087,75	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.3.5 AÇÃO 2149 – GESTÃO DAS AÇÕES PARA DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIAL

A finalidade da ação 2149 é buscar o reconhecimento do MPTO como Instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e combate à corrupção e toda forma de criminalidade. A meta física prevista para a ação no exercício de 2020 foi realizar 556.586 procedimentos, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 1.073.980,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.5 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2149, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Título</i>	<i>Gestão das Ações para Defesa do Interesse Público no Processo Judicial e extrajudicial</i>
<i>Descrição</i>	<i>Realização de serviços para a sociedade mediante a atuação finalística dos membros do Ministério Público do Estado do Tocantins, através da manutenção das atividades e dos deslocamentos dos membros e servidores das Promotorias e Procuradorias de Justiça no exercício de suas funções; realização de efetivo apoio operacional à atuação institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins, mediante o custeio das atividades e dos deslocamentos de membros e servidores dos Centros de Apoio Operacional; e a realização de ações, através de convênios, acordos ou instrumentos congêneres, para criação, estruturação e manutenção de novos serviços de</i>

Quadro 3.3.5 – Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação 2149, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>apoio operacional.</i>				
<i>Meta Física</i>				
<i>Produto</i>	<i>Unidade de medida</i>	<i>Planejado (A)</i>	<i>Executado (B)</i>	<i>% (B/A)=C</i>
Ação Ministerial	Unidade	556.586	300.000	53,90%
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>				
<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>
1.098.980,00	1.073.980,00	254.859,64	223.878,04	23,73%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.5 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2149. Constata-se que a meta física chegou a 53,90% de execução e a meta financeira resultou em 23,73% do valor proposto. Os recursos permitiram o desenvolvimento de diversas atividades de apoio direto à atividade-fim, bem como a execução de projetos dos Centros de Apoio Operacional (Caops).

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.3.5.

Tabela 3.3.5 - Valores Empenhados da Ação 2149, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País</i>	97.008,39	38,06%
<i>40.14 – Outros Serviços de TIC</i>	9.306,92	3,65%
<i>92.14 – Despesas Exercícios Anteriores - Diárias – Civil</i>	7.464,48	2,93%
<i>92.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica</i>	633,92	0,25%
<i>92.93 – Despesas Exercícios Anteriores - Indenizações e Restituições</i>	2.241,44	0,88%
<i>93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório</i>	5.444,36	2,14%
<i>93.03 – Indenizações de Transportes</i>	131.502,31	51,60%
<i>93.99 – Outras Indenizações e Restituições</i>	1.257,82	0,49%
<i>Total</i>	<i>254.859,64</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.3.6 AÇÃO 2148 – GESTÃO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A ação 2148 tem como objetivo proporcionar a disseminação de dados institucionais e ampliar o acesso da sociedade ao MPTO e a suas informações. A meta física prevista para a ação no exercício de 2020 foi buscar a divulgação de 374.498 matérias veiculadas na mídia, de forma espontânea, tendo sido estabelecida a meta financeira de R\$ 632.935,00 como suporte de recursos.

Quadro 3.3.6– Caracterização, Metas Físicas e Financeiras da Ação Atividade 2148, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

Título		Gestão das ações de comunicação do Ministério Público		
Descrição	Ampla divulgação das ações institucionais do Ministério Público mediante a utilização de veículos de comunicação como tv, rádio, jornal, outdoor, revistas e sites, entre outros; contratação de empresa especializada para produção de clipping eletrônico, material técnico, folders, banners, cartazes, cartilhas, revistas, faixas, documentários, vts, jingles e spots. Além disso, será publicado informativo periódico para a divulgação das ações institucionais; articulação, acompanhamento e divulgação junto à imprensa estadual e implantação de banco de imagens do Ministério Público; desenvolvimento de programas e projetos visando dar conhecimento à sociedade sobre as funções institucionais do Ministério Público e como fazer para ter acesso.			
<i>Meta Física</i>				
Produto	Unidade de medida	Planejado (A)	Executado (B)	% (B/A)=C
Matérias veiculadas na mídia	Unidade	374.498	7.202	1,9%
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
632.935,00	632.935,00	62.601,88	50.790,88	9,89%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.3.6 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2148. Constata-se que a meta física ficou aquém do planejado e a meta financeira resultou em 9,89% do previsto. Os recursos permitiram o desenvolvimento de diversas atividades da Assessoria de Comunicação, como a impressão de materiais gráficos e contratação de empresa para serviço de clipagem de mídia.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.3.6.

Tabela 3.3.6- Valores Empenhados da Ação 2148, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País</i>	2.063,88	3,30%
<i>39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento</i>	7.280,00	11,63%
<i>39.59 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto</i>	34.560,00	55,21%
<i>39.63 – Serviços Gráficos</i>	18.698,00	29,87%
<i>Total</i>	<i>62.601,88</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021.

3.4 EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO: 1144 – MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” agrega as ações de suporte financeiro ao apoio administrativo da Instituição. Produz resultado mediato à sociedade, mas imprescindível à atividade finalística, que se encontra no cerne de seu propósito. O programa não possui indicadores, seu desempenho é intrinsecamente dependente e mensurado a partir dos resultados dos programas temáticos a que oferece suporte. As ações do programa são atividades que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam produtos necessários à manutenção das ações dos programas “1173 – Justiça” e “1170 – Modernização e Governança da Justiça”. Ressaltamos, ainda, em relação às ações do programa 1144, que conforme a metodologia de elaboração do PPA 2020-2023, não há definição de metas físicas, apenas financeiras, para sua execução.

O Quadro 3.4 apresenta o objetivo do programa e o resumo de sua execução orçamentária. Seu orçamento inicial foi definido em R\$ 200.347.270,00, tendo sido reduzido em R\$ 2.188.754,00, encerrando o exercício com orçamento autorizado no montante de R\$ 198.158.516,00. Observa-se ainda que o programa foi executado em 93,94% de sua totalidade, pois a despesa empenhada atingiu R\$ 186.167.606,66.

Quadro 3.4 - Caracterização e Execução Orçamentária do Programa de Gestão 1144, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Denominação</i>	<i>Manutenção do Ministério Público</i>		
<i>Objetivo</i>	<i>Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos, permitindo a realização de despesas de natureza administrativa que não puderam ser apropriadas nos Programas Temáticos.</i>		
<i>Dotação Orçamentária do Exercício 2020</i>	<i>Inicial: R\$ 200.347.270,00</i>	<i>Autorizada: R\$ 198.158.516,00</i>	<i>Empenhada: R\$ 186.167.606,66</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

As despesas custeadas pelo Programa englobam a manutenção de recursos humanos, de recursos informáticos, de material e de patrimônio para a sede da Procuradoria-Geral de Justiça e as demais sedes de promotorias, da Capital e do interior do Estado. Incluem-se entre suas despesas os contratos de limpeza e conservação, locação de imóveis, manutenção de instalações e equipamentos, serviços de telecomunicações, energia elétrica e a aquisição de materiais de consumo e expediente para o abastecimento dos almoxarifados e outros bens afins.

Apresentado o Programa, passemos ao detalhamento das ações que o compõem. É por meio destas que o MPTO provê os recursos para a implementação e gestão de seus programas temáticos. O programa “1144 – Manutenção do Ministério Público” é formado por 06 (seis) ações, sendo todas classificadas como atividades.

3.4.1 AÇÃO 2289 – MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Com a finalidade de manter os serviços disponíveis à sociedade tocantinense, o MPTO preserva o corpo de promotores/procuradores de Justiça e o quadro auxiliar de servidores como integrantes da Instituição, através da ação 2289. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 160.835.454,00.

<i>Quadro 3.4.1 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2289, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)</i>	
<i>Título</i>	<i>Manutenção de Recursos Humanos</i>
<i>Descrição</i>	<i>Custeio das despesas com pessoal e encargos sociais para desempenho das atividades do Ministério Público.</i>
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>	

Quadro 3.4.1– Caracterização e Metas Financeiras da Ação Atividade 2289, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Dotação autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>
160.835.454,00	160.835.454,00	154.372.932,44	154.372.932,44	95,98%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.1 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2289. Consta-se que sua meta financeira resultou em 95,98% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de subsídios, vencimentos, vantagens e encargos sociais aos membros e servidores, em média, por mês.

Não foram contingenciados valores da ação, seus recursos empenharam-se conforme subitens de despesas da tabela 3.4.1.

Tabela 3.4.1 - Valores Empenhados da Ação 2289, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>05.07 – Salário-Família – Ativo pessoal Civil</i>	388,96	0,00%
<i>11.01 – Vencimento e Salários</i>	7.962.902,30	5,16%
<i>11.07 – Abono de Permanência</i>	615.075,97	0,40%
<i>11.33 – Gratificação por Exercício de Funções</i>	13.272.654,41	8,60%
<i>11.42 – Férias Indenizadas</i>	175.771,18	0,11%
<i>11.43 – Décimo Terceiro Salário</i>	9.121.519,02	5,91%
<i>11.45 – Férias – Abono Constitucional</i>	3.475.940,82	2,25%
<i>11.74 – Subsídios</i>	87.277.355,09	56,54%
<i>12.01 – Soldo</i>	240.412,43	0,16%
<i>12.22 – Décimo Terceiro Salário</i>	24.719,92	0,02%
<i>12.33 – Gratificação de Exercício de Funções</i>	48.314,64	0,03%
<i>12.44 – Férias Abono Pecuniário</i>	11.283,55	0,01%
<i>13.01 – Contribuição Patronal – Ativo Civil</i>	18.712.120,17	12,12%
<i>13.02 – Contribuições Previdenciárias - INSS</i>	2.531.958,67	1,64%
<i>13.03 – Contribuições Assistenciais - PlanSaúde</i>	571.135,99	0,37%
<i>13.14 – Seguridade Municipal - Requisitado</i>	42.567,87	0,03%
<i>13.16 – Multas</i>	2.005,96	0,00%
<i>13.17 – Juros</i>	47,51	0,00%
<i>13.40 – Encargos de Pessoal Requisitado de Outros Entes RPPS</i>	19.974,60	0,01%
<i>92.11 – Desp. Exercícios. Anteriores – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil</i>	249.122,47	0,16%

Tabela 3.4.1 - Valores Empenhados da Ação 2289, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
92.12 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoa Militar	10.924,02	0,01%
92.13 – Desp. Exerc. Ant. - Obrigações Patronais	125,37	0,00%
92.94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas	20.366,97	0,01%
94.01 – Indenizações e Restituições Trabalhistas	9.986.244,55	6,47%
<i>Total</i>		<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

3.4.2 AÇÃO 2285 – MANUTENÇÃO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A finalidade da ação 2285 é manter o programa de estágio instituído pelo MPTO. A meta financeira para a ação foi definida em R\$ 683.042,00.

Quadro 3.4.2 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação 2285, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Título</i>	<i>Manutenção de estagiários e Residentes do Ministério Público</i>			
<i>Descrição</i>	<i>Contratação e manutenção de programa de estágio remunerado e não-remunerado para atender às necessidades do Ministério Público.</i>			
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>				
<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Dotação autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>
2.871.796,00	683.042,00	665.641,15	665.641,15	97,45%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.2 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2285. Consta-se que sua meta financeira resultou em 97,45% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de agente de integração, Instituto Euvaldo Lodi (IEL), bem como as bolsas estágio aos aprendizes de diversos cursos de graduação.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.4.2.

Tabela 3.4.2 - Valores Empenhados da Ação 2285, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
39.48 – Serviços de Seleção e Treinamento	18.176,20	2,73%

Tabela 3.4.2 - Valores Empenhados da Ação 2285, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
39.72 – Vale-Transporte	27.405,00	4,12%
39.79 – Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	620.059,95	93,15%
<i>Total</i>	<i>665.641,15</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

3.4.3 AÇÃO 2284 – MANUTENÇÃO DE AUXÍLIOS E OUTROS DIREITOS A MEMBROS E SERVIDORES DO MPTO

A ação 2284 tem como objetivo custear o pagamento de auxílios e outros direitos, estabelecidos conforme a legislação em vigor, aos integrantes da Instituição. A meta financeira para a ação, no exercício, foi estabelecida em R\$ 22.019.372,00.

Quadro 3.4.3 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação 2284, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Título</i>	<i>Manutenção de auxílios e outros direitos a membros e servidores do MPTO</i>			
<i>Descrição</i>	<i>Manutenção dos benefícios, auxílios e direitos dos membros e servidores do Ministério Público</i>			
<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>				
<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Dotação autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>
22.019.372,00	22.019.372,00	21.312.553,06	21.312.553,06	96,79%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.3 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2284. Constata-se que sua meta financeira resultou em 96,79% do planejado. Os recursos permitiram o pagamento de auxílio-alimentação, auxílio-creche, auxílio-moradia, Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), bem como auxílio-natalidade, especial e funeral.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.4.3.

Tabela 3.4.3 - Valores Empenhados da Ação 2284, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>08.01 – Auxílio-funeral Civil Ativo</i>	5.932,02	0,03%
<i>08.05 – Auxílio-natalidade Ativo Civil</i>	15.675,00	0,07%
<i>08.13 – Salário-Família – Ativo Pessoal Civil</i>	1.944,80	0,01%
<i>08.19 – Auxílio-creche</i>	553.407,11	2,60%
<i>08.20 – Auxílio Especial</i>	102.970,00	0,48%
<i>46.01 – Indenização Auxílio-Alimentação</i>	14.484.699,98	67,96%
<i>93.01 – Ajuda de Custo de Natureza Indenizatória</i>	5.988.636,54	28,10%
<i>93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório</i>	159.287,61	0,75%
<i>Total</i>	<i>21.312.553,06</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

3.4.4 AÇÃO 2210 – COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Com a finalidade de garantir a infraestrutura e os serviços necessários para manutenção das unidades e para realização das ações previstas, o programa 1144 – Manutenção do Ministério Público possui a ação 2210. A meta financeira proposta para a ação foi estabelecida em R\$ 11.144.698,00 no exercício de 2020.

Quadro 3.4.4 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação 2210, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

<i>Título</i>	<i>Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais</i>			
<i>Descrição</i>	<i>Custeio de despesas tais como: viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); serviços postais; telefonia fixa ou celular; manutenção dos serviços de telecomunicações; serviços de telecomunicações, excluindo os de teleprocessamento; aquisição e guarda de material de consumo e expediente; comunicações administrativas; assinatura de jornais, periódicos e afins; aluguéis, despesas de condomínio, seguros; locação de mão de obra para serviços de vigilância e limpeza; conservação, reformas e adaptações de imóveis (que não envolvam alteração na estrutura do imóvel); serviços de utilidade pública: água, luz, gás e afins; aquisição de equipamentos de ar-condicionado, de preservação de incêndio, elevadores, escadas rolantes e outros afins.</i>			
	<i>Meta Financeira (em R\$ 1,00)</i>			
<i>Dotação inicial (A)</i>	<i>Dotação autorizada (B)</i>	<i>Empenhado (C)</i>	<i>Liquidado (D)</i>	<i>%(C/B)= E</i>

Quadro 3.4.4 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação 2210, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

11.144.698,00	11.144.698,00	7.636.966,68	6.766.759,52	68,53%
---------------	---------------	--------------	--------------	--------

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.4 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2210. Constata-se que sua meta financeira resultou 68,53% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender às despesas administrativas do MPTO, relacionadas com energia elétrica, água e esgoto, telefonia, contratos de manutenção de serviços gerais, postagens, diárias, suprimentos de fundos, passagens aéreas e terrestres, material de expediente, locação de imóveis, serviços de locação de mão de obra na área de limpeza e higienização e outras obrigações mensais indispensáveis ao bom funcionamento das atividades-meio e atividades finalísticas desenvolvidas pela Instituição.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.4.4.

Tabela 3.4.4 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País</i>	96.957,78	1,27%
<i>30.04 – Gás e outros materiais Engarrafados</i>	5.235,00	0,07%
<i>30.07 – Gêneros de Alimentação</i>	20.245,97	0,27%
<i>30.10 – Material Odontológico</i>	820,71	0,01%
<i>30.15 – Material para Festividades e Homenagens</i>	67.623,10	0,89%
<i>30.16 – Material de Expediente</i>	48.534,28	0,64%
<i>30.17 – Material de Processamento de Dados</i>	10.805,00	0,14%
<i>30.19 – Material de acondicionamento e embalagem</i>	10.696,22	0,14%
<i>30.20 – Material de Cama, Mesa e Banho</i>	1.454,60	0,02%
<i>30.21 – Material de Copa e Cozinha</i>	17.362,80	0,23%
<i>30.22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização</i>	15.762,45	0,21%
<i>30.23 – Uniformes, Tecidos e Aviamentos</i>	960,00	0,01%
<i>30.24 – Material p/ Manutenção de Bens Imóveis e Instalações</i>	46.483,27	0,61%
<i>30.26 – Material Elétrico e Eletrônico</i>	38.311,64	0,50%
<i>30.28 – Material de Proteção e Segurança</i>	27.241,72	0,36%
<i>30.30 – Material p/ Comunicações</i>	8.714,19	0,11%
<i>30.35 – Material Laboratorial</i>	50,00	0,00%

Tabela 3.4.4 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
30.36 – Material Hospitalar	48.718,72	0,64%
30.42 – Ferramentas	5.060,92	0,07%
30.44 – Material de Sinalização Visual e Outros	48.983,07	0,64%
30.50 – Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	7.832,00	0,10%
30.96 – Material de Consumo – Pagamento Antecipado	7.972,34	0,10%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	807,70	0,01%
33.01 – Passagens para o País	67.043,29	0,88%
33.06 – Locomoção Urbana	1.440,00	0,02%
36.15 – Locação de Imóveis	402.799,86	5,27%
36.96 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física – Pagamento Antecipado	4.298,50	0,06%
36.99 – Outros	7.075,04	0,09%
37.02 – Limpeza e Conservação	4.630.854,79	60,64%
39.10 – Locação de Imóveis	26.130,64	0,34%
39.12 – Locação de Máquinas e Equipamentos	9.641,47	0,13%
39.14 – Locação de Bens Móveis de Outras Natureza e Intangíveis	550,00	0,01%
39.16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	14.607,51	0,19%
39.17 – Instalação, Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	91.128,00	1,19%
39.20 – Reparo e Conservação de Bens Móveis de Outras Natureza	238.081,93	3,12%
39.41 – Fornecimento de Alimentação (despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive buffets, lanches e similares)	1.662,50	0,02%
39.43 – Serviços de Energia Elétrica	1.073.505,25	14,06%
39.44 – Serviços de Água e Esgoto	116.372,90	1,52%
39.46 – Serviços Domésticos	505,00	0,01%
39.47 – Serviços de Comunicação em Geral	22.848,00	0,30%
39.50 – Serviços Médico Hospitalar, Odontológico e Laboratoriais	17.250,00	0,23%
39.55 – Serviços de Postagens	56.675,90	0,74%
39.63 – Serviços Gráficos	5.083,37	0,07%
39.72 – Vale-Transporte	1.324,56	0,02%
39.78 – Limpeza e Conservação	1.400,00	0,02%
39.81 – Serviços Bancários	27.517,76	0,36%
39.96 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Pagamento Antecipado	6.995,00	0,09%

Tabela 3.4.4 – Valores Empenhados da Ação 2210, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
39.99 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	4.405,00	0,06%
40.03 – Desenvolvimento, Manutenção Corretiva/Adaptativa e Sustentação de Softwares	25.076,56	0,33%
40.08 – Telefonia Fixa	133.736,38	1,75%
40.09 – Telefonia Móvel – Pacote de Comunicação de Dados	69.722,02	0,91%
47.10 – Taxas	19.853,17	0,26%
47.15 - Multas	63,47	0,00%
47.18 – Contribuição Previdenciárias - Serviços de Terceiros	1.708,64	0,02%
47.96 – Obrigações Tributárias - Pagamento Antecipado	849,70	0,01%
92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil	13.239,36	0,17%
92.36 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	536,71	0,01%
92.39 – Desp. Exerc. Ant. - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	873,81	0,01%
93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório	2.817,07	0,04%
93.09 – Indenizações por Contrato	2.660,04	0,03%
<i>Total</i>	<i>7.636.966,68</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

3.4.5 AÇÃO 2310 – MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE

A finalidade da ação 2310 é contribuir para manutenção e aperfeiçoamento das atividades e serviços desenvolvidos na área de transportes, agregando as despesas com deslocamentos que não são passíveis de apropriação nos programas temáticos. A meta financeira para a ação foi estabelecida em R\$ 654.950,00.

Quadro 3.4.5 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação 2310, conforme Revisão do PPA 2020-223 (2020)

Título	Manutenção dos serviços de transporte
Descrição	Despesas relacionadas a serviços de transporte, tais como: manutenção, revisão e reparos de veículos; combustíveis: gasolina, álcool, óleo diesel, lubrificantes; peças e acessórios; aquisição de veículos; licenciamento e seguros; e aluguéis ou contratação de serviços de transporte.

Quadro 3.4.5 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação 2310, conforme Revisão do PPA 2020-223 (2020)

Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
654.950,00	654.950,00	339.502,24	319.243,53	51,84%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.5 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2310. Constatou-se que sua meta financeira resultou em 51,84% do planejado. Os recursos consignados na ação visaram atender despesas com aquisição de combustíveis, peças e acessórios, seguros e serviços para a frota de veículos do MPTO, além do pagamento de diárias aos motoristas.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitem de despesas da tabela 3.4.5.

Tabela 3.4.5 – Valores Empenhados da Ação 2310, por Subitem de Despesas, em 2020

<i>Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)</i>	<i>Valor</i>	<i>% Total</i>
<i>14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País</i>	96.128,20	28,31%
<i>30.01 – Combustíveis e Lubrificantes Automotivos</i>	107.896,64	31,78%
<i>30.39 – Material para Manutenção de Veículos</i>	4.208,65	1,24%
<i>39.19 – Manutenção e Conservação de Veículos e Máquinas Pesadas</i>	52.491,83	15,46%
<i>39.69 – Seguros em Gerais</i>	78.464,20	23,11%
<i>92.14 – Desp. Exerc. Ant. - Diárias – Civil</i>	252,72	0,07%
<i>93.02 – Restituições de Caráter Indenizatório</i>	60,00	0,02%
<i>Total</i>	<i>339.502,24</i>	<i>100,00%</i>

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021.

3.4.6 AÇÃO 2294 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

A ação 2294 tem como finalidade garantir infraestrutura e sistemas adequados para a realização das ações do MPTO. A meta financeira para a ação no exercício foi definida em R\$ 2.821.000,00.

Quadro 3.4.6 – Caracterização e Metas Financeiras da Ação 2294, conforme Revisão do PPA 2020-2023 (2020)

Título	Manutenção dos Serviços de Tecnologia da Informação			
Descrição	Despesas relacionadas a serviços de tecnologia da informação, tais como: apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e aquisição e locação de softwares básicos de informática.			
Meta Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação inicial (A)	Dotação autorizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	%(C/B)= E
2.821.000,00	2.821.000,00	1.840.011,09	1.644.832,08	65,23%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 26.01.2021, PPA 2020 – 2023 e DEPLAN/DG/PGJ.

O quadro 3.4.6 resume o ocorrido no exercício de 2020 com a ação 2294. Constata-se que sua meta financeira resultou em 65,23% do planejado. Os recursos consignados na ação foram empregados na aquisição de suprimentos de informática, de licenças de softwares e na manutenção de link para conexão de dados e internet para as unidades do MPTO.

Os recursos da ação foram empenhados conforme subitens de despesas da tabela 3.4.6.

Tabela 3.4.6 – Valores Empenhados da Ação 2294, por Subitem de Despesas, em 2020

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor	% Total
14.01 – Diárias – Pessoal Civil no País	26.661,96	1,45%
30.17 – Material de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC	59.553,63	3,24%

Tabela 3.4.6 – Valores Empenhados da Ação 2294, por Subitem de Despesas, em 2020

Subitem de Despesas (Manual Técnico de Orçamento – Seplan 2020)	Valor	% Total
30.22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização	254,70	0,01%
30.26 – Material Elétrico e Eletrônico	2.535,00	0,14%
30.29 – Material de Áudio, Vídeo, Foto e Imagem de Satélite	2.960,33	0,16%
30.42 – Ferramentas	900,00	0,05%
30.99 – Outros Materiais de Consumo	7.782,68	0,42%
40.07 – Comunicação de Dados e Redes em Geral	1.739.362,79	94,53%
Total	1.840.011,09	100,00%

Fonte: Sistema Siafe-TO, em 25.01.2021.

4. Informações sobre Monitoramento de Projetos Estratégicos.

Os projetos estratégicos fazem parte do arcabouço conceitual do BSC, sendo imprescindíveis para o sucesso do planejamento das organizações. No MPTO, os projetos estratégicos possuem metodologia de gestão própria que atende às peculiaridades da Instituição, abrangendo desde a fase de elaboração até a avaliação de projetos.

Esta seção do Relatório é o resultado do processo de acompanhamento da execução dos projetos estratégicos aprovados. A metodologia para sua elaboração parte do confronto entre o plano de ação, aprovado no termo de abertura, e a descrição dos resultados obtidos em cada etapa pelo gerente responsável. Munido desses dois componentes, o Escritório de Projetos avalia se as etapas propostas para o período foram ou não cumpridas. São atribuídos os conceitos: “Atrasado”, “Em execução” e “Concluído”. O Escritório, então, apura o indicador de execução de cada projeto, chamado de Índice de Realização Física (IRF), a partir da média simples dos scores obtidos. Por último, documentam-se como lições aprendidas os comentários dos gerentes em relação às dificuldades enfrentadas durante a execução do projeto.

No exercício de 2020, foram executados 49 (quarenta e nove) projetos estratégicos institucionais, os quais são demonstrados a seguir:

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

Projetos	Nome do Projeto	Unidade Responsável	Objetivo Geral	Vinculação a Carta de Brasília – Diretrizes Estruturantes	Status	Ano
01	Elaboração, monitoramento e gerenciamento do Planejamento Estratégico 2020-2028	DEPLAN	Elaborar, monitorar e gerenciar o novo Planejamento Estratégico Institucional para o período de 2020-2029.	b) Concepção do Planejamento Estratégico como garantidor da Unidade do Ministério Público;	Em execução	2019
02	Mediar para proteger	11ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Capacitar os servidores da 11ª Promotoria de Justiça de Araguaína para atender famílias com idosos em situação de conflitos por meio da técnica de mediação de conflitos a fim de promover o resgate da comunicação e convivência harmoniosa.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
03	Desconstruindo o mito Amélia	Núcleo Maria da Penha	Criar grupos reflexivos com autores de violência encaminhados do Poder Judiciário, objetivando prevenir e combater a violência doméstica e familiar, ministrados por equipe multidisciplinar composta pelo Núcleo Maria da Penha e órgãos parceiros.	c) Priorização da atuação preventiva, de modo a atuar programaticamente para combater ilícitos que possam gerar situações de lesão ou de ameaça aos direitos fundamentais afetos à atuação do Ministério Público, priorizando, para tanto, medidas extrajudiciais e judiciais que sejam efetivas e eficientes para evitar essa prática;	Concluído	2019
04	Ampliação da frota de veículos do MP 2019	Departamento Administrativo – Área de Transporte	Promover encontros quinzenais e acompanhamentos durante um período determinado judicialmente; e ainda, viabilizar a inserção no mercado de trabalho, participação em cursos de alfabetização e profissionalizantes, evitando assim a repetição de atos de violência contra a mulher.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
05	Regularização dos prédios próprios do MPE	Departamento Administrativo –	Regularizar a situação dos prédios próprios pertencentes à Procuradoria-	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de	Concluído	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

		Área de Suporte	Geral de Justiça.	maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;		
06	Semana da Saúde 2019	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento – Área da Saúde	Realizar ações voltadas à Promoção da Saúde dos servidores e membros do MPTO, com o objetivo de reduzir as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta Instituição. A ação compreende uma semana de atividades, que buscam estimular o cuidado com a saúde na sua totalidade.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
07	Criação do Núcleo de Estatística da Corregedoria-Geral	Corregedoria Geral do MP	Gerar informações confiáveis para otimizar a tomada de decisões institucional.	d) Implementação de indicadores aptos a mensurar o cumprimento das metas e a resolutividade das demandas combinadas com atuação pautada em diagnóstico prévio das carências e necessidades da sociedade;	Em execução	2019
08	Estruturação do DMTI 2019		Estruturar de forma adequada o DMTI para que o mesmo possa cumprir o papel desejado pela Instituição, ajudando a alcançar os objetivos estratégico Institucionais, na economia de recursos, transparência, controle e agilidade dos processos, garantindo ainda a segurança da informação para a continuidade do negócio.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

09	Gestor de Inspeções	Corregedoria Geral do MP	Criar sistema integrado de gestão de inspeções.	d) Implementação de indicadores aptos a mensurar o cumprimento das metas e a resolatividade das demandas combinadas com atuação pautada em diagnóstico prévio das carências e necessidades da sociedade;	Concluído	2019
10	Reestruturação interna da Corregedoria-Geral	Corregedoria Geral do MP	Possibilitar a execução eficiente de projetos, com cumprimento de metas e ausência de sobrecarga funcional.	g) Redimensionamento e redistribuição dos recursos materiais e humanos de acordo com as prioridades elencadas no Planejamento Estratégico e nos Planos de atuação.	Concluído	2019
11	Prêmio Ministério Público de Jornalismo 4ª Edição	ASCOM	Reconhecer e valorizar o trabalho de veículos, jornalistas e estudantes que publicam matérias pertinentes à atuação do MP/TO em favor da sociedade, cumprindo seu dever de provocar reflexões e debates na sociedade e estimular mudanças e soluções.	l) Criação de canais institucionais que possibilitem o diálogo e a interação permanente com as organizações, movimentos sociais e com a comunidade científica;	Concluído	2019
12	Contratação de banco de preços	Departamento Administrativo - Área De Compras	Ampliar e acelerar os resultados de pesquisa de preços através da contratação da ferramenta Banco de Preços, aferindo a realidade dos preços, garantindo segurança, agilidade e economia aos processos de compras públicas.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

13	MP EnCanto 2019	Assessoria de Cerimonial	Formar um coral para apresentações em eventos e cerimônias do Ministério Público do Estado do Tocantins, bem como, a realização de cantatas de Natal, Homenagens dentre outras ocasiões previamente definidas.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
14	Iluminar e economizar	Departamento Administrativo - Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial	Promover a troca das lâmpadas fluorescentes por dispositivos de LED por ser um produto que proporciona eficiência energética e sustentabilidade à iluminação da sede da Procuradoria-Geral de Justiça.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
15	Propriedade Legal: Atuação do MP na efetividade do código florestal	CAOMA	Garantir efetividade no cumprimento do novo Código Florestal por meio do combate e responsabilização pelos desmatamentos ilegais com efetiva regularização do Cadastro Ambiental Rural.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
16	Saúde em primeiro lugar	CAOCID	Com o objetivo de destacar a importância das ações voltadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças no Estado do Tocantins a partir da Política Nacional da Atenção Básica o presente projeto visa no ano de 2019 realizar Seminário alusivo ao Dia Mundial da Saúde que se dá no dia 07 de Abril.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
17	13 anos da Lei Maria da Penha	Núcleo Maria da Penha	Comemorar e debater sobre os 13 anos de promulgação da Lei nº 11.340/2006 – a Lei Maria da Penha - destacando	c) Priorização da atuação preventiva, de modo a atuar programaticamente para combater ilícitos que possam gerar situações de lesão ou de ameaça aos direitos	Concluído	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

			seus avanços e os seus desafios no combate e prevenção da violência doméstica contra as mulheres.	fundamentais afetos à atuação do Ministério Público, priorizando, para tanto, medidas extrajudiciais e judiciais que sejam efetivas e eficientes para evitar essa prática;		
18	Vistorias em casas de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no TO	CAOCID	Realizar no período de Janeiro a Dezembro/2019 campanhas institucionais a fim de subsidiar Promotores de comarcas onde houver a instalação de Casas de abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nos municípios do Estado do Tocantins para a correta atuação e cumprimento das Diretrizes Nacionais de Abrigo das Mulheres em situação de violência, com fulcro que sejam observados os princípios, as diretrizes e os objetivos da Política e no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
19	Dia da luta Nacional da Pessoa com Deficiência	CAOCID	Com o objetivo de destacar a importância das ações voltadas para a promoção dos direitos das Pessoas com Deficiências no Estado do Tocantins a partir da Política Nacional da Pessoa com Deficiência o presente projeto visa no ano de 2019 realizar Seminário alusivo ao Dia da Luta Nacional das Pessoas com Deficiências que se dá no dia 21 de Setembro, sendo uma oportunidade de reunir forças e reivindicar direitos, além de refletir sobre a importância da inclusão social.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

20	Pelas Lentes do MP	CAOCID	Realizar, no período de Janeiro a Dezembro/2019, campanha institucional a fim de promover concurso de fotografias amadoras produzidas por Promotores de Justiça e servidores do MPE/TO durante a sua atuação na defesa dos interesses sociais.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
21	Chega de Lixão	CAOMA	Pactuar arranjos institucionais e operacionais que viabilizem a implantação de modelos intermunicipais de gestão de resíduos sólidos pautados pelos melhores arranjos técnicos e financeiros decorrentes da base de informações geradas e poder de negociação do Ministério Público.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
22	Painel de monitoramento de queimadas ilegais e incêndios florestais no TO	CAOMA	Realizar o monitoramento de queimadas ilegais e incêndios florestais no Estado do Tocantins, possibilitando a responsabilização dos infratores, por meio dos instrumentos regulares de atuação extrajudicial ou judicial por parte do MPTO e demais órgãos com atuação administrativa.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução	2019
23	Meio ambiente legal – Vistorias e Pareceres 2019	CAOMA	Atender a 100% das vistorias demandadas pelas Promotorias de Justiça ao Caoma.	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução	2019
24	Recicla MP-2019	CAOMA	Implantar sistema de gestão de	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério	Em execução	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

			resíduos sólidos na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Tocantins, em Palmas, e nas promotorias do interior do Estado com vistas a reduzir a produção de resíduos sólidos no MPTO e promover a reciclagem e a reutilização.	Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;		
25	Estruturação do CAOMA	CAOMA	Aprimorar e modernizar a infraestrutura operacional do Caoma e promover a capacitação de seus técnicos para melhorar a eficácia no atendimento às demandas dos membros do MPTO.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
26	Auxiliar de Tutela Coletiva	Corregedoria Geral do MP	Reduzir o acervo de procedimentos extrajudiciais em atraso das Promotorias de Justiça; Adequar os procedimentos extrajudiciais aos padrões taxonômicos; Possibilitar aos promotores de justiça substitutos um primeiro contato com os procedimentos extrajudiciais; Valorizar a atuação do Ministério Público na tutela dos direitos difusos e coletivos.	f) Distribuição e redistribuição das atribuições, de modo a potencializar e a tornar mais efetivas as atividades extrajudiciais do Ministério Público	Concluído	2019
27	Águas da bacia do rio Formoso: Ministério Público na tutela dos recursos hídricos	CAOMA	Implantar e implementar no ano de 2019 ações de proteção, recuperação, monitoramento e conscientização ambiental na Bacia do Araguaia, com foco principal no rio Formoso, por meio da atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins, que venha a garantir segurança hídrica para população e sustentabilidade ambiental na produção agrícola irrigada da	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Em execução	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

			região.			
28	Adequação da infraestrutura mobiliária das Promotorias de 2ª Entrância	Departamento Administrativo - Área de Patrimônio	Proporcionar infraestrutura de mobiliário adequada às Promotorias de 2ª Entrância, localizadas em Alvorada, Ananás, Arapoema, Colmeia, Cristalândia, Filadélfia, Formoso do Araguaia, Itaguatins e Xambioá.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
29	Padronização das vestimentas dos servidores da área de transporte	Departamento Administrativo - Área de Transporte	Adquirir uniformes adequados à atividade de motorista de representação do Ministério Público do Estado do Tocantins lotados na Capital e Promotorias do interior do Estado, através de Registro de Preços, onde a princípio se pensou na aquisição para todos os servidores motoristas da Instituição.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução	2019
30	Você é Único	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento – Área da Saúde	Realizar um mapeamento da saúde dos integrantes do MPTO conhecer cada um na sua individualidade, com o fim de monitorar as condições de saúde de uma maneira mais eficiente. Adquirir vacinas contra o vírus influenza aos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
31	Fortalecendo o controle social na educação – Conselho legal	CAOPIJE	Promover o fortalecimento dos órgãos de gestão democrática e controle social da educação.	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Concluído	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

32	Transporte escolar, caminho legal para garantir educação para todos	CAOPIJE	Garantia da prestação, adequada, do serviço de transporte escolar.	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Concluído	2019
33	Aprendizagem é direito – Compromisso do MPTO com a qualidade na educação	CAOPIJE	Assegurar a promoção da educação pública de qualidade para crianças e adolescentes tocaninenses, com foco na aprendizagem e melhoria dos resultados educacionais da rede pública.	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Concluído	2019
34	Acesso a justiça	CAOPIJE	Instar o Estado a democratizar as políticas públicas voltadas para garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, bem como promover o acesso à justiça.	a) Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social;	Concluído	2019
35	Capacitando portas vozes 2019	ASCOM	Capacitar membros do Ministério Público do Tocantins para exercerem as funções de representantes institucionais perante a opinião pública, especialmente no que diz respeito ao relacionamento com a imprensa, por meio de treinamento teórico e prático.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
36	Implantação e estruturação do novo sistema de controle de almoxarifado	Departamento Administrativo-Área de Almoxarifado	Reduzir tempos e movimentos em sua logística interna com a Implantação de um sistema de Controle de Almoxarifado que atenda às necessidades desta PGJ	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

37	Diálogos em rede	21ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital	Criar espaços de diálogos e grupo de apoio de forma intersetoriais, visando atendimentos qualificados tecnicamente e mais efetivos, bem como a criação de fluxos e protocolos de atendimentos às crianças e adolescentes em situação vulnerável.	i. Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social.	Concluído	2019
38	MPTO articulando a gestão democrática nas escolas	21ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital	Promover a Gestão Democrática na Educação, por meio de ações articuladas e propositivas com vistas ao fortalecimento dos grêmios estudantis e conselhos escolares, visando garantir o cumprimento do direito à educação democrática e participativa para crianças e adolescentes do município de Palmas/TO.	i. Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social.	Concluído	2019
39	Cultura MP 2019	21ª Promotoria da Infância e Juventude da Capital	Implementar um Circuito Cultural voltado para as diversas formas de manifestações da cultura Hip Hop, bem como a realização de ações de prevenção e de enfrentamento das diversas formas de violência que atinge crianças, adolescentes e jovens.	i. Desenvolvimento de uma nova teoria do Ministério Público, embasada nos direitos e nas garantias constitucionais fundamentais, que possa produzir práticas institucionais que contribuam para a transformação da realidade social.	Concluído	2019
40	Soluções de contrainteligência – Varredura eletrônica e inspeção ambiental”	NIS	Promover a segurança institucional para o exercício livre e independente das funções constitucionais do Ministério Público.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
41	Semana de Segurança Institucional do MPTO – 2019	NIS	Difundir a cultura de segurança institucional, nos termos preconizados pela Resolução nº 156/2016, do Conselho Nacional do Ministério	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

			Público, através da implementação de uma semana de palestras, oficinas e treinamentos.			
42	Projeto Corrida da Justiça - 4ª Edição - Ano 2019	Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento	Participação como órgão parceiro e organizador da Corrida da Justiça que acontece anualmente como parte do Circuito de Corridas de Rua de Palmas, com objetivo de promover a prática esportiva e a cidadania, reunindo pessoas em busca de melhores condições físicas e de saúde, qualidade de vida e bem-estar, além de aproximar o cidadão dos órgãos que integram o sistema de Justiça no Estado do Tocantins.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Concluído	2019
43	CIRA – Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos	Chefia de Gabinete da PGJ	Criação de um núcleo, nos moldes de força tarefa, para atuação conjunta entre Ministério Público do Estado do Tocantins, Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, Procuradoria-Geral do Estado com o objetivo de recuperar bens e direitos a fim de ressarcir o patrimônio público, apurar e reprimir os crimes contra a ordem tributária de lavagem de dinheiro, blindagem patrimonial e organização criminosa com especial enfoque para recuperação de ativos, promovendo ações que resultem na responsabilização administrativa, civil e criminal dos envolvidos.	k) Estabelecimento da prática institucional de atuação por meio de projetos executivos e projetos sociais, de maneira regulamentada e com monitoramento para verificar a sua efetividade;	Em execução	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

44	Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI	Departamento de Planejamento e Gestão – Área de Apoio Técnico a Gestão Documental	Virtualizar os procedimentos administrativos visando a agilidade no processo de trabalho e economicidade.	o) Implementação de meios eletrônicos para a tramitação de procedimentos extrajudiciais, com vistas, principalmente, aos seguintes benefícios: celeridade no cumprimento dos despachos e diligências; facilidade de acesso aos autos pelos membros, servidores e interessados; viabilidade de compartilhamento de atos e peças processuais; facilidade de realização do controle do prazo, combinado com a avaliação do conteúdo da investigação pelas Corregedorias, pelo Conselho Superior ou pelas Câmaras de Coordenação e Revisão;	Concluído	2019
45	Saúde de qualidade nas UBS de Palmas/TO	27ª Promotoria de Justiça da Capital	Estabelecer mecanismos eficientes para fiscalizar e monitorar o funcionamento das Unidades Básicas de Saúde do Município de Palmas/TO.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Concluído	2019
46	A força do exemplo e a educação salvando vidas	1ª Promotoria de Justiça de Arraias	Contribuir para melhoria da educação escolar na promoção do acesso ao conhecimento com dedicação efetiva aos estudos, através de realização de palestras proferidas por cidadãos egressos da rede pública de ensino e tiveram notável ascensão social e material.	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Concluído	2019
47	Superar	2ª Promotoria de Justiça de Miracema	Triplicar os resultados de aprendizagem dos alunos da 1ª fase do ensino fundamental de Miracema no prazo de 2 (dois) anos	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento Estratégico Institucional;	Em execução	2019
48	Eleições seguras, só com urnas	CAOPIJE	Assegurar a orientação, fiscalização e a oferta de urnas eletrônicas a todos os municípios do Estado do Tocantins,	h)Atuação com base em Planos de Atuação, em Programas Institucionais e em Projetos Executivos que estejam em sintonia com o Planejamento	Concluído	2019

Quadro 4 – Resumo do Monitoramento dos Projetos Estratégicos em 2020

			para as eleições de Conselheiros Tutelares.	Estratégico Institucional;		
49	Ministério Público nas Universidades	CESAF	Proporcionar maior conhecimento das atividades finalísticas do MPTO aos(as) acadêmicos(as) do Curso de Direito, contando com a participação ativa dos membros do Ministério Público, que ficarão responsáveis pelas palestras.	l) Criação de canais institucionais que possibilitem o diálogo e a interação permanente com as organizações, movimentos sociais e com a comunidade científica;	Em execução	2019

5. Atividades das Estruturas Organizacionais

5.1 Estruturas da Administração Superior

5.1.1 Procuradoria-Geral de Justiça (Institucional)

A Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) é Órgão da Administração Superior do MPTO. A chefia da Instituição cabe ao Procurador-Geral de Justiça, substituído, em seus impedimentos e suas faltas, ou por delegação, pelo Subprocurador-Geral de Justiça.

As atribuições do Procurador-Geral de Justiça estão previstas no art. 29 da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e Lei Complementar nº 051/2008 (Lei Orgânica Estadual do MPTO), em consonância com as disposições das Constituições Federal e Estadual que regem a organização, princípios, legitimação, garantias, vedações e funções do MPTO.

Dentre as atribuições de natureza constitucional e infraconstitucional realizadas pelo Procurador-Geral de Justiça, sobressaem-se as seguintes atividades de execução: ajuizar ação penal de competências dos Tribunais; representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, do consumidor e de outros interesses difusos e coletivos, quando a autoridade reclamada for o Governador, o Presidente da Assembleia Legislativa, os Presidentes dos Tribunais ou Secretários de Estado; representar, para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou para prover a execução de Lei, de Ordem ou de Decisão Judicial.

5.1.2 Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ), Órgão da Administração Superior e de Execução do MPTO, é integrado por todos os Procuradores de Justiça em exercício e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.

Conta com 02 (duas) comissões permanentes, a Comissão de Assuntos Institucionais (CAI) e a Comissão de Assuntos Administrativos (CAA), ambas compostas por 03 (três) Procuradores de Justiça, com atribuições em suas respectivas áreas.

As sessões ordinárias são realizadas na primeira segunda-feira de cada mês, às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, localizado no 3º piso do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões extraordinárias e solenes acontecem sempre em face de convocação.

Dentre as atribuições do CPJ constantes do artigo 20 da Lei Complementar nº 51/2008, destacam-se: criação de cargos e serviços auxiliares, fixação e reajuste dos subsídios dos membros e servidores, modificações na Lei Orgânica, providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, aprovação da Proposta Orçamentária Anual e do Plano Plurianual, fixação e revisão das atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça, e decisão sobre pedidos de revisão de processo administrativo disciplinar.

O Colégio de Procuradores de Justiça é responsável, também, pelas eleições do Corregedor-Geral, do Ouvidor, do representante do colegiado no Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), dos coordenadores dos Centros de Apoio Operacional (Caops) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).

O Colegiado reúne-se, ainda, em sessões solenes, com o fim de dar posse ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, aos Membros eleitos do CSMP, ao Ouvidor, ao coordenador do Cesaf, aos Procuradores de Justiça e também aos Promotores de Justiça Substitutos.

Na tabela a seguir, Informamos, resumo da atuação do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público em 2020:

Tabela 5.1.2 – Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça, em 2020

Item	Descrição	Quantidade
1	Sessões Ordinárias	10
2	Sessões Extraordinárias	9
3	Sessões Solenes	5
4	Procedimentos apreciados	30
5	Resoluções publicadas	14

Tabela 5.1.2 – Atividades do Colégio de Procuradores de Justiça, em 2020

Item	Descrição	Quantidade
6	Proposta de alteração legislativa aprovada	1
Total		69

Fonte: Colégio de Procuradores de Justiça

5.1.3 Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) é Órgão que compõe a Administração Superior, estando afetos à sua competência os assuntos de carreira, dentre os quais as deliberações sobre concurso público, promoção, remoção, procedimento para vitaliciamento de Promotores de Justiça substitutos, etc. No âmbito administrativo, tem a seu cargo as decisões referentes às promoções de arquivamento de peças de informação ou inquérito civil público. Incumbe, também, a este Colegiado, a análise dos Relatórios de Correição e Inspeção realizados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, bem como, se for o caso, deliberar sobre providências a serem tomadas.

As sessões ordinárias são realizadas na segunda quinta-feira de cada mês, ou no primeiro dia útil subsequente, às 10 horas, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. As sessões são públicas, salvo se houver matéria que envolva análise de procedimento administrativo ou outra que, por sua natureza, reclame sigilo.

A Procuradoria-Geral de Justiça decidiu suspender a realização de todos os atos presenciais no âmbito do Ministério Público para evitar aglomerações de pessoas nas dependências deste Parquet, devido à pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Com a decisão, as sessões Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) passaram a ser realizadas remotamente, por meio do sistema virtual.

Na tabela a seguir, informamos o resumo da atuação do Conselho Superior do Ministério Público no período 2019/2020:

Tabela 5.1.3 – Atividades do Conselho Superior do Ministério Público, em 2019/2020

Item	Descrição	2019	2020
1	Atas	23	19
2	Atos	93	114
3	Circular	09	13
4	Editais de Apoio Institucional Cumulativo	-	-
5	Editais de Substituição Cumulativa	-	-
6	Editais de Remoção/Promoção Expedidos	60	101
7	Editais de Remoção/Promoção Julgados	52	78
8	Feitos físicos (Homologação de arquivamento, Declínios de atribuição e Recursos de indeferimento)	1.206	
9	Feitos eletrônicos – E-ext (Homologação de arquivamento, Declínios de atribuição e Recursos de indeferimento)	1.166	1.282
10	Feitos Físicos e eletrônicos julgados (Homologação de arquivamento, Declínios de atribuição e Recursos de indeferimento)	2.288	1701
11	Editais de Intimação Publicados	1.334	963
12	Memorandos	205	191
13	Ofícios	568	374
14	Pautas Ordinárias	12	12
15	Pautas Extraordinárias	11	07

16	Sessões Ordinárias	12	12
17	Sessões Extraordinárias	11	07
18	Resoluções	02	04
19	Súmulas, Extratos de Súmulas e Revisões	-	-
20	Registro e acompanhamento de comunicações de Procedimentos Preparatórios, Administrativos e Notícias de Fato.	1.639	6259
21	Registro e acompanhamento de comunicações de instauração de Inquérito Civil Públicos.	1.630	-
22	Procedimentos Administrativos (Requerimentos, Concursos, Vitaliciamentos e PAD's)	-	117
23	Movimentações no sistema eletrônico 'E-doc'	-	24777

Fonte: Conselho Superior do Ministério Público

5.1.4 Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, na forma da Lei Complementar Estadual nº 51/08, integra a estrutura do MPTO e, ao lado da Procuradoria-Geral de Justiça, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, compõe a Administração Superior da Instituição.

As atividades desempenhadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, mediante as correições ordinárias realizadas junto às Promotorias e Procuradorias de Justiça, têm um papel relevante no aperfeiçoamento da prestação de serviços e no desempenho eficiente das ações do MPTO. As correições têm buscado verificar a regularidade dos serviços das promotorias e procuradorias de Justiça e o cumprimento dos deveres funcionais por parte de seus titulares.

No decorrer de 2020 foram realizadas diversas correições, em consonância com o cronograma aprovado e amplamente divulgado no sítio eletrônico:

<https://mpto.mp.br/corregedoria/2018/08/17/cronograma>, atualizado em 03/06/2020, divididas entre as Promotorias da Capital e interior do Estado do Tocantins, onde se verificou a regularidade dos trabalhos desenvolvidos pelos Órgãos de Execução, conforme detalhado a seguir:

Tabela 5.1.4 – Órgãos Inspeccionados, em 2020

Item	Período	Local	Cidade
1	Fevereiro	Promotorias de Justiça de Araguacema	Araguacema
2		Promotorias de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso do Tocantins
3	Março	Promotorias de Justiça de Colmeia	Colmeia
4	Julho	Promotoria de Justiça de Ponte Alta do Tocantins	Ponte Alta do Tocantins
5		Promotorias de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional
6		Promotoria de Justiça de Novo Acordo	Novo Acordo
7		Promotorias de Justiça de Araguatins	Araguatins
8		Promotorias de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis
9		Promotoria de Justiça de Itaguatins	Itaguatins
11		Agosto	Promotoria de Justiça de Arapoema
12	Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins		Colinas do Tocantins
13	Promotorias de Justiça de Guaraí		Guaraí
14	Promotoria de Justiça de Taguatinga		Taguatinga
15	Promotoria de Justiça de Aurora do Tocantins		Aurora do Tocantins

Tabela 5.1.4 – Órgãos Inspeccionados, em 2020

Item	Período	Local	Cidade
15		Promotoria de Justiça de	Arraias
16	Setembro	Promotorias de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis
17		Promotoria de Justiça de Ananás	Ananás
18		Promotoria de Justiça de Xambioá	Xambioá
19	Outubro	Sede das Procuradorias de Justiça	Palmas

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Além disso, no mês de outubro, foram inspeccionadas todas as Procuradorias de Justiça. As primeiras inspeções, nos meses de fevereiro e março, foram realizadas presencialmente, sendo que as demais, em decorrência da pandemia do Coronavírus, foram executadas virtualmente, nos termos do Ato CGMP nº 01/2020.

Quanto aos Procedimentos Administrativos, há 03 (três) classes de procedimentos que podem tramitar no âmbito da Corregedoria-Geral:

Sindicância;

Pedido de Providências Classe I;

Pedido de Providências Classe II.

A Sindicância tem caráter disciplinar e destina-se a apurar infração aos deveres do cargo atribuída a membro do Ministério Público. O Pedido de Providências Classe I, também de natureza disciplinar, visa conferir ao membro do Ministério Público, previamente à instauração de Sindicância, uma oportunidade para se manifestar sobre a infração a ele atribuída. Sem ostentar natureza disciplinar, o Pedido de Providências Classe II tem caráter residual, destinando-se às demais atividades procedimentais da Corregedoria-Geral.

Tem-se, ainda, o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), que tramita perante o Conselho Superior do Ministério Público, após oferecimento de Súmula de Acusação pela Corregedoria-Geral.

Segue, abaixo, quadro com o quantitativo de procedimentos instaurados e Súmulas de Acusação oferecidas no ano de 2020:

Tabela 5.1.4.a – Procedimentos administrativos em 2020 (em unid.)

Espécie	Remanescentes	Instaurados	Arquivados	Súmula de acusação	Em andamento
Sindicância	-	-	-	-	-
Pedido de Providências Classe I	04	13	16	-	01
Pedido de Providências Classe II	08	*57	51	-	13
Total	12	70	67	-	14

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

* 01 (um) Pedido de Providências Classe II foi encaminhado a outro órgão interno.

Cabe à Corregedoria-Geral acompanhar o estágio probatório dos Membros do MPTO. Os dois primeiros anos de efetivo exercício do cargo corresponderão ao período de estágio probatório, durante o qual o membro do MPTO terá o seu trabalho e a suas condutas avaliadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público para fins de vitaliciamento.

No ano de 2020, a Corregedoria-Geral acompanhou o estágio probatório de 03 (três) promotores de justiça, todos com bom desempenho, o que levou à recomendação de vitaliciamento ao Conselho Superior do Ministério Público. Segue, abaixo, quadro demonstrativo das atividades realizadas pela Corregedoria-Geral, no ano de 2020, em relação ao estágio probatório:

Tabela 5.1.4.b – Estágio Probatório 2020 (em unid.)		
Item	Descrição	Quantidade
1	Membros Avaliados	3
2	Recomendação de Vitaliciamento	3
3	Membros em Estágio Probatório	0
4	Relatórios de Avaliação	27
5	Reuniões Realizadas	1
Total		34

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

O Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, instituído pelo Ato Conjunto PGJ/CGMP nº 01/2015 e executado no âmbito da Corregedoria-Geral, tem como objetivo normalizar o acervo dos procedimentos extrajudiciais em atraso nos órgãos de execução, além de possibilitar aos membros em estágio probatório um primeiro contato com a tutela coletiva. Em 2020, foram atendidas três Promotorias de Justiça, o que redundou no impulsionamento de 70 (setenta) procedimentos extrajudiciais, conforme quadro abaixo:

Tabela 5.1.4.c - Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva, em 2020			
Item	Local	Cidade	Quantidade
1	Promotorias de Justiça de Almas	Almas	14
2	Promotorias de Justiça de Natividade	Natividade	6
3	Promotorias de Justiça de Wanderlândia	Wanderlândia	50
Total			70

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

A Corregedoria-Geral tem como função orientar os membros do Ministério Público em suas atividades funcionais, observado, evidentemente, o princípio da independência funcional.

Além disso, cabe à Corregedoria-Geral expedir atos normativos com o objetivo de regulamentar e aperfeiçoar os serviços do Ministério Público, nos limites de suas atribuições.

No ano de 2020, foram expedidos vários atos e recomendações, conforme quadro abaixo:

Tabela 5.1.4.d – Atos Extrajudiciais Disciplinares, em 2020 (em unid.)		
Item	Descrição	Quantidade
1	Atos	2
2	Atos Conjuntos	13
6	Recomendações	2
7	Recomendações Conjuntas	3
Total		20

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

Destacamos a seguir os seguintes atos:

a) Recomendação nº 02/2020/CGMP, que dispõe sobre a participação presencial dos Promotores de Justiça nos julgamentos do Tribunal do Júri durante a pandemia;

b) Recomendações Conjuntas nº 01/2020/PGJ/CGMP/CAOPAC e 03/2020/PGJ/CGMP/CAOPAC, que orientam os membros no tocante à celebração do Acordo de Não Persecução Penal, e;

c) Ato nº 01/2020/CGMP, que dispõe sobre a realização de inspeções e correições virtuais.

A Corregedoria-Geral publicou, ainda, em conjunto com o Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (CAOPAC), o Manual de Acordo de Não Persecução Penal, que reúne orientações aos membros do Ministério Público sobre a aplicabilidade e as principais nuances do novo instituto.

Em relação aos concursos de promoção e remoção, a Corregedoria-Geral disponibilizou ao Conselho Superior do Ministério Público os prontuários individuais dos membros concorrentes, com todas as informações e dados úteis ao julgamento dos processos.

Assim, no decorrer de 2020, a Corregedoria-Geral realizou centenas de prontuários, relacionados aos concursos de promoção e remoção de 1ª, 2ª e 3ª entrância, bem como ao cargo de Procurador de Justiça, conforme ilustrado no quadro, a seguir:

Item	Concursos de Promoção/Remoção	Quantidade
1	1ª Entrância	12
2	2ª Entrância	10
6	3ª Entrância	461
7	Procurador-Geral de Justiça	2
Total		485

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público

5.1.5 Ouvidoria do Ministério Público

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins é um órgão do Ministério Público que tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento e a melhoria dos padrões e mecanismos de transparência, prestação, eficiência e segurança das atividades compreendidas no rol de atribuições dos seus órgãos e serviços, bem como de seus membros e servidores, além do fortalecimento da cidadania, com a criação de canais permanentes de comunicação e interlocução com a sociedade.

Neste sentido, tem a atribuição de receber, registrar, analisar e dar encaminhamento devido às manifestações que se incluam dentre as atribuições de seus cargos, além de reclamações, críticas, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público, feitos por qualquer interessado. Também é de atribuição da Ouvidoria divulgar e esclarecer à sociedade a missão institucional do Ministério Público.

Como canais para contato a Ouvidoria possui o *link* no sítio do Ministério Público (www.mpto.mp.br), o e-mail ouvidoria@mpto.mp.br e os telefones (63) 3216-7598 e (63) 3216-7575 e o 127 – canal de ligação gratuita ao cidadão, além de correspondência enviada para o endereço Quadra 202 Norte, Avenida. LO 4, Conjunto. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218 – Palmas-TO.

As manifestações também poderão ser recebidas presencialmente na modalidade identificada ou com reserva de sigilo, ressaltando, entretanto, a suspensão deste no ano de 2020 durante a pandemia do Covid-19.

De acordo com a Resolução 95, de 22 de maio de 2013, com as respectivas alterações promovidas pelas Resoluções 153, de 21 de novembro de 2016 e 180, de 07 de agosto de 2017, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, as manifestações serão enquadradas nas seguintes classes:

Reclamações – manifestações de insatisfação, investidas ou não de gravidade, com responsabilidade de ação ou omissão atribuída ao Ministério Público, aos membros ou seus serviços auxiliares;

Críticas – manifestações de censura contra ato, procedimento, serviço ou posição adotada pelo Ministério Público, pelos membros ou pelos serviços auxiliares;

Representação – manifestações residuais em relação à reclamação, à crítica e ao pedido de informação;

Sugestões – propostas de melhoria e aprimoramento dos serviços do Ministério Público, além de proposta de inovação de procedimentos ou serviços prestados;

Elogios – manifestações de satisfação ou reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, dos atos ou procedimentos executados pelo Ministério Público, pelos membros e pelos serviços auxiliares;

Pedidos de informação – manifestações que se enquadrem aos dispositivos da Lei de Acesso à Informação.

No decorrer de 2020, a Ouvidoria do MPTO recebeu e processou 3.455 ocorrências, das quais 2.372 foram anônimas, e 1.083 identificadas.

A seguir, serão demonstradas, por meio de tabelas, as Manifestações recebidas e tratadas pela Ouvidoria no período de 2016 a 2020.

Tabela 5.1.5 – Evolução das Manifestações Recebidas por Grupo – 2016/2020

Tipo	Ano, em Quantidade				
	2016	2017	2018	2019	2020
Denúncia	766	893	1.154	-	-
Pedido de Informação	62	33	27	42	50
Reclamações	13	19	27	23	04
Comentários	-	-	05	-	-
Elogios	02	02	05	03	01
Sugestões	-	06	02	02	01
Críticas	01	04	-	06	0
Dúvidas	-	08	08	-	-
Representações	-	-	-	2.608	3399
Total	844	965	1.228	2.684	3455

Fonte: Ouvidoria

Em relação às manifestações recebidas pelos canais gratuitos de atendimento ao cidadão, estas foram detalhadas conforme demonstrado a seguir:

Tabela 5.1.5.a – Formas de Ocorrência, em 2019/2020

Forma de Contato	2019		2020	
	Quantidade	Em, (%)	Quantidade	Em, (%)
E-mail	89	3,32	308	8,91
Telefone	265	9,87	424	12,27
Presencial	84	3,13	53	1,53
Site	2.246	83,68	2670	77,28
Total	2.684	100	3455	100

Fonte: Ouvidoria

Segue o detalhamento dessas manifestações, em 2020:

Tabela 5.1.5.b - Espécies das manifestações recebidas pela Ouvidoria, em 2020

Espécies	Recebidas	Aguardando resposta	Pendentes	Inválidas	Encerradas
Reclamações	04	01	00	00	03
Sugestões	01	01	00	00	00
Pedidos de Informação - LAI	50	0	0	01	49
Críticas	0	00	00	0	0
Elogios	01	00	00	00	01
Representações	3399	377	9	459	2554
Total	3455	379	9	460	2607

Tabela 5.1.5.b - Espécies das manifestações recebidas pela Ouvidoria, em 2020

Espécies	Recebidas	Aguardando resposta	Pendentes	Inválidas	Encerradas
----------	-----------	---------------------	-----------	-----------	------------

Fonte: Ouvidoria

Tabela 5.1.5.c - Manifestações recebidas pela Ouvidoria por assunto, em 2020

Item	Assunto	Quantidade	Em, (%)
1	Acessibilidade	01	0,03
2	Administração e Funcionamento do Ministério Público	30	0,87
3	Atuação de Membros e Servidores	18	0,52
4	Concurso Público	73	2,11
5	Consultas e Dúvidas Jurídicas	0	0
6	Consumidor	89	2,58
7	Controle Externo da Atividade Policial	10	0,29
8	Crimes	93	2,69
9	Demandas alheias à competência do Ministério Público	0	0
10	Discriminação de Gênero, Etnia, Condição Física, Social ou Mental	40	1,16
11	Educação	118	3,42
12	Eleitoral	165	4,78
13	Execução Penal	15	0,43
14	Idoso	41	1,19

Tabela 5.1.5.c - Manifestações recebidas pela Ouvidoria por assunto, em 2020

Item	Assunto	Quantidade	Em, (%)
15	Improbidade Administrativa	880	25,47
16	Infância e Juventude	13	0,38
17	Lei de Acesso à Informação	42	1,22
18	Meio Ambiente	101	2,92
19	Residência na Comarca e Lotação de Membros	0	0
20	Saúde	807	23,36
21	Serviços Públicos	16	0,46
22	Sindical e questões análogas	0	0
23	Violência doméstica	01	0,03
24	Outros	902	26,11
Total		3455	100

Fonte: Ouvidoria

Atendimento com Ligação Gratuita

Uma grande conquista para a Ouvidoria do Ministério Público do Tocantins no ano de 2020 foi a disponibilização de um canal gratuito para atendimento ao cidadão, o 127, facilitando, sobremaneira, o seu acesso ao Ministério Público do Estado do Tocantins.

Participação em eventos:

Quadro 5.1.5.d - Participações em eventos

Item	Local	Período	Tipo de Atividade realizada no local
1	Recife/PE	07/02/2020	46ª Reunião Ordinária do CNOMP
2	Brasília/DF	10/03/2020	II Encontro com os Ouvidores do Ministério Público
3	Virtual	07/03/2020	III Encontro com os Ouvidores do Ministério Público
4	Virtual	14/05/2020	47ª Reunião Ordinária do CNOMP
5	Virtual	07/08/2020	48ª Reunião Ordinária do CNOMP
6	Virtual	28/08/2020	IV Encontro com os Ouvidores do Ministério Público
7	Virtual	25/09/2020	49ª Reunião Ordinária do CNOMP
8	Virtual	09/11/2020	Reunião Extraordinária do CNOMP
9	Virtual	13/11/2020	50ª Reunião Ordinária do CNOMP

Fonte: Ouvidoria

5.2 Estruturas de Apoio Direto aos Órgãos de Execução

5.2.1 Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher (Caoccid)

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos, da Mulher e da Saúde – Caoccid do MPTO, foi instituído pelo Ato nº 46/2014 da Procuradoria-Geral de Justiça, publicado no dia 28 de abril de 2014. Demandas relativas ao direito à saúde, à assistência social, à não discriminação racial, à diversidade sexual, liberdade religiosa, direitos das pessoas idosas, direitos das pessoas com deficiência, proteção da mulher, dentre outras, eram subsidiadas pelo Caoccid.

Recentemente, a matéria defesa dos Direitos do Consumidor foi incorporada ao Caoccid – Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher, por força do Ato PGJ nº 056/2020, de 13 de abril de 2020, ocasião em que também se criou o Centro de Apoio Operacional da Saúde (CaoSAÚDE), em razão do aumento das demandas e necessidade de especialização nessa matéria.

Assim as atribuições em saúde que eram do Caoccid foram passadas ao Caop da Saúde e o funcionamento desse órgão passou a se dar de acordo com suas novas matérias e atribuições previstas nos artigos 9º e 10 do Ato nº 046/2014, incluídos pelo Ato PGJ nº 056/2020, ou seja, acrescentando como matéria “a defesa das relações de consumo e dos usuários dos serviços públicos, terceiro setor, abrangendo a matéria cível e outras correlatas” e como atribuição “VIII – estimular a educação e a informação de fornecedores e consumidores a respeito dos seus direitos e deveres.”, deixando, obviamente, a defesa do direito à Saúde de ser matéria afeta ao Caoccid.

O Centro de Apoio Operacional do Consumidor, da Cidadania, Direitos Humanos e Mulher é também responsável pela articulação das políticas de promoção e defesa dos direitos e garantias fundamentais elencados na Constituição da República, notadamente os das minorias, das populações em situação de vulnerabilidade social, tendo por objetivos essenciais a inclusão social, a cidadania, a prevenção e o combate à tortura e o zelo pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos nela assegurados.

O trabalho do Caoccid é orientado pelo Planejamento Estratégico de Atuação do MPTO, o qual foi traçado com a missão de defender, com qualidade e eficiência, os direitos fundamentais, a democracia, a ordem jurídica e os interesses da sociedade, e a visão de ser uma instituição acessível, resolutiva, guardiã dos valores da justiça social, tendo o Caoccid alinhamento no que se refere a transformação da sociedade por meio da tutela dos direitos difusos e coletivos, garantindo a efetividade das Políticas Públicas.

Assim sendo, as atividades do Caoccid buscam promover, de forma contínua, suporte técnico-jurídico ao trabalho dos Promotores de Justiça com atribuições na área do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher em todo o Estado, e promover a integração, o intercâmbio e, respeitada a independência funcional, a uniformização dos procedimentos entre os órgãos de execução do Ministério Público, além de fomentar a execução das estratégias ministeriais pelos órgãos de execução do Ministério Público, por

meio de atividades indutoras das políticas institucionais e das ferramentas de planejamento, quais sejam, os projetos pensados com base no planejamento estratégico institucional e, por fim, apoiar, mediante provocação, os órgãos de execução do Ministério Público.

No decorrer de 2020, realizou-se o trabalho operacional padrão consistente em: atendimentos a membros; atendimentos ao público; participação e promoção de reuniões; emissão de pareceres técnicos sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade; expedição e recebimento de ofícios, memorandos e circulares; participação em eventos em geral (congressos, seminários, reuniões técnicas, etc); alimentação do site institucional; emissão de minutas de recomendações e atos normativos; e estímulo à integração e ao intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área da atividade e que tenham atribuições comuns.

No que concerne ao enfrentamento à pandemia do novo coronavírus, como esse órgão tinha atribuições na área da saúde, foram iniciados os atendimentos e reuniões virtuais semanalmente pelo sistema de videochamada, para orientações, uniformização da atuação, recebimento das informações das instâncias institucionais superiores, troca de experiências exitosas, conversas proveitosas frente aos desafios diuturnos trazidos pela pandemia.

Também por ocasião da pandemia e do afastamento presencial das atividades e a obrigatoriedade sanitária do isolamento da população, dos membros e servidores da instituição, vislumbrou-se a impossibilidade de atuações conjuntas nas vistorias presenciais realizadas como atividade padrão desse Caop, ocasião em que se orientou a realizar todo tipo de vistoria e inspeção virtualmente, limitando-se a atividade presencial ao estritamente necessário, principalmente em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI's, população de maior risco nesse período.

Em razão da mudança dos planejamentos estratégicos institucionais nacional e estadual em 2020, e da mudança de algumas atribuições e matérias relativas ao Caoccid, encerraram-se os 10 projetos padrão institucionais propostos em 2019, quais sejam:

- 1) “Proteção à pessoa idosa: Fiscalização das ILPIs”
- 2) “Vistorias em Comunidades Terapêuticas”;
- 3) “Vistorias em Centro de Tratamento para Dependentes Químicos”;
- 4) “Vistorias em Casas de Passagem para população em situação de rua”;

- 5) “Vitorias em casas de abrigamento para mulheres vítimas de violência doméstica”;
- 6) “Saúde Básica”;
- 7) “Defesa do Direito Fundamental à Saúde”;
- 8) “Cartilhas Institucionais”
- 9) “Saúde em primeiro lugar”; e
- 10) “Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência”;

Na ocasião, passou-se a considerar algumas destas iniciativas como atividade rotineira incorporada às atribuições desse Caoccid e também foram propostos a CPGE outros 04 novos projetos para execução em 2021, quais sejam:

- 1) “Calendário Anual sobre temas afetos ao Caoccid - Consumidor, Cidadania, Direitos Humanos e Mulher – 2021”;
- 2) “Mulheres Construtoras: construindo história com as próprias mãos”;
- 3) “Identificação Étnico-Racial dos integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins, como meio de conscientização acerca do tema Igualdade racial”; e,
- 4) “Implantação do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos no Estado do Tocantins – PLID”.

Ainda em andamento no âmbito do Caoccid, temos 03 Projetos, Iniciativa sem custo financeiro, quais sejam:

- 1) “Rodas de Conversa”;
- 2) “Procedimento Operacional Padrão para Solicitação de Apoio Técnico”; e,
- 3) “Projeto Calendário Anual de Datas Cidadãs Comemorativas”.

Foram desempenhadas atividades interinstitucionais em projetos externos com a participação e apoio ao Conselho Estadual dos Direitos Humanos, Conselho Estadual da Pessoa Idosa, Conselho Estadual da Mulher, Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial, Copevid – Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso (COPEDPDI), ambas do Grupo Nacional de Direitos Humanos do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais-CNPG), Comissão Estadual de Combate à Violência Doméstica (CPVID), Comissão Estadual de

Diversidade Sexual – criada para elaborar o Conselho Estadual de Diversidade Sexual, Núcleo de Prevenção de Violência e Acidentes e Promoção da Saúde (NUPAV, CEMAS), Comitê Executivo para Monitoramento das Ações da Saúde no Estado do Tocantins, Conselho Estadual de Saúde e Comissão Intergestores Bipartite, atividades essas que ficaram bem limitadas em razão da pandemia.

Foi disponibilizado, ainda, apoio técnico aos Promotores de Justiça, mediante solicitação, por meio telefônico, e-mail, e-doc, e aplicativo whatsapp com relação às matérias abrangidas pelo Caoccid: direito do consumidor, direitos dos idosos, direitos dos portadores de deficiência, direitos relacionados às questões de gênero, etc, cujo controle consta na planilha de controle administrativo de demandas, ofícios expedidos, demandas via e-mail, procedimentos administrativos de acompanhamento de projetos, dentre outros.

Na área da saúde, Caoccid buscou orientar os Promotores de Justiça de acordo com as normas sanitárias e em conformidade com as orientações jurisprudenciais e entendimentos firmados em âmbito nacional, nos encontros do CNMP e CNJ acerca da matéria.

Um levantamento de dados acerca da atuação em saúde, foi realizado antes da pandemia com o objetivo organizar banco de dados, aprimorar a atuação institucional a partir das necessidades identificadas nas Promotorias de Justiça e elaborar um planejamento para esse ano de 2020 com base no diagnóstico institucional, levantamento frustrado por ocasião da pandemia.

Participamos das reuniões do CEMAS – Comitê Executivo de Monitoramento das Ações Judiciais em Saúde, ambiente onde se discutem soluções das demandas que aportam no Sistema de Justiça, dialoga-se com as demais instituições de fiscalização e controle do SUS (TCU, TCE, Denasus), buscando o deslinde de questões relacionadas ao planejamento e gestão do SUS; promoveu-se um diálogo com os órgãos gestores do SUS (SESAU, ATM), a fim de solucionar os problemas relacionados à prestação dos serviços de saúde e propor atuações efetivas e eficientes, em defesa do direito à saúde, conforme prevê a Constituição Federal; oportunizar de alinhamento de atuação no Sistema de Justiça, em conformidade com a legislação que rege a matéria, com a jurisprudência e as necessidades da população tocantinense, visando uma justiça efetiva e verdadeiramente eficiente para o cidadão.

O Caoccid participou também nas reuniões da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), espaço deliberativo que visa à organização da rede de atenção à saúde em todo o Estado, construção, elaboração, aprovação dos instrumentos de planejamento e gestão do SUS; pactuação de serviços, destinação e remanejamento de recursos; soluções para as demandas apresentadas; A partir dessas reuniões, foi possível compreender como se desenha a descentralização e hierarquização do SUS no Estado e oferecer apoio técnico aos Promotores de Justiça quanto ao adequado encaminhamento dos casos e a identificação do sujeito passivo de cada demanda, tendo em vista as pactuações e repactuações dos serviços e recursos.

O Caoccid esteve presente, ainda, nas reuniões do Conselho Estadual de Saúde – órgão deliberativo, composto por diversos segmentos sociais, em atendimento ao comando constitucional constante do artigo 198, III, que atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde; discute as ações do Estado, delibera sobre os instrumentos de planejamento e gestão do SUS e exerce o controle social de todas as ações destinadas à efetivação do SUS. Essas reuniões ofereceram subsídios para atuação do Ministério Público, tanto no sentido de colaborar com a ação fiscalizatória da execução das ações de saúde, quanto no sentido de orientar a fiscalização da organização e funcionamento dos conselhos municipais de saúde e submissão dos instrumentos de planejamento e gestão aos conselhos.

Foram repassados orientações específicas aos promotores no que concerne a atuação no enfrentamento da pandemia, foram expedidos materiais de apoio no sentido de cobrar informações sobre quais as medidas sanitárias cada município tomaria em atenção ao acolhimento dos protocolos disponibilizados pelo Ministério da Saúde no tocante aos funerais e enterros, recolhimento dos resíduos sólidos, identificação e atendimento dos contaminados. Foi cobrado, ainda, transparência total das destinações das verbas e repasses de recursos, com o envio de diários oficiais e boletins epidemiológicos diuturnamente.

Foram expedidos diversos ofícios circulares contendo todos os materiais de apoio e normativas necessárias para atuação preventiva em cada área de atenção sanitária, incluindo atuações nos âmbitos interdisciplinares da assistência social, como diretrizes e recomendações para Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's), Comunidades Terapêuticas e Casas de Passagem destinadas ao acolhimento de pessoas em situações de rua.

Logo no início da declaração da pandemia pela OMS, deparou-se com o impasse da programação e calendário da Campanha da Vacinação de H1N1, cujo público-alvo principal é justamente o grupo indicado como de risco, os idosos, e como os municípios iriam

se organizar para executá-la, adaptando-a à nova realidade de distanciamento social ou isolamento, exigidas pela Covid-19.

Houve o encaminhamento, por e-mail de modelos, de peças e legislação acerca dos temas relacionados às matérias que compõem as frentes de trabalho deste Caocid.

Foram encaminhadas por e-mail, ainda, de listas das ILPI's a fim de subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça na exigência do cumprimento dos direitos da pessoa idosa pelos Municípios.

Encaminhamento, por e-mail, de listas das Comunidades Terapêuticas e estabelecimento de tratamento para Dependentes Químicos, a fim de subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça na exigência do cumprimento dos direitos Humanos pelos Municípios, e promover o atendimento adequado aos dependentes químicos, em conformidade com o mapa estratégico do MPTO.

Foi realizada a orientação e encaminhamento de nota técnica com informações acerca do direito das Pessoas com Deficiência a reserva de vaga em concurso público, e horários especiais.

Realização de apoio quanto à demanda da 2ª Promotoria de Justiça de Miracema relativa à Clínica de Recuperação de Dependentes Químicos localizada no Município de Miracema do Tocantins – TO, envio de material de apoio.

Articulação e desenvolvimento do PLID-TOCANTINS, para fins de gestão e divulgação do SINALID – Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos, incluindo proposta de cooperação e reuniões virtuais com instituições das áreas da segurança pública do Estado Tocantins.

Análise, gestão e tratamento das informações obtidas nas reuniões interinstitucionais, para fomentar a atuação alinhada dos órgãos de execução bem como fortalecer o processo de trabalho e intercâmbio de informações previstos no Ato PGJ nº 46/2014.

Organização de kits de atuação por meio de pesquisas, formação de banco de dados, normas e modelos, com a finalidade de disponibilizar aos Promotores de Justiça como meio de fomento das atividades institucionais alinhadas ao mapa estratégico.

Reorganização da equipe de trabalho com a recente implementação de mecanismos de controle das atividades desenvolvidas pelo novo Caoccid, por meio de planilhas virtuais, e solicitação de aprimoramento dos sistemas eletrônicos do MPTO.

Na área do consumidor, o extinto CAOCON desenvolveu as seguintes atividades:

Em 13/10/2020 foi realizada fiscalização “in loco” na estação de água do Residencial Laguna, localizado em Luzimangues, Porto Nacional/TO, conduzida em conjunto pelas equipes do Caoccid e do Programa Vigiágua), para atender à solicitação da 3ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional/TO e instruir o Procedimento Administrativo 2947/219 instaurado no âmbito do Caoccid, na data de 30/03/2020.

O Procedimento Administrativo nº 2020/219 foi instaurado em 09/03/2020, para atender a demanda da 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis, que solicitou realização de fiscalização “in loco” nos estabelecimentos comerciais da cidade de Dianópolis, com objetivo de apurar cumprimento das leis consumeristas e sanitárias, porém a data da presente fiscalização ainda está sendo alinhada com os órgãos parceiros, em face da pandemia da Covid-19.

Foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 2017/9796, pelo Centro de Apoio, para atender à solicitação da 23ª Promotoria de Justiça, tendo por objetivo a fiscalização nas feiras livres do Município de Palmas, com intuito de averiguar a comercialização clandestina e irregular de produtos de origem animal e vegetal, bem como violações à saúde e segurança alimentar dos consumidores. O presente PA, apesar de instaurado em 20/06/2017, continua em trâmite no Caoccid. Atualmente, a promotoria com atribuição no assunto é a 15ª Promotoria de Justiça da Capital.

Em 28/10/2020, foi enviado o ofício nº 050/2020 à 15ª Promotoria de Justiça da Capital solicitando informações sobre o cumprimento da Recomendação nº 024/2018/MP/23ª PJC por parte do Município de Palmas, porém o ofício ainda não foi respondido.

O Procedimento Administrativo nº 2019/4513 foi instaurado em 12/04/2019, por meio da solicitação do Promotor de Justiça de Paraíso do Tocantins, com o objetivo de verificar se a agência bancária da cidade atendia de maneira efetiva as condições normativas e técnicas de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, definidas na Lei nº 10.098/2000, respeitando, dessa forma, os direitos dos consumidores que precisam

utilizar a referida agência. No presente procedimento foi enviado o memo 034/2019 ao coordenador do Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal solicitando a autorização para que o engenheiro civil, lotado no CAOPAC, realizasse a vistoria e confeccionasse o parecer técnico sobre o cumprimento das condições e normas técnicas de acessibilidade do referido imóvel. Após autorização ser concedida, foi realizada a vistoria no imóvel nos dias 19 e 30 de julho de 2019, mas pela quantidade de demandas do engenheiro civil e por se tratar de um relatório bastante minucioso, o presente procedimento ainda não foi encerrado, de modo que o relatório ainda não foi encaminhado ao Caop do Consumidor.

Consumidor Vencedor

O Consumidor Vencedor é um sítio do Ministério Público que possibilita ao cidadão o acesso as informações sobre vitórias obtidas na defesa coletiva dos consumidores.

Em 2013, o MPTO assinou Termo de Cooperação Técnica com o MP/RJ viabilizando o intercâmbio de informações sobre ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais, provisórias ou definitivas e termos de ajustamento de conduta obtidos na atuação do Ministério Público na defesa do consumidor.

No ano de 2014, quando o sítio foi ao ar no estado do Tocantins, as informações foram disponibilizadas no endereço www.consumidorvencedor.mp.br, mantido pelo MP/RJ para acesso do público em geral.

Em 2015, o Termo de Cooperação Técnica foi renovado, dada a relevância que ele possui para os consumidores e para os Promotores de Justiça, que terão suas medidas divulgadas e conhecidas por um número muito maior de consumidores. A partir do ano de 2016, depois de passar por modificações para facilitar o acesso, o sítio encontra-se funcionando perfeitamente, com várias ações e lançadas no endereço eletrônico, que ficam à disposição de qualquer cidadão que queira acessar e ver as medidas propostas e decisão, classificados por assunto.

Em dezembro de 2017 foi realizada uma reestruturação do sítio do Consumidor Vencedor, tendo passado por uma reformulação para facilitar o seu uso, inclusive deixando mais simples a consulta pelo celular.

No decorrer de 2020, o sítio foi extremamente útil, no que se refere à divulgação da atuação do Ministério Público brasileiro na área do consumidor.

Destacamos, também, que o Termo de Cooperação Técnica do Programa Pró-Consumidor, formalizado por um projeto ligado ao Planejamento Estratégico e firmado com os órgãos parceiros em 2014, foi renovado em 2020, sendo de fundamental importância na realização das operações.

O Caocid mantém um sítio no portal do MPTO, que é regularmente atualizado pela equipe do Centro de Apoio, com informações voltadas aos interesses dos consumidores, como por exemplo: material de apoio (iniciais e decisões decorrentes de ações civis públicas); informativo semestral com notícias das ações desenvolvidas pelo CAOCON, Termos de Cooperação Técnica; Notas Técnicas oriundas da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon); notícias das operações realizadas nos municípios, projetos, legislação, orientação ao consumidor.

O objetivo da atualização desse endereço eletrônico é prestar informações aos cidadãos/consumidores e aos Promotores de Justiça que atuam na esfera consumerista.

O CAOCON, representando o MPTO, compõe o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SEDC), criado no Estado do Tocantins no ano de 2015.

Para estabelecer regras quanto ao funcionamento, foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 07 de novembro de 2017 o Decreto nº 5.727/2017 que dispõe sobre a organização do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SEDC). O decreto visa estabelecer as normas gerais das relações de consumo, de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal 8.078/1990, que é o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O Sistema é organizado com base na Constituição Federal, com a finalidade de proporcionar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e legislação pertinente à orientação, proteção e fiscalização das relações de consumo.

Conforme o decreto, caberá aos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa do consumidor desenvolver as seguintes atividades: receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas; mediar soluções negociadas entre fornecedores e consumidores; concitar os fornecedores a aperfeiçoarem os seus serviços de atendimento aos clientes; encaminhar denúncias aos órgãos públicos de proteção e defesa do consumidor; firmar convênios, acordos, termos de cooperação, ajustes e outras providências necessárias ao funcionamento integrado dos órgãos e entidades que compõem o

Sistema Estadual de Defesa do Consumidor – SEDC e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC; realizar audiências públicas e consultas públicas; criar grupos de trabalho técnicos, temáticos e estratégicos, para a realização de estudos e ações especializadas; exercer outras atividades correlatas.

De acordo com a publicação, esses órgãos têm a competência de incentivar, inclusive com recursos financeiros e programas especiais, a criação de órgãos públicos municipais de defesa do consumidor, e a formação, pelos cidadãos, de entidades com esse mesmo objetivo e incentivar o desenvolvimento de campanhas educativas que visem ao aprimoramento das relações de consumo e ao exercício da cidadania, e outras.

Vários órgãos compõem o SEDC no Tocantins: Secretaria de Cidadania e Justiça; Conselho de Gestão do Fundo para as Relações de Consumo; Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (PROCON); PROCONs Municipais; Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça do Tocantins; Ministério Público Estadual; Ministério Público Federal; Defensoria Pública Estadual; Delegacia Especializada na Repressão aos Crimes Contra o Consumidor e a Economia Popular (DERCCON); Ordem dos Advogados do Brasil no Tocantins (OAB-TO); as unidades de Vigilância Sanitária do Estado e dos Municípios e Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins (AEM-TO).

O Sistema é organizado com base na Constituição Federal, com a finalidade de proporcionar a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, e legislação pertinente à orientação, proteção e fiscalização das relações de consumo.

Conforme o decreto, caberá aos órgãos estaduais e municipais de proteção e defesa do consumidor desenvolver as seguintes atividades: receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas; mediar soluções negociadas entre fornecedores e consumidores; concitar os fornecedores a aperfeiçoarem os seus serviços de atendimento aos clientes; encaminhar denúncias aos órgãos públicos de proteção e defesa do consumidor; firmar convênios, acordos, termos de cooperação, ajustes e outras providências necessárias ao funcionamento integrado dos órgãos e entidades que compõem o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SEDC) e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC); realizar audiências públicas e consultas públicas; criar grupos de trabalho técnico, temáticos e estratégicos, para a realização de estudos e ações especializadas; exercer outras atividades correlatas.

De acordo com a publicação, esses órgãos têm a competência de incentivar, inclusive com recursos financeiros e programas especiais, a criação de órgãos públicos municipais de defesa do consumidor, a formação, pelos cidadãos, de entidades com esse mesmo objetivo, e incentivar o desenvolvimento de campanhas educativas que visem ao aprimoramento das relações de consumo e ao exercício da cidadania, e outras.

Vários órgãos compõem o SEDC no Tocantins: Secretaria de Cidadania e Justiça; Conselho de Gestão do Fundo para as Relações de Consumo; Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor (Procon); Procons Municipais; Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça do Tocantins; Ministério Público Estadual; o Ministério Público Federal; Defensoria Pública Estadual; Delegacia Especializada na Repressão aos Crimes Contra o Consumidor e a Economia Popular (Dercon); Ordem dos Advogados do Brasil no Tocantins (OAB-TO); as unidades de Vigilância Sanitária do Estado e dos Municípios e Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Inovação e Tecnologia do Estado do Tocantins (AEM-TO).

A seguir, demonstrativo das realizações do Caoccid, em 2020.

Tabela 5.2.1 - Demonstrativo das realizações do Caoccid, em 2020

Item	Tipo de atividade	Quantidade
1	Atendimentos a membros	87
2	Atendimentos ao público	13
3	Reuniões realizadas	5
4	Vistorias/Inspeções realizadas	0
5	Participação em cursos, Seminários, Oficinas, Conferências e Fórum	8
6	Participação em eventos	9
7	Participação em reuniões	13
8	Pareceres Técnicos emitidos	3

9	Projetos Padrão em execução e encerrados em 2020	10
10	Projetos Iniciativa em execução	3
11	Palestras/lives	12
12	Ofícios/Memorandos/Circulares	186
13	Portarias	2
14	Notas Técnicas	3
15	Movimentações pelo E-doc	18855

Fonte: Centro de Apoio Operacional dos Direitos do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher

A seguir, demonstrativo das realizações do Caocon, até 13/04/2020.

Tabela 5.2.1.a - Demonstrativo das realizações do Caocon, em 2020

Item	Tipo de atividade	Quantidade
1	Atendimentos a membros	04
2	Atendimentos ao público	0
3	Reuniões realizadas pelo CAOCON	0
4	Vistorias/Inspeções realizadas	0
5	Participação em cursos, Seminários, Oficinas, Conferências e Fórum	2
6	Participação em eventos	5
7	Participação em reuniões	3
8	Pareceres Técnicos emitidos	2

9	Projetos Padrão em execução e encerrados no fim desse ano de 2020	0
10	Projetos Iniciativa em execução	0
11	Palestras	2
12	Ofícios/Memorandos/Circulares	23
13	Portarias	02
14	Notas Técnicas	01

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Consumidor

5.2.2 Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma)

O Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Caoma) foi instituído pelo Ato nº 046/2014. O Centro de Apoio assumiu as atividades que já vinham sendo realizadas desde 1997 e acrescentou às suas ações novas obrigações nas áreas de urbanismo e habitação.

O Caoma tem como função proteger o direito dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e promover a tutela de interesses sociais e individuais indisponíveis, difusos e coletivos de natureza ambiental, atuando nas esferas cível, criminal e administrativa.

Na área de habitação e urbanismo, o centro de apoio trata de questões relacionadas à justiça social urbana e à proteção do direito à moradia digna e contribui com a fiscalização da qualidade de vida nas cidades e do exercício do direito ao desenvolvimento urbano, com participação democrática. Atua, também, dentre outras iniciativas, na melhoria das condições habitacionais da população de baixa renda, na proteção do patrimônio histórico e cultural, na formulação de políticas públicas de transporte e mobilidade, na universalização do acesso ao saneamento básico e na prevenção, mediação, resolução pacífica de conflitos fundiários.

A dinâmica de atendimento as demandas das Promotorias de Justiça concentra o maior esforço das atividades desenvolvidas pelo Caoma, no que se refere a realização de

vistorias e emissão de pareceres técnicos, em decorrência de notícias de fato trazidas pelos cidadãos nas comarcas de origem, mas também em função do recebimento dos autos de infração emitidos pelo Naturatins, Batalhão Militar Ambiental e Ibama.

Essa dinâmica continua em ascensão junto ao Caoma, muito explicado pelo aumento permanente de ilícitos associadas a questão ambiental, isso fica evidenciado quando analisamos os números de demandas recebidas e os feitos realizados.

No ano de 2017 foram totalizadas 171 solicitações das Promotorias de Justiça ao Caoma, em 2018 alcançamos um número de 204 solicitações, e em 2019 totalizaram 334 demandas recebidas das Promotorias de Justiça. Em 2020, com dados acumulados até 15/11/2020, já foram totalizadas 355 solicitações, em plena Pandemia do Covid-19. Quando comparamos os números atuais aos registrados em 2017, verificamos que o número de solicitações das promotorias mais do que dobraram, em menos de três anos.

Em relação a origem das demandas apresentadas ao Caoma em 2020, temos o seguinte cenário:

- 71 municípios abrangidos, sendo que os destaques foram para Palmas, Lagoa da Confusão, Formoso do Araguaia, Araguaína, Porto Nacional, Araguaçu, Figueirópolis, Gurupi e Guaraí.
- 31 Promotorias de Justiça solicitantes, sendo que as que mais demandaram foram a Promotoria de Justiça Regional da Bacia do Alto e Médio Araguaia, 23ª Promotoria de Justiça da Capital, 12ª Promotoria de Justiça de Araguaína, Promotoria de Justiça Regional da Bacia do Alto e Médio Tocantins, 24ª Promotoria de Justiça da Capital, 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, 7ª Promotoria de Justiça de Gurupi e 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí.
- Quando analisamos os números pelos temas mais demandados, temos o seguinte cenário: Código Florestal (144), Urbanismo (58), Loteamento (36), Saneamento (35), Poluição (31), Licenciamento Ambiental (16), Recursos Hídricos (16), Queimadas (7), Agrotóxicos (4) Fauna (2) e outros (6).
- Em relação aos tipos de solicitações, as principais demandas ainda se concentram na questão dos Pareceres Técnicos (288), Relatórios de Vistorias (32), Análise Ambiental (24) e Relatório Expedido (8).

Fica evidenciado, pelas demandas recebidas em 2020, que as tendências mapeadas anteriormente se confirmam. Nessa perspectiva foram destacados quatro grandes temas prioritários na agenda ambiental e urbanística do estado do Tocantins, no último relatório de gestão do Caoma, que apontou questões relacionadas aos processos de: (i) regularização fundiária urbana e seu impacto de ordem urbanística; (ii) saneamento ambiental nos serviços de água, esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos urbanos; (iii) desmatamentos e a efetiva implementação do novo Código Florestal; e (iv) os conflitos decorrentes do uso dos recursos hídricos em bacias hidrográficas estratégicas no estado.

Além das demandas apontadas como requerimentos diretos das Promotorias de Justiça, existem ainda demandas represadas que não fazem parte dos requerimentos específicos das promotorias de justiça, mas constituem um passivo identificado pelo Caoma, em termos de necessidade de intervenção do MPTO, para situações críticas relativas ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, que necessitam de uma atuação ministerial. O esforço realizado para atender às demandas das Promotorias de Justiça e a existência dessas demandas represadas evidenciam na premente necessidade de permanente fortalecimento da equipe e da estrutura do Caoma, principalmente tendo em vista que o órgão ambiental estadual ainda não demonstra capacidade em dar respostas efetivas às questões em análise no Caoma. Portanto, deixamos registrado o que avançou nas questões correlacionadas aos destaques apresentados em relatórios anteriores, vejamos:

- i. Com a identificação de 234 loteamentos ilegais, apenas em Palmas, o Caoma concebeu um modelo de Relatório expedido que possibilitou avançar na avaliação dessa questão, com a emissão de cerca de 40 relatórios dos casos analisados;
- ii. 86 Planos Municipais de Saneamento foram recebidos pelo Caoma, 35 com avaliação concluída e enviados para Promotoria de Justiça e 53 em processo de elaboração;
- iii. um total de 2.161 processos do Naturatins analisados apresentou indícios de emissão de autorização de exploração florestal fraudulenta, demandando análise para subsidiar as investigações do GAECO. Em virtude da orientação da Corregedoria-Geral do MPTO, os Pareceres Técnicos realizados nessa atuação estão sendo direcionados as Promotorias Regionais Ambientais, que abrangem os municípios em que foi identificado o dano ambiental;

iv. Dos 120 empreendimentos de irrigação na bacia do Rio Formoso que demandaram análise do Caoma, cerca de 70 tiveram sua formalização de análise realizada pela Promotoria de Justiça Regional do Araguaia.

Conforme citado, fica claro o papel do CAOMA no suporte a atuação do MPTO nas principais questões relacionadas à agenda ambiental e urbanística em foco no Estado do Tocantins. Portanto, o permanente processo de aprimoramento das condições técnicas e operacionais do Centro, bem como os investimentos já realizados, precisam ser potencializados para que possamos continuar a desenvolver de forma eficiente as nossas atribuições finalísticas, bem como as ações estratégicas da agenda ambiental e do ordenamento urbanístico.

A seguir, demonstrativo das realizações do Caoma no período 2016 a 2020.

Tabela 5.2.2 - Demonstrativo das realizações do Caoma, período 2016 a 2020.

Tipo	Ano, em Quantidade				
	2016	2017	2018	2019	2020
Atividades Finalísticas					
Vistorias	81	55	54	53	27
Viagens	26	19	24	30	(em aberto)
Relatórios	62	89	57	53	43
Pareceres	52	89	78	106	131
Mapas e Croquis	193	274	194	420	496
Processos de Acompanhamento	-	-	-	-	-
Demandas de Loteamentos	-	-	-	30	36
Solicitações Promotorias de Justiça	-	-	196	-	-

Tabela 5.2.2 - Demonstrativo das realizações do Caoma, período 2016 a 2020.

Tipo	Ano, em Quantidade				
	2016	2017	2018	2019	2020
Promoção de Eventos					
Seminário	01	01	22	01	-
Oficinas	-	-	-	01	-
Cursos	01	01	11	01	-
Participação em Eventos					
Pesquisas	-	-	-	-	-
Palestras	-	-	02	-	-
Audiências Públicas	01	02	61	06	03
Reuniões	27	02	86	40	67
Cursos	-	02	-	16	06
Oficinas	-	-	-	06	05
Seminários, Fóruns, Conferências e Encontros	03	02	61	08	04
Operações com outras instituições	-	-	-	01	08
Rotinas administrativas					
Ofícios Expedidos	129	194	65	-	-
Ofícios Recebidos	191	120	62	-	-
Ofícios Circulares Expedidos	16	01	05	-	-

Tabela 5.2.2 - Demonstrativo das realizações do Caoma, período 2016 a 2020.

Tipo	Ano, em Quantidade				
	2016	2017	2018	2019	2020
Ofícios Circulares Recebidos	16	121	11	-	-
Memorandos Expedidos	111	159	259	-	-
Memorandos Recebidos	58	121	90	-	-
E-mails Expedidos	318	295	255	-	-
E-mails Recebidos	350	305	443	-	-

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Programa Propriedade Legal

Por meio das articulações realizadas para firmamento do Acordo de Cooperação Técnica nº 002/2020, o Caoma vem ampliando o acesso de informações relacionadas aos processos de controle ambiental gerenciados pelo Naturatins e ao SIGCAR, gerenciado pela SEMARH. O Naturatins produziu um relatório específico, conforme requerido pelo Caoma, de todos os processos que envolveram a emissão de Certificado de Cadastro Ambiental Rural nos anos de 2012, 2013 e 2014, que possibilitaram ampliar a pesquisa dos casos potenciais em que ocorreram fraudes nas autorizações de desmatamento em áreas de reserva legal nesse período. Para conferir agilidade na verificação desses casos, por meio de relatórios mais simplificados, foi elaborada uma minuta de Nota Técnica, a ser pactuada com os signatários do ACT nº 002/2020, para fixar o entendimento das situações em que ocorreram desvios de conduta e os enquadramentos relacionados a fraudes de cancelamento de reservas legais, com o objetivo de realizar a compensação das mesmas, sem amparo legal.

Destaca-se, ainda, a adesão ao termo de cooperação firmado entre o CNMP e o MAPBIOMAS, que garantiu ao MPTO o acesso aos relatórios de Identificação de Desmatamento gerado pelo MAPBIOMAS. Os alertas concentram ocorrência de desmatamento identificado no território tocantinense nos últimos 03 (três) anos, que serão avaliados pelos técnicos do Caoma, sendo que essas informações estão sendo sistematizadas, para geração de Peça Técnica de Informação para as Promotorias Ambientais Regionais, como forma de apurar a ocorrência de desmatamento com indícios de irregularidade ambiental.

Vale ressaltar o apoio técnico do Caoma em uma série de Pareceres Técnicos para ações ajuizadas com objetivo de fazer cumprir a questão relacionada ao cumprimento da Lei Federal N° 12.651/2012, que trata da proteção da vegetação nativa por meio das reservas legais e áreas de preservação permanente.

Projeto Chega de Lixão

O MPTO vem sistematicamente trabalhando na agenda dos resíduos sólidos. Já tiveram pré-análise pelo Caoma 86 Planos Municipais de Saneamento Básico e 85 Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Destes, foram consolidados e enviados 35 para as Promotorias de Justiça acompanhados do relatório do Chega de Lixão. Até 2020, foram instaurados 47 procedimentos das Promotorias de Justiça relacionadas ao tema, por meio de Inquéritos Cíveis, Termos de Ajustamento de Conduta e até mesmo Ações Cíveis Públicas, inclusive com algumas condenações.

O Caoma vem realizando o levantamento e atualização das informações dos lixões existentes no Estado do Tocantins, e nesse sentido, desenvolveu um aplicativo para dar agilidade, objetividade e padronização aos relatórios relacionados ao funcionamento inadequado desses lixões. Também realizou estudos de gravimetria em municípios da comarca de Araguaína, objetivando refinar as informações relacionadas a gestão dos resíduos sólidos desses municípios, e assim colaborar para o aprimoramento da abordagem da atuação das Promotorias de Justiça em relação a regularização desses Lixões. Nesse sentido já foram vistoriados 117 lixões, gerados relatórios dos lixões de 36 municípios, realizada gravimetria em 3 municípios, além de realização de reunião para mediação e conciliação com gestores municipais da Comarca de Araguaína. Também em fase de conclusão, temos a Nota Técnica 002/2020, para atuação dos membros do MP, no Projeto Chega de Lixão.

Painel de Monitoramento de Queimadas

O Caoma vem trabalhando na agenda do combate às queimadas ilegais, sendo gerado um levantamento circunstanciado das ocorrências de queimadas no Estado, além de relatórios detalhados da cicatriz do fogo nos municípios com maior incidência de focos de calor no Tocantins. No ano de 2020, os problemas ligados às ocorrências de queimadas no Estado tornou-se mais preocupantes em função da relação direta dos efeitos da fumaça na qualidade do ar, e também aos problemas respiratórios gerados à população, tendo seus riscos agravados pela pandemia do Covid. O MPTO, por meio do Caoma, participou de várias operações de prevenção aos incêndios florestais, em que esteve presente em 07 incursões de fiscalização ostensiva contra as práticas do uso do fogo no Tocantins.

Os relatórios gerados pelo CAOMA em 11 municípios, acompanhados da Nota Técnica 001/2020, foram disponibilizados às Promotorias Regionais Ambientais, no sentido de gerar notícia de fato relacionadas à prática de queimadas recorrentes em imóveis rurais, para que se instaure processo de apuração de responsabilidades. Dentre as atividades realizadas no ano de 2020 destacamos:

Tabela 5.2.2.a - Levantamento de Áreas Queimadas, em 2020

Item	Atividade	Descrição	Órgão	Unidade
1	Levantamento de áreas queimadas nos Municípios do Tocantins	Levantamento de áreas queimadas nos 139 Municípios do Tocantins, em (ha)	2.437.738,98	Caoma/ Labgeo
2	Número de imóveis com áreas queimadas identificadas	Números de imóveis com áreas queimadas identificadas no Cadastro Ambiental Rural (CAR)	5.681	Caoma/ Labgeo
3	Levantamento de áreas queimadas nos Municípios nos imóveis rurais identificados (ha)	Área queimada nos imóveis rurais identificados no Cadastro Ambiental Rural (CAR)	1.217.446,58	Caoma/ Labgeo
4	Levantamento de áreas queimadas em Unidades de Conservação (ha)	Área queimada em Unidades de Conservação no Estado do Tocantins	255.267,61	Caoma/ Labgeo
5	Levantamento de áreas queimadas em Terras Indígenas (ha)	Áreas queimada em Terras Indígenas no Estado do Tocantins	648.099,26	Caoma/ Labgeo
6	Produção de Mapas	Áreas queimadas	128	Caoma/ Labgeo
7	Procedimentos Instaurados (e-Ext)	Investigações de Queimadas e Incêndios Florestais	25	Promotorias de Justiça e Força Tarefa Ambiental
		Investigação de Desmatamentos	46	

Fonte: Centro de Apoio Operacional de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente

Águas da Bacia do Rio Formoso

A presente iniciativa refere-se à atuação da Promotoria Regional Ambiental do Araguaia, sempre com o suporte e apoio técnico do Caoma, que conseguiu levantar os principais problemas relacionados à gestão dos recursos hídricos da região, criando um cenário favorável e institucionalmente seguro para a instauração de procedimentos extrajudiciais investigatórios e para a proposição das medidas judiciais necessárias à

promoção de um efetivo ordenamento e controle do uso dos recursos hídricos na região. O Caoma verificou a fragilidade da base de dados das outorgas de recursos hídricos e dos cadastros dos grandes usuários, a ausência de controle, fiscalização e monitoramento dos empreendimentos, bem como a insuficiência de informações quanto à regularidade ambiental das propriedades, resultando na necessidade de revisão de outorgas, análise dos licenciamentos ambientais dos empreendimentos agrícolas, além da adoção de medidas para regulação e manejo dos recursos hídricos nos períodos de estiagem.

Além dos pareceres técnicos correlacionados a todas as análises ambientais e do uso dos recursos hídricos de situações individualizadas de imóveis rurais que possuem projetos de irrigação na bacia do rio Formoso, o Caoma realizou uma análise detalhada da situação de regularidade ambiental do Distrito de Irrigação de Formoso do Araguaia, promoveu operações de fiscalização aérea nos períodos críticos de estiagem dos rios da região, além de acompanhar as atividades da perícia da Polícia Civil relacionados aos casos mais críticos apontados nos pareceres do Caoma, a pedido da Promotoria Regional.

Recicla MP

O projeto Recicla-MP é parte integrante da Política de Sustentabilidade Ambiental do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), instituída pela Resolução nº 004/2018/CPJ, publicada no Diário Oficial Eletrônico MPTO nº 511, que tem como finalidade a inclusão da sustentabilidade nas demais políticas e processos de gestão administrativa da instituição, por meio de critérios, práticas e diretrizes voltadas à racionalização dos seus padrões de produção e consumo e ao bem-estar de seus integrantes. No ano de 2020, teve seu processo prejudicado em decorrência das atividades de teletrabalho do MPTO decorrentes da situação gerada pela pandemia da Covid-19.

AÇÕES ESTRUTURANTES E COMPLEMENTARES

Promotorias Ambientais Regionais

O Caoma vem realizando o suporte técnico para atuação das Promotorias Regionais Ambientais, no atendimento às demandas geradas pelas regionais, além de desenvolver estudos técnicos temáticos para identificação de problemas ambientais em temas específicos, como a questão dos desmatamentos irregulares, ocorrência de queimadas não autorizadas, situação dos lixões, acompanhamento de grupos de trabalho dentro do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), situação ambiental de empreendimentos turísticos no Jalapão, acompanhamento dos relatórios do Sistema de Gestão de Alto Nível (GAN) e participação no Grupo de Trabalho de Revisão de Outorgas.

Suporte ao funcionamento do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos

Constitui-se em um espaço permanente, plural e diversificado de discussão das questões relacionadas aos impactos negativos dos agrotóxicos na saúde do trabalhador, do consumidor, da população e do ambiente, possibilitando a troca de experiências e a

articulação entre órgãos de vigilância, fiscalização e efetividade das ações de controle, em rede com a sociedade civil organizada, instituições científicas acadêmicas, órgãos e instituições governamentais e Ministério Público. Foram realizadas três reuniões ordinárias, uma Audiência Pública e um Encontro Estadual do Fórum.

Acordo de Cooperação Técnica N° 2/2020

Firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, o Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do seu órgão executivo de administração superior, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e o Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). Tendo como objeto estabelecer as condições gerais de um regime de mútua colaboração para o compartilhamento de informações visando à desburocratização, maior eficiência e celeridade no desenvolvimento de ações integradas na defesa e proteção do meio ambiente, bem como a viabilização da solução consensual de conflitos na área ambiental, conforme os fins previstos na Lei Complementar n° 140, de 08.12.2011; e Leis n° 10.650, de 16.04.2003 (Lei de Acesso à Informação em Matéria Ambiental); 6.938, de 08.01.1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos); n° 6.938, de 31.08.1981 (Lei da Política Nacional de Meio Ambiente), n° 12.651, de 25.05.2012 (Lei da Proteção da Vegetação Nativa); n° 7.347, de 24.7.1985 (Lei da Ação Civil Pública); Lei n° 8.171, de 17.01.1991 (Lei da Política Agrícola); Lei 9.605, de 12.02.1998, Lei n° 13.140, de 26.06.2015 (Autocomposição de Conflitos no Âmbito da Administração Pública); e em outras legislações específicas sobre direitos e interesses relacionados, dentre outros, aos artigos 5º, 170, 186 e 225 da Constituição Federal. O Caoma elaborou projetos de Plano de Ação para a implementação do presente acordo, e já realizou atividades de sua atribuição dentro do presente plano aprovado.

Força-Tarefa Ambiental

Considerando o disposto no Acordo de Resultados celebrado pelos Ministérios Públicos dos Estados que compõem a Amazônia Legal, por meio do qual comprometem-se a implantar mecanismos específicos de enfrentamento à degradação florestal, ao desmatamento e a incêndios ilegais na região, tendo como foco ações estratégicas e articuladas com os demais Ministérios Públicos e órgãos envolvidos na proteção e preservação da Amazônia, a troca de experiências e o aperfeiçoamento do trabalho do Ministério Público, foi designada a Força-Tarefa Ambiental com atuação nas searas administrativa, civil e penal, com a finalidade de combater os passivos ambientais, especialmente os decorrentes dos desmatamentos e queimadas ilegais no Estado do Tocantins. Nesse sentido, o Caoma vem prestando assessoria à Força-Tarefa na geração de informações relacionadas à ocorrência de desmatamentos e queimadas com indícios de irregularidade ambiental.

Fundo dos Direitos Difusos

Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) publicou edital para recebimento de propostas de projetos, e o Caoma, com apoio do Departamento de Planejamento, apresentou proposta de projeto no valor de R\$ 6.750.000,00 com o objetivo de combater

desmatamentos e queimadas ilegais com o uso de geotecnologias, promovendo segurança jurídica com a adequação dos imóveis e atividades rurais à legislação ambiental. A proposta foi direcionada ao Eixo Temático I do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD), e visa coibir os desmatamentos e queimadas ilegais, com a devida reparação de danos em áreas especialmente protegidas, por meio da devida responsabilização de infratores e fortalecimento da capacidade de atuação das instituições ambientais que atuam no estado do Tocantins. O entendimento do Caoma é que, ao garantir a recuperação de Reservas Legais e APPs, tem-se ao mesmo tempo a moralização da atuação efetiva do Estado, como forma de desconstruir o sentimento de impunidade em relação a essas práticas.

Novos Projetos Caoma

Escritório de Projetos: foi apresentado na rodada de submissão de projetos no MPTO. Além da continuidade dos projetos relacionados no item 3 desse relatório, foram aprovados três novos projetos que são:

- (i) Projeto Meio Ambiente Legal;
- (ii) Turismo Ordenado e Sustentável; e,
- (iii) Projeto Planos Diretores e Expansão Urbana Ordenada.

5.2.3 Centro de Apoio Operacional do Saúde (CaoSAÚDE)

O Colégio de Procuradores de Justiça do Tocantins, em sessão realizada no dia 06 de abril de 2020, acolheu o parecer da Comissão de Assuntos Institucionais, exarado nos Autos CPJ nº 004/2020, pela alteração do Ato PGJ nº 046/2014, que “disciplina a organização, o funcionamento e as atividades dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado do Tocantins”, a fim de que sejam adequadas as atribuições dos Centros de Apoio das áreas do Consumidor, da Cidadania, dos Direitos Humanos e da Mulher, propiciando a criação do Centro de Apoio Operacional da Saúde, cuja eleição para coordenador ocorreu no último dia 24 de abril.

O Centro de Apoio Operacional da Saúde – CaoSAÚDE, criado pelo Ato PGJ nº 056/2020, em 13 de abril de 2020, tem por finalidade auxiliar os Órgãos de Execução do Ministério Público na fiscalização da implementação e execução de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como na defesa do direito individual e coletivo de acesso às ações e serviços do SUS, em conformidade com as normas vigentes.

Para o desempenho de suas atribuições, o CaoSAÚDE se utiliza de pesquisas em bancos de dados oficiais de acesso público, bem como das normas que regulamentam o

Sistema Único de Saúde em âmbito nacional e local, além de acompanhar as reuniões da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), do Conselho Estadual de Saúde e Conferências Estaduais de Saúde e do Comitê Executivo para Monitoramento das Ações de Saúde – CEMAS, dentre outras reuniões com as áreas técnicas da saúde, a partir das quais reúne elementos para o intercâmbio de informações e subsídios para a atuação finalística, em conformidade com o artigo 2º do Ato PGJ nº 046/2014.

No decorrer 2020, o CaoSAÚDE realizou as atividades típicas de órgão auxiliar, que consistem basicamente em: atendimentos a membros; atendimentos ao público; participação e promoção de reuniões; emissão de pareceres técnicos sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade; expedição e recebimento de ofícios e circulares; participação em eventos em geral; criação e alimentação do site institucional; emissão de minutas de recomendações e modelos de peças para atuação; além do estímulo à integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuam na mesma área da atividade e que tenham atribuições comuns.

Destarte, em síntese, as atividades e realizações do CaoSAÚDE que se destacaram no ano de 2020 restam demonstradas a seguir:

Tabela 5.2.3 - Demonstrativo das realizações do CaoSAÚDE, em 2020

Processos de acompanhamentos	1
Relatórios técnicos	2
Pesquisas / atendimentos	147
Consultas via WhatsApp	46
Consulta via Telefone	2
Consultas por edoc	32
Consultas por e-mail	6
Vistorias/Inspeções	4
Notas Técnicas Expedidas	4
Pareceres	9

Tabela 5.2.3 - Demonstrativo das realizações do CaoSAÚDE, em 2020

Pedidos de Formalização de Cooperação Técnica	2
Reuniões	57
Ofícios Expedidos	210
Ofícios Recebidos	172
Ofícios Circulares Expedidos	62
E-mail Expedidos	163
E-mail Recebidos	184
Boletim Informativo CaoSAÚDE	6
Solicitações de Campanhas Informativas	5

Fonte: CaoSAÚDE

Cabe salientar que, tendo em vista as atribuições deste Centro de Apoio, e considerando que compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos serviços de relevância pública, aos quais se incluem a saúde pública, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, nos termos da Constituição Federal, artigos 196 e 129, II, o CaoSAÚDE apresentou os seguintes pedidos de formalização de cooperação técnica:

- Cooperação técnica a ser firmada com o Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul – MP/MS, objetivando o acesso à ferramenta *Vacinômetro*, que se destina à manutenção atualizada dos percentuais de cobertura para as principais vacinas ofertadas pela rede pública a todos os municípios do Estado, segundo dados extraídos do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde.
- Cooperação técnica a ser firmada com o Ministério Público do Estado do Santa Catarina (MPSC), para fins de implementação do sistema de controle das internações psiquiátricas involuntárias estabelecidas no Estado e efetivação das comunicações, com o objetivo de cumprir o §1º do artigo 8º da Lei 10.216/2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Com o objetivo de acompanhar as ações de saúde e prestar apoio técnico aos Promotores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins em face do enfrentamento da pandemia pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 001/2020.

O CaoSAÚDE informa, também, acerca das boas práticas adotadas pelo Ministério Público no combate à Covid-19, que além das suas atribuições de rotina, no apoio técnico aos Promotores de Justiça, desenvolveu algumas atividades objetivando fomentar o trabalho dos Órgãos de Execução, dentre as quais se destaca a elaboração de Boletim Informativo CaoSAÚDE periódico, dirigido aos integrantes do MPTO, contendo informações sobre a atuação do MPTO no enfrentamento à pandemia, compilações de dados acerca da situação epidemiológica no Estado, bem como dados relacionados a assistência à saúde, visando subsidiar a atuação dos órgãos de execução e dar conhecimento das atividades desenvolvidas.

Outrossim, o CaoSAÚDE colaborou em importante ação desenvolvida pela Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO (Promotor de Justiça Saulo Vinhal da Costa), qual seja, a formulação de um Termo de Ajustamento de Conduta visando à construção de um arranjo organizativo entre municípios que compõem a Comarca de Tocantinópolis, por meio de repasses financeiros para o município de Tocantinópolis, destinado ao fortalecimento da Unidade de Pronto Atendimento daquele município, em caráter emergencial e provisório, para enfrentamento da pandemia da Covid-19, sobretudo em casos de pacientes graves, inclusive como forma de contribuir para a redução da judicialização.

Ademais, este Centro de Apoio prestou auxílio técnico na elaboração do Projeto CAMINHO SEGURO Covid-19/TO, de responsabilidade da 27ª Promotoria de Justiça da Capital e Ministério Público do Trabalho, com o objetivo de estruturar rede de órgãos e outras entidades para a promoção da saúde e o acolhimento de motoristas de veículos de carga e eventuais acompanhantes, para reduzir a disseminação do SarsCov-19 na unidade da federação em que o projeto for executado.

Ressalta-se, por oportuno, as propostas de projetos elaboradas este ano para serem desenvolvidos pelo CaoSAÚDE no exercício financeiro/orçamentário 2021, conforme quadro abaixo:

Quadro 5.2.3.a – Projetos elaborados no CaoSAÚDE.

Acompanhamento da Atenção Básica em todos os Municípios tocaninenses.
Acompanhamento do Sistema de Regulação do SUS no âmbito do Estado do Tocantins.
Operação MP Pró-SUS (Inspeção nas Unidades Hospitalares).

Fonte: CaoSAÚDE

Registra-se, por fim, as solicitações do CaoSAÚDE à Assessoria de Comunicação do MPTO quanto à produção de material de divulgação sobre as seguintes campanhas informativas:

Quadro 5.2.3.b – Campanhas Informativas CaoSAÚDE
Divulgação sobre os canais de atendimento do Ministério Público do Tocantins para as denúncias relacionadas ao descumprimento das medidas de enfrentamento do coronavírus, bem como situações de desassistência à saúde ou irregularidades quanto à organização dos serviços de saúde.
Divulgação nas redes sociais, estimulando a doação de sangue e contendo informações sobre a rede de hemocentros no Estado do Tocantins.
Divulgação da campanha Setembro Amarelo, que tem por objetivo a prevenção ao suicídio.
Divulgação de campanha do Dia das Crianças acerca da importância da vacinação infantil.
Divulgação da campanha Outubro Rosa, cujo objetivo é estimular a conscientização das mulheres acerca da importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.
Divulgação da campanha Novembro Azul, que tem o objetivo de reforçar a conscientização acerca da importância do diagnóstico precoce e do tratamento das doenças masculinas, principalmente, o câncer de próstata.

Fonte: CaoSAÚDE

Destaca-se, que a campanha de incentivo a doação de sangue, nas redes sociais, deu origem ao projeto #Parceiros pela Vida, desenvolvido pelo CaoSAÚDE em parceria com a Secretaria Estadual da Saúde (SES/Hemorred), com o objetivo de captar doadores de sangue e coletas para o cadastro de medula óssea.

Na primeira ação, realizada em 11 de dezembro, a unidade móvel do Hemocentro ficou estacionada em frente ao Ministério Público do Tocantins (MPTO), em Palmas, possibilitando a coleta de 18 bolsas de sangue e 13 novos cadastros de doadores de medula. Ficou pré-agendada a realização de ações para os dias 22 e 29 janeiro de 2021, prevendo que outras instituições façam adesão ao projeto.

5.2.4 Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal

O Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal (Caopac) tem como objetivo primordial a orientação dos Órgãos de Execução – promotores e promotorias de Justiça – com atribuições na área de defesa do patrimônio público em todo o Estado do Tocantins.

Compete ao Caopac:

a) prestar assessoramento técnico nos casos encaminhados pelos órgãos oficiais, por profissional habilitado na área específica, principalmente quanto a auditoria em contas e inspeção em obras;

b) opinar e oferecer sugestões sobre questão envolvendo improbidade administrativa e corrupção;

c) analisar, discutir e aprofundar temas referentes à atuação do MPTO na defesa da probidade e da lisura na Administração Pública;

d) subsidiar a formulação de política institucional em relação ao combate à improbidade e à corrupção.

O Caopac participa de importantes iniciativas institucionais tais como: o Grupo Especial de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep), Núcleo do Tribunal do Júri do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPNUJURI).

O Caopac participa, ainda, do Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (FOCCO/TO), organismo que congrega importantes órgãos de Controle Externo e de Controle Social da Moralidade Pública, como o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, a Superintendência Regional da Polícia Federal no Tocantins, a Controladoria Regional da União no Estado do Tocantins, a Advocacia-Geral da União, o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Ministério Público Federal, Ministério Público de Contas, entre outros.

Explicita-se a seguir, demonstrativo das realizações do Caopac no período 2015 a 2020:

Tabela 5.2.4 – Realizações Caopac, 2015 a 2020

Descrição	Ano, (em quantidade)					
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Consulta de endereço, investigação de pessoas jurídicas e antecedentes criminais	5.155	7.130	7.872	8.054	7.630	8.169
Processos de acompanhamentos	-	-	-	-	01	-
Relatórios técnicos	28	41	57	85	109	70
Pesquisas / atendimentos	-	8	15	46	160	-
Vistorias	04	04	15	01	09	01
Sistema de pesquisa	-	04	07	08	08	08
Promoção de Eventos	01	01	01	02	01	-
Reuniões	04	17	10	06	09	-
Audiências Públicas	-	-	-	-	-	-
Seminários/ Mesa Redonda	-	01	03	01	-	-
Cursos	-	04	07	06	-	-
Ofícios Expedidos	34	80	41	37	95	51
Ofícios Recebidos/E-DOC	42	211	244	184	35	56
Memorandos Expedidos	45	32	59	30	60	73
Memorandos Recebidos	17	28	04	21	115	24

Tabela 5.2.4 – Realizações Caopac, 2015 a 2020

Descrição	Ano, (em quantidade)					
E-mails Expedidos	469	218	287	152	44	214
E-mails Recebidos	318	119	313	178	71	8.081

Fonte: Centro de Apoio Operacional do Patrimônio Público e Criminal

5.2.5 Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS)

O Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, órgão auxiliar do Procurador-Geral de Justiça, foi instituído pela Resolução nº 004/2015/CPJ, em 24 de abril de 2015, dividido na seguinte estrutura organizacional:

- Coordenação;
- Diretoria de Inteligência;
- Assessoria Jurídico-administrativa;
- Departamento de Análise de Dados e Informações – LAB-LD/TO;
- Departamento de Operações e Segurança Institucional; e
- Secretaria.

As atividades da Coordenação do NIS que se destacaram, em 2020, foram as seguintes:

Tabela 5.2.5 - Atividades da Coordenação do NIS, 2020

Item	Atividades	Quantidade
1	Processos administrativos instaurados	47
2	Processos administrativos arquivados	31

Tabela 5.2.5 - Atividades da Coordenação do NIS, 2020

Item	Atividades	Quantidade
3	Ofícios expedidos	13
4	Memorandos expedidos	74
5	Minuta de Ato Normativo (Institui Gabinete de Crise no âmbito do MPTO, disciplina a utilização do correio eletrônico, e institui política de uso de dispositivos de armazenamento).	03
6	Elaboração de Termo de Referência para aquisição de licença e atualização de software par UFED TOUCH ULTIME e aquisição de veículo blindado para atender ao programa de proteção pessoal.	02
7	Promoção de eventos (webinários) em alusão ao Mês de Segurança Institucional, com os temas: Segurança Cibernética e Engenharia Social e Segurança da Informação: as diretrizes para tratamento da Informação Sigilosa na Lei de Acesso à Informação.	02
8	Minuta de Acordo de Cooperação a ser formalizada com a empresa concessionária ENERGISA, cujo objetivo é disponibilizar o acesso à base de dados.	01
9	Minuta de Ato Normativo que institui e regulamenta o Sistema de Pesquisa e Análise Integrada do Ministério Público do Estado do Tocantins, denominado Sistema Horus, cujo objetivo é disponibilizar o acesso à base de dados do NIS aos órgãos de execução do MPTO.	01
10	Formalização de prorrogação de cessão de uso do software do Sistema Guardião com o Estado do Tocantins, por intermédio da Polícia Militar.	01
11	Proposição de criação de cargo de Técnico Ministerial Especializado em Segurança Institucional.	01
12	Reuniões institucionais internas.	04
13	Participação, por videoconferência, da 21ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Segurança Institucional do CNMP.	1

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

Tabela 5.2.5.a - Projetos em execução, em 2020

Item	Projetos
1	Pen Drive Seguro, acompanhado do termo de referência, com vistas a distribuir dispositivo de armazenamento aos integrantes do MPTO.
2	Fortalecimento estrutural do NIS.
3	Solução de virtualização do NIS.
4	Atualização e revisão do Plano de Segurança Institucional do MPETO.
5	Mês da Segurança Institucional do ano de 2021.

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

Tabela 5.2.5.b – Demandantes NIS, em 2020

Item	Demandante	Quantidade
1	GAECO	20
2	22ª Promotoria de Justiça da Capital	08
3	28ª Promotoria de Justiça da Capital	37
4	2ª Promotoria de Justiça de Araguaína	01
5	4ª Promotoria de Justiça de Araguaína	01
6	6ª Promotoria de Justiça de Araguaína	01
7	14ª Promotoria de Justiça de Araguaína	02
8	8ª Promotoria de Justiça de Gurupi	02
9	1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	01

Tabela 5.2.5.b – Demandantes NIS, em 2020

Item	Demandante	Quantidade
10	Promotoria de Justiça de Xambioá	01
11	Promotoria de Justiça de Arraias	01
12	Promotoria de Justiça de Paranã	02
13	2ª Promotoria de Justiça de Colinas	01
14	Coordenadoria da Promotoria de Justiça de Gurupi	01
15	Comissão Permanente Processante	02
16	Centro de Apoio Operacional Criminal e Patrimônio Público	03

Fonte: Coordenação Núcleo de Inteligência - NIS

As atividades da Diretoria de Inteligência, vinculadas ao Sistema Guardião, foram as seguintes:

Tabela 5.2.5.c - atividades da Diretoria de Inteligência, em 2020

Item	Atividades	Quantidade
1	Processos (Operações)	6
2	Relatórios Circunstanciais	22
3	Relatórios CNMP	11
4	Ofícios Expedidos	53
5	Memorandos Expedidos	3

Fonte: Diretoria de Inteligência

As principais atividades desenvolvidas pelo Departamento de análise de dados e Informações e Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação – LAB-LD/TO, no ano de 2020, foram compiladas e restam demonstradas a seguir:

Tabela 5.2.5.d - Principais atividades LAB-LD/TO, em 2020

Item	Atividades	Quantidade
1	Pedido de Cooperação Técnica ¹	02
2	Relatórios de Análise ²	50
3	Relatório de Pesquisas ³	49
4	Pesquisas Realizadas	1110
5	Relatório técnico – Tecnologia da Informação	1

Fonte: Departamento de análise de dados e Informações e Departamento de Processamento de Dados e Tecnologia da Informação – LAB-LD/TO

Tabela 5.2.5.e – Atividades do Departamento de Operações e Segurança Institucional

Item	Atividades	Quantidade
1	Ordem de missão	7
2	Relatório de Missão	7
3	Relatório de Informação Técnica – Análise de Imagens	3

Fonte: Núcleo de Inteligência – NIS

¹ Refere-se a pedido de afastamento de sigilo bancário junto ao Sistema Simba, a fim de receber e validar as transmissões oriundas das instituições financeiras.

² Refere-se às análises de dados fiscais, bancários, telefônicos e vínculos.

³ Refere-se às pesquisas em todos os Sistemas e Base de Dados disponíveis neste Laboratório. Consta ainda informar que surgiu a partir de 1º de agosto de 2015, em substituição às extintas Notas Técnicas e Notas de Informação.

Tabela 5.2.5.f - Avaliações e Medida de Proteção Pessoal

Item	Descrição	Quantidade
1	Acompanhamento com equipe técnica do CAOMA	1

Fonte: Núcleo de Inteligência – NIS

5.3 Estruturas e Assessorias das demais Macrorrotinas

5.3.1 Assessoria de Comunicação

Vinculada ao gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, a Assessoria de Comunicação (Ascom) do Ministério Público do Estado do Tocantins desenvolveu, no ano de 2020, uma série de atividades alinhadas ao Planejamento Estratégico, que visam contribuir para que a instituição alcance seu objetivo estratégico de “promover a imagem do MPTO, estreitando o relacionamento institucional com os Poderes e o diálogo com a sociedade, mediante atuação e comunicação adequadas”.

O trabalho da Assessoria seguiu também as orientações do Regimento Interno e as diretrizes dispostas na Política de Comunicação Social do Ministério Público do Estado do Tocantins e na Política Nacional de Comunicação Social do Ministério Público brasileiro estabelecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Tratou-se de um ano atípico, com a equipe desenvolvendo suas funções majoritariamente em regime de teletrabalho, em razão da pandemia de Covid-19.

A situação epidemiológica também impactou diretamente na produtividade da Ascom, havendo um elevado fluxo de pedidos, por parte dos membros, de divulgação das atividades referentes à proteção do direito à saúde. Por parte dos veículos de imprensa, também foi registrada uma elevada demanda por entrevistas, relativas à atuação do MPTO no enfrentamento da pandemia.

Além das mencionadas atividades de comunicação externa, voltadas aos cidadãos tocaninenses, destinatários do trabalho do MPTO, também foi mantido o serviço de comunicação interna, direcionado aos integrantes da instituição, com o objetivo de contribuir para a melhoria do clima organizacional e para o aperfeiçoamento dos fluxos de trabalho. Além da intranet, foi utilizada com grande ênfase a lista de transmissão no aplicativo

WhatsApp, tendo como finalidade a divulgação de comunicados institucionais e da agenda de atividades de qualificação *online*.

O conjunto dos trabalhos é desenvolvido por uma equipe composta por cinco jornalistas, incluindo a chefe da equipe; uma revisora de textos; dois designers gráficos; uma publicitária; um cinegrafista; dois fotógrafos e uma estagiária de Jornalismo.

Assessoria em números

A equipe de jornalismo redigiu 925 textos (releases) e 85 notas oficiais ao longo de 2020. Esta divulgação contribuiu para que a instituição obtivesse 9.993 citações diretas e indiretas na mídia, sendo cerca de 99% destas menções positivas, o que contribuiu significativamente para a formação de uma imagem e opinião pública favorável ao MPTO.

Para ocupar o espaço equivalente na mídia por meio de publicidade paga, a instituição teria que investir o montante de R\$ 14.824.837,21.

A divulgação de ações por meio da Assessoria de Comunicação também gerou uma média de 100 atendimentos mensais à imprensa, referentes a pedidos de entrevistas e de informações complementares.

Tabela 5.3.1 - Atividades jornalísticas da Ascom

Item	Descrição	Ano, (em unid	
		2019	2020
1	Textos produzidos pela Ascom	1.166	925
2	Cobertura de eventos (fotografia e/ou reportagem)	595	167
Total			

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.a - Total de citações ao MPTO na mídia

Item	Descrição	Ano, em (unid)	
		2019	2020
1	Matérias publicadas na TV	760	1031
2	Matérias publicadas no rádio	372	614
3	Matérias publicadas na web	9878	8109
4	Matérias publicadas em jornal impresso	257	241
5	Valoração (R\$)	R\$ 15.380.248,68	R\$ 14.824.837,21

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.b - Citações ao MPTO por área de atuação

Item	Área de atuação	Web	Jornais	TV	Rádio	Total
1	Controle Externo da Atividade Policial	64	1	9	7	81
2	Consumidor	165	8	19	17	209
3	Criminal	916	39	148	63	1166
4	Educação	249	6	45	13	313
5	Eleitoral	318	5	28	14	365
6	Execução Penal	21	0	4	1	26
7	Infância e Juventude	85	4	8	3	100
8	Institucional	607	10	43	38	698
9	Meio Ambiente e Urbanismo	922	36	73	57	1088

10	Patrimônio Público	1451	23	126	125	1725
11	Saúde	2851	106	472	243	3672
12	Idoso	11	1	1	0	13
13	Deficiente	0	0	0	0	0
14	Direitos Humanos	59	2	4	1	66
15	Mulher	93	2	6	6	107
Total		7812	243	986	588	9629

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.c - Matérias veiculadas na imprensa com posicionamento do MPTO

Item	Mês	Vídeo	Áudio	Impresso	Web	Total
1	Janeiro ⁴	-	-	-	-	-
2	Fevereiro	61	64	17	558	700
3	Março	51	33	11	739	834
4	Abril	70	40	8	664	782
5	Maior	48	31	11	581	671
6	Junho	57	55	24	643	779
7	Julho	119	101	29	601	850
8	Agosto	114	53	23	605	795

⁴ Janeiro não foi contabilizado em função do início do contrato com a empresa de clípagem

9	Setembro	88	33	16	347	484
10	Outubro	65	26	13	498	602
11	Novembro	56	4	15	294	369
12	Dezembro	28	7	7	294	336
Total		757	447	174	5824	7202

Fonte: Assessoria de Comunicação

Produtos da Assessoria de Comunicação

Informes via lista de transmissão

Voltada à comunicação interna com os integrantes do MPTO, a lista de transmissão no aplicativo WhatsApp foi utilizada de forma intensa no ano de 2020, tendo como finalidade a divulgação de informes institucionais diversos e da agenda de atividades online de qualificação, esta conforme demanda do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (Cesaf/ESMP). A comunicação em tempo real ocorre com membros e servidores que tenham autorizado previamente o cadastro de seu contato telefônico.

Projeto de media training “Capacitando Porta-Vozes”

Em 2020, o MPTO ofereceu aos seus membros a terceira edição do workshop de media training Capacitando Porta-Vozes, voltado a preparar promotores e procuradores de justiça para o relacionamento com a imprensa. Nesta edição, as atividades ocorreram exclusivamente por meio telepresencial. Outro diferencial foi a simulação de entrevistas antes e depois do curso, o que permitiu ao jornalista e consultor Fábio Gusmão avaliar a evolução do desempenho dos inscritos. A edição do workshop contou com a participação de 20 membros e totalizou uma carga horária de aproximadamente 16 horas de curso.

Programa de rádio “Cidadania em Foco” (Rádio UFT FM)

Produzido pela Ascom do MPTO e veiculado na Rádio UFT FM (96,9 FM), o programa “Cidadania em Foco” leva à população tocantinense informações sobre a atuação do MPTO e sobre temas do Direito que possuem grande impacto sobre a vida do cidadão. Em 2020, entre abril e novembro, foram produzidos e veiculados 31 programas, com duração individual de 5 minutos. A parceria interinstitucional relativa ao “Cidadania em Foco” foi renovada, garantindo a veiculação do programa na rádio até novembro de 2021.

Jornal mural “Expresso MP”

Orientado ao público interno, o jornal mural “Expresso MP” é disponibilizado para leitura nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça, contendo informações de caráter institucional e social, relacionadas ao cotidiano dos membros e servidores. O informativo tem periodicidade quinzenal, sendo afixado um exemplar em cada pavimento da sede do MPTO. Em 2020, o informativo foi produzido em 06 (seis) edições entre os meses de janeiro e março, sendo suspenso em sequência, em razão do estabelecimento do regime de trabalho telepresencial.

Gestão das Redes Sociais

A comunicação do Ministério Público do Tocantins com o público externo tem como importante ferramenta as redes sociais da internet, sendo efetivada por meio dos perfis oficiais do MPTO no Facebook, Twitter, Instagram, Flickr e Youtube.

Além de utilizar as redes sociais para informar o público externo sobre as atividades ministeriais de interesse público, a Assessoria de Comunicação também aproveita seus perfis para esclarecer os cidadãos acerca de seus direitos e deveres. E realiza estas comunicações por meio de postagens gráficas atrativas e de vídeos, o que garante maior alcance às publicações.

Ao longo de 2020 a Ascom do MPTO veiculou 682 publicações em cada uma de suas redes sociais, incluindo cards, carrossel, vídeos, stories e enquetes.

Destaque para o crescimento exponencial do perfil no Instagram, que saltou de 6 mil seguidores (2019) para mais de 10 mil e 400 seguidores em 2020.

Tabela 5.3.1.d – Rede Facebook

Item	Ano	
	2019	2020
Curtidas	3.831	4.052
Alcance médio	752 pessoas por dia	773 pessoas por dia
Envolvimento (compartilhamentos, reações e curtidas)	368787	411492
Perfil do usuário		
Sexo	58% mulheres e 42% homens	58% mulheres e 42% homens

Faixa etária	41% – 25 a 34 anos 31% – 35 a 44 anos 12% – 18 a 24 anos 11% – 45 a 54 anos 5% – outros	39% - 25 a 34 anos 33% – 35 a 44 anos 9% – 18 a 24 anos 12% – 45 a 54 anos 7% – outros
Localização (origem das curtidas)	Palmas – 1.518 Araguaína – 339 Gurupi – 222 Goiânia – 115 Paraíso do Tocantins – 109	Palmas – 1.590 Araguaína – 370 Gurupi – 236 Paraíso do Tocantins – 142 Goiânia – 101

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5..3.1.e – Rede Twitter

Item	Descrição	Ano, (em unid)	
		2019	2020
1	Seguidores	7963	9.226
2	Engajamento médio	1.555 (diário)	2011 (diário)

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.f – Rede Instagram

Item	Descrição	Ano, (em unid)	
		2019	2020
1	Seguidores	6.022	10.451
2	3Posts publicados	848	952
3	Impressões (média mensal)	51788	74267

Fonte: Assessoria de Comunicação

Tabela 5.3.1.g - Portal do MPTO: PAGEVIEWS (acessos e tráfego orgânico)	
2019	2020
964320	1042025

Fonte: Google Analytics

Produção publicitária e gráfica

Por não dispor de recursos orçamentários para a terceirização de serviços publicitários, a Assessoria de Comunicação produz peças e campanhas publicitárias internamente, utilizando-se dos recursos humanos de sua própria estrutura. Nesse sentido, a instituição alcançou uma expressiva produção de peças gráficas em 2020.

Este trabalho envolve a atuação de uma equipe formada por profissionais das áreas de designer gráfico, publicidade, revisão de texto e do jornalista responsável pela gestão das redes sociais – profissionais estes que acumulam outras demandas de nível interno e externo da Ascom.

Entre os meses de janeiro e dezembro de 2020, foram produzidas 1.408 peças gráficas, entre cards para redes sociais, animações, topos de site, marcas e storyboards.

Além de postagens diárias sobre a atuação do Ministério Público do Tocantins, foram produzidas 42 campanhas temáticas, com conteúdos específicos, como Queimadas, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, Eleições 2020, Violência contra a Mulher, Semana de Trânsito, Prevenção ao Coronavírus, Live MP, Denúncias, Curiosidades sobre Seu Direito, Semana do Consumidor, dentre outros temas.

Outras demandas fazem parte da rotina diária de trabalho da equipe de publicidade da Ascom, como a criação e produção de peças internas, cartazes, placas de sinalização, adesivos de veículos, identidade visual da instituição. Ao todo, 621 peças gráficas impressas foram produzidas ao longo de 2020 pela Ascom MPTO.

Em 2020, foi repassada à Assessoria de Comunicação a atribuição de diagramar o Diário Oficial Eletrônico do MPTO. Entre março e outubro, foi realizada a diagramação de 150 edições da publicação.

Produção audiovisual

A cobertura jornalística e a produção de conteúdo para publicidade e para redes sociais, bem como a elaboração de conteúdo para a comunicação interna, contaram com suporte nas áreas de fotografia, cinegrafia e edição audiovisual.

Produtividade em 2020

Tabela 5.3.1.h – Produtividade em 2020

Item	Tipo de produção	Quantidade
1	Registros e produções fotográficas	167
2	Filmagens e produções de vídeo	57
3	Produções de rádio	38

Fonte: Assessoria de Comunicação

Outras atividades

Portal da Transparência

A Assessoria de Comunicação é responsável pela alimentação mensal do conteúdo da área de Contatos do Portal da Transparência.

Composição de comissões institucionais

Considerando-se que as atividades do Ministério Público precisam chegar ao conhecimento tanto do público externo quanto interno, para que sejam executadas devidamente, atinjam sua finalidade e proporcionem reconhecimento à instituição por parte da opinião pública, a Assessoria de Comunicação é parte integrante das principais comissões do MPTO.

Nesse sentido, a Assessoria de Comunicação tem assento na Comissão de Análise ao Acesso às Informações, na Comissão Permanente de Segurança Institucional, na Comissão Permanente de Gestão da Estratégia, no Comitê Gestor do Portal da Transparência e no Comitê Interno de Avaliação da Gestão pelo Modelo de Excelência em Gestão, além de integrar o Comitê de Políticas de Comunicação do Fórum Nacional de Gestão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

5.3.2 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf)

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF/ESMP) é órgão auxiliar do MPTO e tem por missão o aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores da Instituição (art. 50, Lei nº 51/2008).

O CESAF/ESMP segue o que preceitua a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, no § 2º do art. 39 da Constituição Federal de 1988 sobre as Escolas de Governo (EGOVs), com o propósito de “formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos, um dos requisitos para a promoção nas carreiras”.

Nesta perspectiva, a Assembleia Legislativa do Tocantins aprovou, em 05/03/2020, o Projeto de Lei nº 007/2019, que altera a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins visando fortalecer o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CESAF/ESMP).

Conforme a justificativa do projeto de lei, a mudança visou atender diretriz estabelecida pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no que se refere à estruturação das escolas institucionais como órgão auxiliar, que devem ser dotadas de autonomia pedagógica e gerencial, com a observância de parâmetros de qualidade que garantam o suporte necessário à formação e à capacitação de quadros e à produção e difusão do conhecimento.

Segundo o projeto de lei aprovado, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é integrado pela Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e deve ampliar suas estratégias e se reestruturar, de forma que possa desempenhar as atividades típicas de escola de governo, previstas na Constituição Federal.

Na exposição de motivos encaminhada à Assembleia Legislativa, é informado que as mudanças decorrentes do projeto de lei não trazem dispêndio para o Ministério Público do Tocantins.

O projeto de lei também elenca as atribuições do CESAF/ESMP no que se refere ao aprimoramento profissional e cultural dos membros e servidores do MPTO, entre as quais está instituir e promover cursos de aperfeiçoamento e pós-graduação, reuniões, ciclos de estudos e pesquisas, seminários, conferências, simpósios e congressos, bem como celebrar convênios e manter intercâmbio cultural e científico, apoiar projetos e atividades de ensino e

pesquisa que se relacionem com o aprimoramento dos membros do Ministério Público e editar e publicar a Revista Jurídica do MPTO e outras publicações.

No tocante à estruturação, a lei aprovada dispõe que a Escola Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins será dirigida pelo Diretor-Geral do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; contará com um Conselho Administrativo Consultivo integrado por, no mínimo, três membros do Ministério Público, indicados pelo Diretor-Geral, que o presidirá.

A estrutura administrativa da Escola Superior do Ministério Público poderá ser composta por membros, servidores e estagiários, indicados pelo Diretor-Geral e designados pelo procurador-geral de Justiça. Ouvido o Conselho Consultivo, a Escola poderá solicitar à Administração Superior do Ministério Público a contratação de professores com expertise nas áreas científicas ou de pesquisa.

A indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão constituem princípios subjacentes ao Cesaf/ESMP, enquanto escola de governo, que também se beneficia dos prismas teórico-analíticos da gestão e produção do conhecimento aplicado nas instituições públicas, conforme sinalizado no Quadro a seguir:

Quadro 5.3.2 – sinopse dos cursos

Instância	Modelagem Curricular	Modalidade	Público-alvo
Ensino	Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	Presencial	Membros e servidores do MPTO
	Cursos de Aperfeiçoamento	Presencial e EaD	Membros e Servidores do MPTO
	Programa de Preparação para Carreira do Ministério Público (Curso de Iniciação à carreira do Ministério Público)	Presencial EaD	Membros
	Programa Básico de Formação para Servidores (Curso Básico de Iniciação)	Presencial EaD	Servidores analistas e técnicos
	Cursos de Atualização	Presencial e EaD	Membros e Servidores do

			MPTO
	Minicursos e Oficinas	Presencial e Ead	Membros e Servidores
Pesquisa	Pesquisa Aplicada Projetos de Nucleação de Grupos de Pesquisa	Presencial e multiplataformas	Membros e servidores
	Projetos Estratégicos sob demanda	Presencial e multiplataformas	Membros e Servidores
Extensão	Eventos formativos próprios ou associados com os Centros de Apoio Operacionais, Núcleo de Segurança Institucional, Grupo de Combate à Corrupção e Criminalidade e demais setores e órgãos da administração do MPTO.	Presencial e multiplataformas	- Membros e servidores - Acadêmicos interessados nas carreiras do Ministério Público - Representantes das organizações e associações da sociedade civil e instituições parceiras.

Fonte: CESAF/ESMP

Atividades consolidadas do Cesaf-ESMP

O CESAF/ESMP disponibiliza catálogos de atividades de Capacitação no endereço eletrônico: <https://mpto.mp.br/cesaf/2018/09/20/catalogo-de-cursos-enap-e-ilb>, os quais poderão ser utilizadas para solicitação de horas para progressão vertical, conforme previsão contida no artigo 11, Inciso II, alínea “c” da Lei nº 3.472 de 27 de maio de 2019, que instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do MPTO. Para tanto, é imprescindível o encaminhamento dos certificados ao Cesaf e ao Departamento de Recursos Humanos após a conclusão da capacitação.

Com os recursos humanos e materiais disponíveis para o ano de 2020, foi possível ao CESAF/ESMP organizar, intermediar e/ou realizar diretamente ou por meio das estratégias acima delineadas as seguintes atividades:

Tabela 5.3.2.a – Atividades Consolidadas do Cesaf/ESMP, em 2020

Item	Descrição das atividades	Quantidade
1	Eventos presenciais sob responsabilidade direta do Cesaf-ESMP	1
2	Eventos presenciais em parceria compartilhados com o Cesaf-ESMP	1
3	Eventos à distância realizados pelo Cesaf-ESMP	04
4	Eventos externos de parceiros com participação de integrantes do Cesaf-ESMP	00
5	Cursos presenciais externos com a participação de integrantes do MPE	00
6	Cursos à distância em parceria com o Cesaf-ESMP com participação de integrantes	14
7	Atividades institucionais do MPE realizadas com a participação do Cesaf-ESMP	04
8	Declarações/Certificados expedidos	1090
9	Editais publicados	11
10	Planos de cursos elaborados para aprovação pelo CSMP	11
11	Pareceres emitidos	14
12	Ofícios expedidos	78
13	Ofícios Circulares expedidos	04
14	Memorandos expedidos	30
15	Participação em eventos de interesse institucional do Cesaf-ESMP	01
16	Acordos de Cooperação firmados	05
17	Propostas de alterações normativas	04
18	Ações de estruturação	05

19	Publicações (Revista Jurídica do MPE)	01
Eventos presenciais sob responsabilidade direta do Cesaf-ESMP		1

Fonte: CESAF/ESMP

Descritivo das Atividades Realizadas

Esfere Educativo Formacional

Eventos presenciais/EAD sob direta responsabilidade do CESAF/ESMP

Tabela 5.3.2.b – Eventos Presenciais sob Direta Responsabilidade do CESAF/ESMP, em 2020

Item	Atividade	Modalidade	Carga Horária	Certificados	Período
1	Reoferta: Oficina sobre crimes cibernéticos e investigação em meios digitais	EAD	14	23	20/07 a 20/09/2020
2	Reoferta: Oficina Recuperação de ativos pelo MP - Instrumentos de resolução consensual de casos cíveis	EAD	04	9	20/07 a 20/09/2020
3	Reoferta: Oficina sobre Roteiros de investigação de Ilícitos contra a Administração Pública	EAD	14	7	20/07 a 20/09/2020
4	Reoferta: Oficina sobre Processos Estruturais	EAD	07	5	20/07 a 20/09/2020
5	I Simpósio sobre a Lei nº 13.964/2019 e sua repercussão na Persecução Penal.	Presencial/ EAD	08	170	13/08/2020

Fonte: CESAF/ESMP

Oferta de eventos presenciais/EAD em parceria compartilhados com o CESAF/
ESMP em 2020

Tabela 5.3.2.c – Oferta de Eventos Presenciais de Parceiros Compartilhados com o CESAF/ESMP, em 2020

Item	Atividade	Instituição /Área	Presencial/ EAD	Carga Horária	Certificados	Período
1	Webinário Interdisciplinar de Convivência Familiar e Comunitária.	CAOPIJE	EAD	03	231	10/06/2020
2	Ações Educativas digitais integradas 1. Curso Prático de Redação de Denúncias 2. Curso de formação continuada sobre acolhida de mulheres que desejam continuar a entregar suas crianças para adoção 3. Curso de formação continuada em técnicas de comunicação não-violenta	MPRN e MPRS	EAD	10	31	-
3	Curso de atualização sobre Procedimentos Extrajudiciais e aspectos técnicos de investigação.	Corregedoria-Geral	EAD	10	303	-
4	Webinário sobre Segurança Cibernética e Engenharia Social	NIS	EAD	02	12	17/08/2020
5	Webinário sobre isolamento social e violência doméstica na pandemia	Núcleo Maria da Penha	EAD	03	36	18/08/2020
6	Workshop: Eleições municipais 2020 e atuação do Ministério Público	GT eleitoral	EAD	09	39	22 e 23/09 e 06/10/2020
7	V Encontro Estadual do Fórum Tocantinense de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos	Caoma	EAD	05	71	16 e 17/09/2020

Tabela 5.3.2.c – Oferta de Eventos Presenciais de Parceiros Compartilhados com o CESAF/ESMP, em 2020

8	10º Encontro Operacional com Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Educação	CAOPIJE	EAD	02		15	07/10/2020
9	Curso de Litigância Estratégica em Processo Estrutural	FMP – Fundação Escola Superior do Ministério Público do RS e CESAF/ESMP	EAD	10		8	21/09; 28/09; 05/10; 19/10; 26/10/2020
10	Webinário – O Fortalecimento dos Conselhos e Fundos Municipais de Crianças e Adolescentes à luz da Proteção Integral	CAOPIJE	EAD	-		49	14/10/2020
12	III Workshop de Mídia Training: Projeto Capacitando Porta-Vozes	Ascom	EAD	10		13	19 a 23/10/2020
13	Curso de Atualização em Processos Gerenciais aplicados à esfera pública	Diretoria-Geral e CESAF/ESMP	EAD	25	-		Em andamento

Fonte: CESAF/ESMP

Registro de participação de integrantes em cursos e eventos externos

Tabela 5.3.2.d – Registro de participação de integrantes em cursos e eventos externos

Item	Atividade	Instituição	Inscritos/ Concluintes	Carga Horária	Período
1	Pós-Graduação Lato Sensu – Estado de Direito e Combate à Corrupção	ESMAT	03	360	24/10/2008 a 06/12/2009
2	Curso de Oratória Rogéria Guida	Rogéria Guida	01	24	20,21 e 22/05/2019
3	Atuação do MP em favor das pessoas com deficiência	MPU	01	30	04 a 29 de maio de 2020
4	Assédio Moral e Sexual no trabalho	Instituto Legislativo	02	6	04 a 24/05/2020

Tabela 5.3.2.d – Registro de participação de integrantes em cursos e eventos externos

		Brasileiro			
5	Ética e Serviço Público	ENAP	01	20	Maio de 2020
6	Excelência no atendimento – Turma 1	Instituto Legislativo Brasileiro	01	6	04 a 24/05/2020
7	Dialogando sobre a Maria da Penha – Turma 2	Instituto Legislativo Brasileiro	01	60	31/07 a 14/08/2020
8	Sistema Eletrônico de Informações - SEI	ENAP	01	20	Maio de 2020
9	Noções Introdutórias sobre o depoimento especial e escuta especializada de crianças e adolescentes no sistema de justiça	ESMAT	01	20	03/08 a 03/09/2020
10	Direito Processual Civil-procedimentos	MPU	02	30	22/06 a 17/07/2020
11	Curso de Propaganda eleitoral com ênfase nos aspectos técnicos e jurídicos	TRE-TO	01	21	8, 10, 12, 15, 17, 19, 22 e 29 de junho de 2020
12	Segurança Pública e atenção às vítimas de crimes	MPU	01	30	11/5/2020 a 5/6/2020
13	Tráfico de pessoas: conceito, modalidades e eixos para enfrentamento	MPU	01	30	8/6/2020 a 7/7/2020
14	Desenvolvimento de equipes – Turma 1	Instituto Legislativo Brasileiro	01	10	07/04 a 04/07/2020
15	Doutrinas Políticas: novas esquerdas - Turma 2	Instituto Legislativo Brasileiro	01	20	11/07 a 22/08/2020

Tabela 5.3.2.d – Registro de participação de integrantes em cursos e eventos externos

16	Atualização e Principais Alterações do Novo Código de Processo Civil	ESMAT	01	80	17/08 a 19/10/2015
17	Curso Introdução à Gestão de Processos	ENAP	01	20	Abril de 2020
18	Curso de Especialização em Promoção e Vigilância em Saúde, Ambiente e Trabalho	Escola FIOCRUZ de governo	01	430	16/05/2018 a 28/06/2019

Outras atividades realizadas

Tabela 5.3.2.e – Produção de material instrucional, em 2020

Item	Curso/ Material	Atividades	Carga Horária
1	Manual de Orientações	Sugestões cênicas para as sessões do CPJ e CSMP	Sem especificação
2	Manual de Orientações	Orientações para integrantes do MPTO sobre apresentações em conteúdos em eventos	Sem especificação

Fonte: CESAF/ESMP

Atividades institucionais do MP/TO com participação do CESAF/ESMP

Tabela 5.3.2.f – Atividades institucionais do MP/TO com participação do CESAF/ESMP, em 2020

Item	Evento	Atuação CESAF/ESMP	Quantidade	Carga Horária
1	Sessão Ordinária – Colégio de Procuradores	Transmissão ao vivo	10	27:43:00
2	Sessão Ordinária – Conselho Superior do Ministério Público	Transmissão ao vivo	12	25:00:00

3	Sessões extraordinárias – Colégio de Procuradores	Transmissão ao vivo	9	12:06:00
4	Sessões extraordinárias – Conselho Superior do Ministério Público	Transmissão ao vivo	8	06:21:00

Fonte: CESAF/ESMP

Tabela 5.3.2.g – Participação em eventos de interesse institucional do CESAF/ESMP

Item	Evento	Instituição	Representação Cesaf-ESMP	Período
1	Dissertação de Mestrado em Comunicação e Sociedade Banca de defesa - “Um olhar do terreno e das fronteiras de comunicação e o direito nos espaços de encarceramento no estado do Tocantins”	UFT	Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes	2020

Fonte: CESAF/ESMP

Destaques 2020

➔ Aprovação do Curso de Pós-Graduação lato sensu “Curso de Especialização em Gestão e Governança no Ministério Público” para o ano de 2021;

➔ Divulgação de eventos – meses de Abril a Novembro de 2020;

Ampliação da Cooperação interinstitucional e comunicação interna

Como proposta de trabalho educativo, o Cesaf-ESMP desenvolveu parcerias internas (com Caops, Coordenadores de Núcleos e Comissões e Chefes de Setores) e externas (demais Centros de Estudos e Escolas Superiores dos Ministérios Públicos estaduais, ENAMP, CDEMP, Instituições de Ensino Superior e demais Escolas de Governo) para produção e divulgação de atividades de aperfeiçoamento e capacitação a todos os integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Com o aumento das demandas de divulgação de cursos, oficinas e eventos remotos, foi criado novo Plano de Comunicação para contato direto com os integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO). Duas frentes vêm sendo devolvidas:

A primeira foi concebida a partir da necessidade de divulgação de eventos do CESAFA/ESMP de forma antecipada e organizada: Agenda de Eventos.

A segunda vem sendo desenvolvida por meio de um grupo de comunicação direta criado no aplicativo WhatsApp. Diariamente, banners de divulgação, links e tabela de horários de vários eventos educativos sobre temas relacionados com o trabalho ministerial, para autoestudo, ficam disponíveis tanto para membros quanto para servidores.

O CESAFA/ESMP, em parceria com os Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Escolas Superiores dos Ministérios Públicos e demais órgãos parceiros, desde o início do período de isolamento social na pandemia de Covid-19, vem trabalhando para garantir a continuidade de ofertas de capacitações e aperfeiçoamento aos integrantes do Ministério Público. Para garantir essa efetividade nos trabalhos, o compartilhamento de atividades educativas foi um requisito necessário para o alcance de resultados.

Durante o período de abril a novembro de 2020, o CESAFA/ESMP divulgou, por meio de sua agenda de cursos, e-mail institucional e canal de comunicação via WhatsApp um total de 608 eventos, destacando o mês de agosto, com mais eventos divulgados. As atividades educativas de maiores destaques foram a Lives e os Webinários.

Dentre as áreas temáticas abordadas, destacam-se como principais: Covid-19 e atuações ministeriais, criança e adolescente, eleitoral e Direito Penal.

A Procuradoria-Geral, por meio do CESAFA/ESMP, assinou Termo de Acordo de Cooperação com a ENAMP e CDEMP, o que permitiu o avanço nas discussões de cooperação técnica e pedagógica entre as Escolas Superiores do Ministério Público e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento. Desta forma, destaca-se como, os maiores parceiros do CESAFA/ESMP, os Ministérios Público do Paraná e Goiás.

Lançamento eletrônico da 18ª edição da Revista Jurídica

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público (CESAFA/ESMP) lançou em 17/11/2020 a 18ª edição da Revista Jurídica do Ministério Público do Tocantins em formato exclusivamente eletrônico. Esta edição consolida a utilização do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER/OJS), que gerencia a publicação de periódicos online. Este software de código aberto possibilita o desenvolvimento de ações essenciais à automação das atividades de editoração de periódicos científicos. Dentre

os recursos, a ferramenta permite a customização da identidade visual para publicação na internet.

Na 18ª edição da Revista Jurídica, primou-se por apresentar diferentes temáticas afetas à atuação do Ministério Público. Nas páginas da Revista, o leitor teve a oportunidade de estabelecer contato com distintas reflexões e posições científica, humanista e jurídica, divulgando o conhecimento construído a partir das reflexões e práticas cotidianas. O seu lançamento ocorreu dia 17 de novembro de 2020, por meio do canal do CESA/ESMP, no Youtube, que contou com a presença dos autores, Conselho Editorial, integrantes do MPTO pertencentes a Programas de Pós-Graduação e com a participação especial, do promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Antônio Henrique Graciano Suxberger.

O lançamento da Revista Jurídica do MPTO está alinhado com o projeto “Compartilhando o Conhecimento no MP”, desenvolvido pelo CESA/ESMP, com objetivo de promover ações de divulgação de publicações físicas e digitais para fomentar a gestão do conhecimento científico acadêmico no âmbito do Ministério Público.

Durante o lançamento, os autores dos artigos publicados na 18ª edição da Revista Jurídica do MPTO fizeram apresentação sucinta das pesquisas e reflexões realizadas. A 18ª Edição da Revista Jurídica do MPTO pode ser acessada pelo sítio eletrônico: <https://cesaf.mpto.mp.br/revista/index.php/revistampto>.

Aprendizado Institucional

Visando a aprendizagem contínua de seus integrantes, bem com proporcionar conhecimentos e melhorar as habilidades relacionadas à atividade laboral, foi disponibilizado o acesso à biblioteca virtual da Escola Superior do Ministério Público (CESA/ESMP). A biblioteca é especializada em direito, mas também possui obras não jurídicas para o apoio dos integrantes da instituição. Graças à parceria do Ministério Público do Tocantins (MPTO) com o Ministério Público de Goiás (MPGO), membros e servidores, exclusivamente, terão acesso ainda a excelente acervo.

Para acessar o espaço digital, acesse o link “Centro de Estudos Cesa”, disponível em Acesso Rápido, na parte inferior do site do Ministério Público ou clique no endereço eletrônico: <https://mpto.mp.br/cesaf/2020/05/06/biblioteca-esmp-cesaf-mpto>.

A página do CESA/ESMP também disponibilizou acesso direto à página da Escola Nacional do Ministério Público (Enamp) e Sessões do CPJ e CSMP.

Biblioteca Virtual

O CESA/ESMP entende que o antigo modelo de biblioteca somente presencial e com atendimento localizado para os usuários está sendo transformado, paulatinamente, pelo desenvolvimento e velocidade de implantação das tecnologias digitais, da valorização diferenciada para a gestão do conhecimento no âmbito das instituições públicas e na mudança pela qual as novas gerações nos quadros de recursos humanos institucionais demandam e utilizam dados e informações em suas respectivas atuações.

A biblioteca no CESA/ESMP é um espaço para o qual devem convergir desde as buscas cotidianas de consulta de acervo físico específico até a disseminação das informações, sejam elas doutrinárias, jurisprudenciais, legislativas e das ciências humanas e sociais às atividades dos membros e servidores do Ministério Público e da Administração Superior.

Com esse intuito, o CESA/ESMP, no ano de 2020, iniciou o Projeto de Efetivação das Atividades Biblioteca do CESA/ESMP, que objetiva definir os critérios para composição do acervo e atividades afetas com o fim de auxiliar o MPTO no alcance de sua missão institucional.

Parte dos objetivos institucionais do CESA/ESMP expressa a importância da biblioteca enquanto espaço de difusão, compartilhamento e construção do conhecimento de seus usuários, sejam eles membros e servidores na busca de melhor executar as atividades meio e fim, sejam os discentes, também deste mesmo corpo institucional, nas atividades educativas e da pesquisa científica jurídica interdisciplinar. Dessa forma, junto à PGJ, o CESA/ESMP adquiriu a Plataforma Fórum, Proview (Revista dos Tribunais) e Minha Biblioteca para auxiliar o acesso de membros e servidores tanto da capital quanto das comarcas do interior do estado.

Implementação do Programa de Estágio para estudantes no âmbito do MPTO

O Ministério Público conta com estagiários de nível médio, técnico e superior em sua sede, em Palmas, e em mais 42 cidades. São 100 estudantes das áreas de Direito, Engenharia Ambiental, Comunicação Social (Jornalismo), Administração, Ciências Contábeis, Ciência da Computação, Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social.

Com uma jornada de estágio de 20 horas semanais, distribuídas em 04 horas diárias, os estudantes não têm prejuízo nas atividades acadêmicas. É concedido um auxílio bolsa no valor de R\$ 700 (setecentos reais) mensais, além de auxílio-transporte correspondente ao valor da tarifa de transporte coletivo urbano cobrada no local em que estiver lotado e em quantidade proporcional aos dias estagiados no mês.

Assim, desde sua implantação, foram realizados 06 (seis) processos seletivos e um total de 278 estagiários já realizaram atividades extracurriculares nas mais diversas promotorias de justiça, procuradorias e setores da atividade-meio da instituição. Com isso, o MP conta hoje com 64 estagiários contratados e 35 vagas abertas para a próxima seleção, divididos, atualmente, em 61 estudantes da área do Direito, 01 de Comunicação Social, 01 Engenharia Ambiental e 01 Ciências Contábeis, vinculados por meio de Termo de Compromisso para atividades de estágio não-obrigatório.

As vagas do programa de estágio do MPTO são fixadas por meio de portaria e, atualmente, estão distribuídas conforme tabela abaixo:

Tabela 5.3.2.h – Relação de Bolsa Estágio, em 2020

Item	Unidade	Localidade	Área	Quantidade
1	Alvorada	Promotoria de Justiça	Direito	1
2	Araguaína	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
3		2ª Promotoria de Justiça		1
4		3ª Promotoria de Justiça		1
5		4ª Promotoria de Justiça		1
6		5ª Promotoria de Justiça		2
7		6ª Promotoria de Justiça		1
8		7ª Promotoria de Justiça		1
9		8ª Promotoria de Justiça		1

Tabela 5.3.2.h – Relação de Bolsa Estágio, em 2020

10		9ª Promotoria de Justiça		1
11		10ª Promotoria de Justiça		1
12		11ª Promotoria de Justiça		1
13		12ª Promotoria de Justiça		1
14		13ª Promotoria de Justiça		1
15		14ª Promotoria de Justiça		1
16	Araguatins	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
17		2ª Promotoria de Justiça		1
18	Arapoema	Promotoria de Justiça	Direito	1
19	Augustinópolis	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
20		2ª Promotoria de Justiça		1
21	Axixá do Tocantins	Promotoria de Justiça	Direito	1
22		1ª Promotoria de Justiça		1
23		2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
24	Colinas do Tocantins	3ª Promotoria de Justiça		1
25		4ª Promotoria de Justiça		1
26	Colmeia	Promotoria de Justiça	Direito	1
27	Cristalândia	Promotoria de Justiça	Direito	1
28	Dianópolis	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1

Tabela 5.3.2.h – Relação de Bolsa Estágio, em 2020

29		2ª Promotoria de Justiça		1
30	Figueirópolis	Promotoria de Justiça	Direito	1
31	Formoso do Araguaia	Promotoria de Justiça	Direito	1
32		Promotoria de Justiça Regional Ambiental do Alto e Médio Araguaia	Direito	1
33	Guaraí	Promotoria de Justiça	Direito	1
34	Gurupi	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
35		3ª Promotoria de Justiça		2
36		4ª Promotoria de Justiça		1
37		5ª Promotoria de Justiça		1
38		6ª Promotoria de Justiça		1
39		8ª Promotoria de Justiça		1
40		9ª Promotoria de Justiça		
41	Miracema do Tocantins	2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
42	Miranorte	2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
43	Novo Acordo	Promotoria de Justiça	Direito	1
44	Palmas	3ª Promotoria de Justiça	Direito	1
45		4ª Promotoria de Justiça		1
46		5ª Promotoria de Justiça		1

Tabela 5.3.2.h – Relação de Bolsa Estágio, em 2020

47		9ª Promotoria de Justiça		1
46		14ª Promotoria de Justiça		1
47		17ª Promotoria de Justiça 9ª Promotoria de Justiça		1
48		19ª Promotoria de Justiça		1
49		20ª Promotoria de Justiça		1
50		21ª Promotoria de Justiça		1
51		23ª Promotoria de Justiça		2
52		26ª Promotoria de Justiça		2
53		28ª Promotoria de Justiça		1
54		Assessoria de Comunicação	Jornalismo	1
55		Caoma	Engenharia Ambiental	1
56		Caoma	Administração	1
57		Caoma	Arquitetura e Urbanismo	1
58		Caoma	Ciências da Computação	1
59		Caoma	Direito	1
60		Caopje	Assistência Social	1
61		Cartório de 2ª Instância	Direito	2

Tabela 5.3.2.h – Relação de Bolsa Estágio, em 2020

62		Conselho Superior do Ministério Público	Direito	1
63		Departamento Administrativo	Administração	2
64		Departamento de Finanças e Contabilidade	Ciências Contábeis	2
65		Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Ciências da Computação	2
66		Diretoria de Expediente	Direito	1
67		Diretoria de Expediente	Administração	1
68	Palmeirópolis	Promotoria de Justiça	Direito	1
69		2ª Promotoria de Justiça		1
70	Paraíso do Tocantins	4ª Promotoria de Justiça	Direito	1
71		5ª Promotoria de Justiça		1
72	Pedro Afonso	2ª Promotoria de Justiça	Direito	2
73	Peixe	Promotoria de Justiça	Direito	1
75	Pium	Promotoria de Justiça	Direito	1
76	Porto Nacional	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
77		2ª Promotoria de Justiça		1
78		3ª Promotoria de Justiça		1
79		4ª Promotoria de Justiça		1
80		5ª Promotoria de Justiça		1

Tabela 5.3.2.h – Relação de Bolsa Estágio, em 2020

81		6ª Promotoria de Justiça		1
82		7ª Promotoria de Justiça		1
83	Taquatinga	1ª Promotoria de Justiça	Direito	1
84	Tocantínia	Promotoria de Justiça	Direito	1
85		1ª Promotoria de Justiça		1
86	Tocantinópolis	2ª Promotoria de Justiça	Direito	1
87		3ª Promotoria de Justiça		1
88	Xambioá	Promotoria de Justiça	Direito	1
Total				100

Fonte: CESAF/ESMP

5.3.3 Cartório de Distribuição

Com o início da pandemia da Covid-19, a administração superior estabeleceu medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo vírus, publicando o Ato Conjunto PGJ-CGMP N.º.003/2020, suspendendo o expediente presencial em todas unidades administrativas e órgão de execução de 1ª e 2ª instâncias do MPTO, no âmbito da capital e interior, passando a atuar em regime de teletrabalho, com algumas adequações, observa-se as necessidades e solicitando apoio da administração superior, para a implementação das modificações necessárias, como por exemplo a disponibilização do serviço de telefonia denominado SIGAME, para que as comunicações externas com o setor, não ficassem prejudicadas.

Outra necessidade verificada foi a adequação no horário de trabalho dos servidores que executam os serviços da segunda instância, observando-se o horário diferenciado do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins com o do MPTO (08h00 às 12h00 e das 15h00 às 18h00), cujo envio dos Autos no Sistema e-Proc se inicia no período

vespertino, às 12h00, 03 (três) servidores do MPTO retornavam às suas tarefas às 15h00, ficando o período matutino prejudicado, por ter uma demanda mínima a ser executada neste período.

Assim, verificada essa necessidade de adequação, foi necessário alterar o horário na 2ª instância, invertendo os períodos, sendo aprovado por todos que se encontram lotados no setor, como também recebendo o aval da Chefia de Gabinete pondo em prática essa alteração no setor.

O cartório de 1ª instância tem entre suas atribuições o recebimento das denúncias através dos canais de entrada que a instituição disponibiliza ao cidadão: Ouvidoria, Gaeco e Portal do Cidadão, posteriormente, distribuídas para as promotorias que atuam na matéria, tomando-se como base a localidade dos fatos.

Assim, foi constatada a necessidade do preenchimento obrigatório do campo indicativo de local dos fatos, principalmente, nas denúncias eleitorais, fato que impedia o cartório a realização do encaminhamento da denúncia à zona eleitoral correta.

A equipe que executa os trabalhos na 1ª instância continua com o número de 02 (dois) técnicos administrativos e 06 (seis) oficiais de diligências, estando dois no teletrabalho por serem do grupo de risco, e a Chefe de Cartório atuando e coordenando as atribuições do setor.

A seguir, a tabela com o quantitativo de documentos extrajudiciais autuados no sistema E-Ext 2017/2020, pelo Cartório de 1ª Instância.

Tabela 5.3.3 - Autos Extrajudiciais Sistema E-Ext 2017 a 2020

Item	Tipo de Autuação	Ano, Em Quantidade			
		2017	2018	2019	2020
1	Carta Precatória	10	10	19	5
2	Notícia De Fato	402	876	1.536	1109
Total		412	886	1.555	1114

Fonte: Cartório de Distribuição – 1ª Instância

O Cartório de 2ª instância, tem um Encarregado de Área responsável pela coordenação das distribuições dos autos do sistema e-Proc, elaboração do calendário anual das sessões do TJ/TO, pautas das câmaras cíveis e criminais e recebimento das intimações, atuando com a equipe formada por 03 (três) técnicos e um estagiário, desenvolvendo planos

de execução na distribuição dessas atribuições no setor, com a finalidade de obter bons resultados.

Quanto à emissão de certidão, no âmbito do MP/TO, encontra-se em fase precária, em virtude de existência de processos extrajudiciais físicos em promotorias de justiça, inclusive na capital. Além disso, necessita de um sistema disponível ao cidadão usuário, para obtenção dessa certidão eletronicamente, com pesquisa em todo Estado do Tocantins, o que atualmente é disponível apenas fisicamente na comarca, lembrando que a padronização da certidão existe apenas na capital.

5.4 Estruturas de Apoio Indireto

5.4.1 Apresentação da Procuradoria-Geral de Justiça (Administrativo)

Compete ao Procurador-Geral de Justiça ou a seu substituto legal praticar todos os atos próprios de gestão decorrentes de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, conforme disposto na Lei Orgânica do MPTO.

Nesta perspectiva, além das funções de órgão de execução, a Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) possui atribuições administrativas, dentre as quais a de executar a política de gestão da Instituição, de coordenar a elaboração da proposta orçamentária, dentre outras. Atualmente, a maior parte dessas funções são exercidas através da Diretoria-Geral, cuja estrutura compreende:

- I – Gabinete da Diretoria-Geral;
- II – Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral;
- III – Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia;
- IV – Departamento de Licitações;
- V – Departamento de Planejamento e Gestão;
- VI – Departamento de Finanças e Contabilidade;
- VII – Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento;
- VIII – Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação;
- IX – Departamento Administrativo;

5.4.2 Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia

Nos últimos anos, o MPTO vem buscando construir prédios modernos para servir de abrigo às atividades institucionais. As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, demonstrando a real dimensão institucional das promotorias de Justiça.

As novas instalações trouxeram outra realidade às atividades ministeriais. Em vez de ocuparem prédios locados ou espaços cedidos nos fóruns do Poder Judiciário, os membros e servidores do MPTO agora desenvolvem suas atividades em instalações funcionais, especialmente planejadas para o seu trabalho.

No decorrer de 2020, a PGJ manteve as obras de estruturação das promotorias de Justiça do interior do Estado, encontrando-se nessa situação as sedes de Araguatins, em fase de acabamento, e de Colmeia, na etapa de realização da superestrutura (que compreende a feitura das vigas, o levante de paredes e a posterior construção da laje).

Destacamos, também, que diversas obras foram realizadas visando à adequação de espaços físicos nas Promotorias de Justiça localizadas no Interior e Capital, a fim de que seja assegurada a funcionalidade dos prédios.

Na sede da PGJ, está em fase final a ampliação do setor de saúde, a feitura de uma nova guarita, bem como as melhorias estruturais nas áreas de tecnologia da informação, protocolo, atendimento ao público e seguro DPVAT. Também na sede, foram realizadas adaptações nas recepções das procuradorias de Justiça, que tiveram seus espaços delimitados com a instalação de estruturas de vidro.

Nesse sentido, seguem abaixo as tabelas com o detalhamento de investimentos em obras e reformas, com seus custos principais:

Reforma de prédio sede

Reforma com reforço estrutural do prédio sede das Promotorias de Tocantinópolis

Foi realizado reforço da fundação do prédio da Promotoria de Tocantinópolis com a execução de estacas do tipo “mega”. Esta reforma inclui também a substituição de todo o telhado e rede de drenagem pluvial, reforma dos banheiros, execução da cobertura da vaga de estacionamento do veículo oficial e fechamento do prédio com gradil de proteção.

O custo final da reforma foi de R\$ 260.144,49.

Reforma do prédio sede das Promotorias de Justiça de Dianópolis

Projeto de Adequação de substituição das janelas de vidro fixo temperado por janelas de folhas móveis, promovendo a ventilação natural dos ambientes de permanência transitória ou prolongada, com instalação de grades nas novas janelas, resguardando a segurança dos ocupantes e a integridade do imóvel.

A execução dos serviços foi iniciada em 31/08/2020, com prazo de finalização para 15/10/2020. Valor da execução: R\$ 45.882,57 (quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e dois reais e cinquenta e sete centavos).

Reforma com ampliação de área do prédio sede do Anexo-I da PGJ

Foi construído o pavimento superior do prédio sede do Anexo I da Procuradoria-geral de Justiça, contemplando uma ampliação de área em aproximadamente 813,00 m², com a instalação de elevador para promover a acessibilidade e uma subestação elétrica independente.

O custo final da reforma é de R\$ 1.246.457,17.

Construção de novos prédios sede de promotoria

Promotoria de Justiça de Araguatins

Foi construído o prédio-sede das Promotorias de Justiça de Araguatins, com três gabinetes de promotoria com banheiro privativo, sala de analistas, sala de audiências e reuniões, sala de técnicos e estagiários, copa e garagem privativa.

O custo final da obra foi de R\$ 1.635.956,06, importante ressaltar que grande parcela se encontrava inscrita em Restos a Pagar de 2019.

Promotoria de Justiça de Colmeia

Foi construído o prédio-sede das Promotorias de Justiça de Colmeia, com dois gabinetes de promotoria com banheiro privativo, sala de analistas, sala de audiências e reuniões, sala de técnicos e estagiários, copa e garagem privativa.

O custo final da obra foi de R\$ 1.315.184,01, importante ressaltar que grande parcela encontrava-se inscrita em Restos a Pagar de 2019.

Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins

Elaboração de projetos de Arquitetura, de fundações, de estrutura, de formas para estrutura, de instalações elétricas, de instalações de água fria e esgoto, de drenagem de águas pluviais, de cabeamento estruturado, de SPDA e subestação, além dos demais documentos necessários ao procedimento licitatório.

O valor estimado para a execução da obra é de R\$ 2.935.499,33 (dois milhões novecentos e trinta e cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos).

Projetos para locações sob medida

Promotorias de Justiça de Filadélfia

Projetos de Arquitetura, elétrico e cabeamento estruturado, com apoio de consultorias durante execução e fiscalização de recebimento em sede locada, construída sob medida para atender ao Ministério Público.

Promotorias de Justiça de Araguacema

Projetos de Arquitetura, elétrico e cabeamento estruturado, com apoio de consultorias durante execução e fiscalização de recebimento em sede locada, construída sob medida para atender ao Ministério Público.

Promotorias de Justiça de Figueirópolis

Projetos de Arquitetura, elétrico e cabeamento estruturado de adequação em imóvel existente, com apoio de consultorias durante execução e fiscalização de recebimento em sede locada, modificada para atender ao Ministério Público.

Promotorias de Justiça de Palmeirópolis

Levantamento arquitetônico com layout, projetos elétricos e cabeamento estruturado de adequação em imóvel existente, com apoio de consultorias durante execução e fiscalização de recebimento em sede locada, modificada para atender ao Ministério Público.

Adequação na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins

Adequação de corrimãos das escadas e guarda-corpos

Projeto de adequação dos corrimãos das escadas e seus guarda corpos e guarda-corpo dos mezaninos do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça, atendendo às normas atuais do Corpo de Bombeiros.

Esta adequação faz parte das exigências da Diretoria de Serviços Técnicos do Corpo de Bombeiros de Palmas para que seja efetuada a regularização do edifício junto a este órgão.

A execução dos serviços foi iniciada em 29/10/2020, com prazo de finalização para 26/02/2021, com fiscalização desta ATA. Valor da execução: R\$ 89.999,97 (oitenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e sete centavos).

Substituição de vidros da fachada

Substituição dos vidros laminados fixos trincados da fachada principal, cuja vulnerabilidade pode dar causa a acidentes com usuários, servidores ou público externo, que transitam no local.

A execução dos serviços foi iniciada em 29/10/2020, com prazo de finalização para 26/02/2021, com fiscalização desta ATA. Valor da execução: R\$ 14.999,99 (quatorze mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).

Vistorias em imóveis para aluguel

Foram realizadas vistorias técnicas nos imóveis das localidades abaixo relacionados em apoio técnico ao Departamento Administrativo.

Nestas vistorias é verificado o estado de conservação do imóvel, as condições da estrutura, das instalações elétricas e hidráulicas, o espaço físico disponível com a finalidade de avaliar se o imóvel tem ou não condições de receber as instalações de uma Promotora e determinar ao proprietário, caso haja, quais as intervenções necessárias para adaptar e edificação.

- Palmeirópolis;
- Figueirópolis;
- Wanderlândia;
- Araguacema;
- Filadélfia; e
- Araguaçu.

Demais providências

- Após vistoria técnica desta assessoria no terreno de Gurupi, foram realizadas as solicitações de viabilidade técnica para disponibilidade dos serviços de água, esgoto e energia junto às respectivas concessionárias.
- O projeto de subestação da nova sede das Promotorias de Justiça de Paraíso foi aprovado junto à empresa responsável pelo fornecimento de energia.

5.4.3 Departamento de Licitações

O Departamento de Licitações é unidade de apoio administrativo, formada por profissionais ligados à área de licitação. Compete ao departamento coordenar, planejar, controlar, orientar e executar as atividades relativas ao processo licitatório e à área de contratos.

O Departamento de Licitação possui a seguinte estrutura:

- a) Comissão de Licitação;
- b) Assessoria Técnica em Licitação;
- c) Área de Contratos.

Em 2020 foram processados 51 (cinquenta e um) procedimentos licitatórios. Dos procedimentos licitatórios, 38 (trinta e oito) foram homologados, 01 (um) foi declarado deserto, 01 (um) foi anulado e 01 (um) se encontra em fase de recurso, a seguir classificados por modalidade, referente ao período de 2013 a 2020:

Tabela 5.4.3 – Procedimentos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e outros, comparativo 2013/2020.

Modalidade	Ano, em (unid.)							
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Concorrência	02	02	02	02	02	02	04	3
Concurso	-	-	-	-	01	01	01	-

Tabela 5.4.3 – Procedimentos licitatórios, dispensas, inexigibilidades e outros, comparativo 2013/2020.

Pregão Presencial – Tradicional	15	24	05	19	12	09	10	7
Pregão Presencial – SRP	26	24	27	27	21	26	28	8
Pregão Eletrônico – Tradicional	07	08	02	04	01	02	06	9
Pregão Eletrônico – SRP	01	02	03	02	09	08	10	24
Dispensa de Licitação	76	56	47	65	62	42	58	92
Inexigibilidades	17	15	06	10	13	18	13	-
Suprimento de Fundos	04	04	05	04	06	06	04	4
Total	148	135	97	133	127	112	134	-

Fonte: Departamento de Licitações

A tabela abaixo detalha os procedimentos licitatórios de 2020, retratando o valor inicial estimado, o valor final, bem como a economicidade obtida em cada certame.

Quadro 5.4.3.a – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2020

Nº Edital	Nº Proc.	Objeto	Estimado (R\$)	Valor final (R\$)	Economicidade (%)
PP 001/20	0638/19	Registro de Preços para prestação de serviços de buffet.	85.756,00	54.790,00	36,11%
PP 002/20	0542/19	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de lavagem e polimento de veículos.	20.132,84	18.902,00	6,11%
PP 003/20	0645/19	Registro de Preços para aquisição de	49.461,91	49.259,25	0,41%

Quadro 5.4.3.a – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2020

		materiais pra copa/cozinha.			
PP 004/20	0634/19	Contratação de empresa para fornecimento de carimbos.	20.567,25	15.849,65	22,94%
PP 005/20	0016/20	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a cotação, reserva, marcação de assentos, emissão, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens terrestres e passagens aéreas nacionais e internacionais, bem como a emissão de seguro de assistência em viagem internacional.	400.000,00	10,51% de desconto sobre o valor da tarifa das passagens, excluída a taxa de embarque.	
			10,51%	10,51%	00,00%
PP 006/20	0569/19	Contratação de empresa para prestação de serviços de produção de clipping jornalístico online, com monitoramento de mídia, gestão de informação e análise de conteúdo de temas de interesse do Ministério Público do Estado do Tocantins.	197.588,88	194.400,00	1,61%
PP 007/20	0590/19	Registro de Preços para aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split, incluindo as instalações das partes elétricas, drenos e demais serviços de estrutura e acabamentos.	826.345,82	791.999,32	4,16%
PP 008/20	0543/19	Contratação de empresa especializada em fornecimento e instalação de corrimão em aço inox, guarda-corpo em vidro temperado, com estrutura de aço inox e todos os seus complementos e vidro laminado fixo de fachada, a serem instalados no edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.	217.942,24	104.999,96	51,82%
PE 009/20	0195/20	Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de softwares. (item 04)	2.365,26	2.365,26	0,00%

Quadro 5.4.3.a – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2020

PE 009/20	0195/20	Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de softwares. (itens: 01,02 e 03)	68.092,08	Deserto	
PE 010/20	0180/20	Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente	99.645,53	73.138,50	26,60%
PE 011/20	0227/20	Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios e materiais para copa/cozinha.	87.766,90	84.767,40	3,42%
PE 012/20	0676/19	Registro de Preços para aquisição de materiais de manutenção predial. (Itens: 1-7; 31; 32; 33-36; 45-58; 63-74; 78-115; 116; 117-120; 122;	33.457,11	32.469,31	2,95%
PE 012/20	0676/19	Registro de Preços para aquisição de materiais de manutenção predial. (Desertos Itens: 37 a 44; 59 a 62; 75 a 77 – fracassadas para os itens: 08 a 30)	11.443,19	Deserto/ fracassada	-
PE 013/20	0207/20	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de informática – tóneres e acessórios. (Itens: 1; 17; 19;20; 25-28; 31; 32; 2-5; 8; 9; 6; 10; 11; 12; 21-24)	228.195,00	170.596,50	25,24%
PE 013/20	0207/20	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de informática – tóneres e acessórios. (Deserto tem:29 e fracassada para os itens: 7; 13 a 16; 18 e 30)	93.985,60	Deserto/ fracassada	0,00%
PP 014/20	0581/19	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de monitoramento eletrônico de alarme e cftv, com o fornecimento dos equipamentos, em regime de comodato, bem como a respectiva instalação e manutenção das centrais de alarme, câmeras e demais equipamentos	4.502.674,44	1.171.702,44	73,98%
PE 015/20	0054/20	Registro de preços para aquisição de placas de sinalização vertical para	325.179,06	278.894,20	14,23%

Quadro 5.4.3.a – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2020

		estacionamento, placas em alumínio, placas em chapa de aço galvanizado, placas em inox escovado, placas indicativas em pvc, faixas, impressão colorida em lona, adesivos, letras caixas, mastros, totens, entre outros.			
PE 016/20	0283/20	Registro de preços, destinada a selecionar proposta mais vantajosa, para contratação de empresa especializada no fornecimento de extintores de incêndio, suportes para extintores, placas fotoluminescentes, luminárias de emergência e na prestação de serviços de recargas e testes hidrostáticos.	57.652,30	40.372,00	29,97%
PE 017/20	0396/20	Registro de Preços para aquisição de kits de teste rápido (IgM/IgG) para diagnóstico da Covid-19.	106.500,00	29.952,00	71,88%
PP 018/20	0352/20	Registro de Preços para aquisição de termômetros digitais infravermelhos portáteis.	26.758,20	6.600,00	75,33%
PP 019/20	0388/20	Registro de Preços objetivando a contratação de empresa para fornecimento de painéis de proteção para atendimento, em acrílico 3 mm.	31.808,40	11.880,00	62,65%
PE 020/20	0395/20	Registro de Preços para aquisição de máscaras de proteção facial reutilizáveis.	26.500,00	9.350,00	64,72%
PE 021/20	0340/20	Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de softwares.	80.601,70	48.460,00	39,88%
PE 022/20	0383/20	Registro de Preços para aquisição de materiais de higienização destinados à prevenção ao novo coronavírus (Covid-19) durante a pandemia	108.029,00	54.585,00	49,47%
PP 023/20	0424/20	Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de janelas de vidro temperado de folhas	45.883,24	45.882,57	0,00%

Quadro 5.4.3.a – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2020

		móveis e demais materiais necessários, visando a adequação nas dependências do prédio sede das Promotorias de Justiça de Dianópolis – TO.			
PE 024/20	0215/20	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de gestão de margem consignável, sem ônus para o Ministério Público do Estado do Tocantins, executado por meio de sistema de tecnologia da informação que possibilite o gerenciamento e a operacionalização das consignações em folha de pagamento dos servidores e membros ativos desta Instituição.	0,00	0,03	0,00%
PE 025/20	0350/20	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e chamados de emergência, com reposição de peças, em 04 (quatro) elevadores, instalados na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas-TO.	20.190,24	16.488,00	18,34%
PE 026/20	0337/20	Registro de Preços para aquisição de aparelhos de televisão.	75.577,98	63.732,09	15,67%
PE 027/20	0193/20	Registro de Preços para aquisição de materiais de informática. (Itens: 1; 2; 4; 5; 9; 14 e 30).	18.852,50	5.143,50	72,72%
PE 027/20	0193/20	Registro de Preços para aquisição de materiais de informática. (Deserta para os itens 6; 7; 8; 10; 11; 24; 25; 26; 28; 29 / fracassada para os itens 1; 2; 3; 12; 13; 15 a 23; 27; 31; 32; 33).	129.226,45	0,00	0,00%
PP 028/20	0400/20	Registro de Preços para aquisição de poltronas.	829.316,75	743.544,00	10,34%
PE 029/20	0282/20	Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos. (Itens: 1 à 77; 83	114.304,29	103.892,85	9,11%

Quadro 5.4.3.a – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2020

		à 93)			
PE 029/20	0282/20	Registro de Preços para aquisição de materiais elétricos. (Deserta para os itens: 78 à 82).	2.790,00	0,00	0,00%
PE 030/20	0496/19	Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para o serviço de saúde.	84.705,47	45.009,40	46,86%
PE 030/20	0496/19	Registro de Preços para aquisição de materiais e equipamentos para o serviço de saúde. (Deserta para os itens 29; 30; 34; 35; 61 / Fracassada para os itens 16-19; 41).	6.075,67	0,00	0,00%
PE 031/20	0201/20	Registro de Preços para aquisição de equipamentos e materiais de informática. (Itens: 01 à 4; 6 à 10).	2.549.984,30	2.328.153,50	8,70%
PE 031/20	0201/20	Registro de Preços para aquisição de equipamentos e materiais de informática. (fracassado o item 05).	255.801,50	0,00	0,00%
PE 032/20	0468/20	Registro de Preços para aquisição de refis/ filtros para purificadores de água.	10.012,50	4.800,00	52,06%
PE 033/20	0449/20	Registro de Preços para aquisição de aparelhos telefônicos.	5.176,00	4.080,00	21,17%
PE 034/20	0620/20	Aquisição de equipamentos de informática – computador portátil (notebook).	68.655,04	27.900,00	59,36%
PE 035/20	0529/20	Aquisição de equipamentos de informática – computador portátil (notebook).	13.291,80	Fracassada	0,00%
PE 036/20	0516/20	Registro de Preços para contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de persianas com instalações e demais materiais	116.112,00	104.850,00	9,70%

Quadro 5.4.3.a – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2020

		necessários.			
PE 037/20	0521/20	Registro de Preços para fornecimento de bandeiras do Mercosul, Brasil, Estados e dos Municípios do Estado do Tocantins.	60.792,60	19.580,00	67,79%
PE 038/20	0425/20	Registro de Preços para aquisição de máquinas fotográficas, utensílios para escritório, eletrodomésticos e materiais para copa/cozinha. (Itens: 1; 2; 9 à 14)	69.230,98	59.228,93	14,45%
PE 038/20	0425/20	Registro de Preços para aquisição de máquinas fotográficas, utensílios para escritório, eletrodomésticos e materiais para copa/cozinha. (Fracassados: 3 à 12; 15 à 17)	65.201,02	0,00	0,00%
PE 039/20	0184/20	Registro de preços para aquisição de veículos novos, de fabricação nacional	2.442.108,33	2.403.153,34	1,60%
PE 040/20	0641/19	Aquisição de veículo SUV grande blindado.	377.333,33	Fracassada	0,00%
PE 041/20	0470/20	Registro de Preços para aquisição de automatizadores de portão, peças e acessórios. (Item: 01)	18.062,80	14.286,10	20,91%
PE 041/20	0470/20	Registro de Preços para aquisição de automatizadores de portão, peças e acessórios. (Item: 02)	35.843,08	Fracassada	0,00%
PP 042/20	0648/20	Contratação de empresa especializada na execução de impermeabilização de alvenaria e demais materiais necessários.	21.985,20	Deserta	0,00%
PE 043/20	0569/20	Registro de Preços para aquisição de suprimentos de Informática – tóneres e acessórios.	220.856,30	117.443,00	46,82%

Quadro 5.4.3.a – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2020

PP 044/20	0618/20	Registro de Preços para prestação de serviços de hospedagem e alimentação.	24.515,50	24.440,50	0,31%
PE 045/20	0526/20	Registro de Preços para aquisição de equipamentos e softwares de Informática.	12.888.872,50	10.695.468,84	17,02%
PE 046/20	0745/20	Aquisição de veículo SUV grande blindado.	389.666,67	328.900,00	15,59%
PE 047/20	0517/20	Registro de Preços para aquisição de tintas e materiais para pintura e impermeabilização.	132.798,80	120.321,75	9,40%
PE 048/20	0717/20	Aquisição de Equipamentos de áudio e vídeo. (grupo 01, Grupo 02, itens:7,8,9,10,11,12,13,15,16,17,18,19,20)	147.127,03	139.545,10	5,15%
PE 048/20	0717/20	Aquisição de Equipamentos de áudio e vídeo. (itens: 14 e 21)	2.594,33	Fracassada	0,00%
VALOR TOTAL (R\$)			14.691.737,40	9.620.771,00	
Concorrências					
CC 001/20	0133/20	Contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade	150.000,00	Anulada, nos termos da Decisão PGJ publicada no DOMP nº 1095 de 22/10/2020.	0,00%
CC 002/20	0482/20	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Paraíso do	2.935.499,33	2.789.000,00	4,99%

Quadro 5.4.3.a – Detalhamento dos procedimentos licitatórios 2020

		Tocantins			
CC 003/20	0660/20	Contratação de empresa especializada em engenharia para execução da obra de reforma com ampliação do prédio sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins.	636.583,42	Análise de propostas	0,00%
VALOR TOTAL (R\$)			3.722.082,75	2.789.000,00	-
<p>Legenda:</p> <p>1 – PP – Pregão Presencial</p> <p>2 – PE – Pregão Eletrônico</p> <p>3 – CC – Concorrência</p>					

Fonte: Departamento de Licitações

Desta forma, o volume licitado referente ao exercício 2020 é de 32.296.142,36 (trinta e dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e seis centavos).

Tabela 5.4.3.b – Montante licitado 2020, em (R\$)

Modalidade	Valor licitado (R\$)
Concorrência	3.722.082,75
Pregão Presencial - Tradicional	5.026.774,09
Pregão Presencial - SRP	2.273.962,58
Pregão Eletrônico - Tradicional	792.584,18
Pregão Eletrônico - SRP	20.480.738,76
Total	32.296.142,36

Fonte: Departamento de Licitações

Em 2020 foram formalizadas 80 (oitenta) Atas de Registro de Preços, objetivando: aquisição de testes rápidos de Covid-19; aquisição de painéis de proteção em acrílico; aquisição de termômetros digitais; aquisição de máscaras faciais reutilizáveis; aquisição de equipamentos, softwares e materiais de Informática; aquisição de tóneres e acessórios; aquisição de gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza, e materiais para copa/cozinha; aquisição de bandeiras; serviços de agenciamento de viagens; aquisição de placas em geral; aquisição de poltronas; aquisição de materiais de expediente e ensino; aquisição de veículos; aquisição de condicionadores de ar; serviços de buffet; serviços de recarga e teste hidrostático em extintores de incêndio; aquisição de automatizadores de portão e peças integrantes; aquisição de mobiliários em geral; aquisição de tintas e materiais para pintura; aquisição de equipamentos de áudio, vídeo, foto, máquinas e utensílios para escritório, eletrodomésticos e móveis para cozinha; aquisição de persianas; aquisição de materiais e ferramentas de manutenção em geral; serviços de hospedagem e alimentação e aquisição de aparelhos telefônicos.

Em 2020 a PGJ/TO realizou 01 (uma) adesão à Ata de Registro de Preços (ARP), conforme detalhamento a seguir:

Quadro 5.4.3.c – Adesões à Atas de Registro de Preços, em 2019

Item	Nº Processo	Objeto	Valor (R\$)
01	0280/20	Aquisição de 06 (seis) licenças de solução de videoconferência através de salas virtuais de reuniões, com armazenamento e configuração em nuvem	63.535,80

Fonte: Departamento de Licitações

Em contrapartida, a PGJ/TO autorizou 08 (oito) pedidos de adesões “caronas” às ARPs solicitados pelos órgãos listados a seguir:

Tabela 5.4.3.d – Autorizações de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP), em 2020

Item	Nº Processo	Objeto	ARP nº 004/2019
01	0316/2018	Aquisição de equipamentos e softwares de informática.	ARP nº 067/2019, 070/2019, 071/2019 e 072/2019
02	0175/2019	Aquisição de equipamentos de Informática.	ARP nº 067/2019, 070/2019, 071/2019 e 072/2019
03	0175/2019	Aquisição de equipamentos de Informática.	ARP nº 004/2020
04	0076/2020	Aquisição de Mobiliários.	ARP nº 087/2019
05	0265/2019	Aquisição de Mobiliários.	ARP nº 004/2020
06	0076/2020	Aquisição de Mobiliários.	ARP nº 028/2020
07	0396/2018	Aquisição de kits de teste rápido (IgM/IgG) para diagnóstico da Covid-19.	ARP nº 022/2020
08	0590/2019	Aquisição e instalação de condicionadores de ar, tipo split.	ARP nº 004/2019

Fonte: Departamento de Licitações

Tabela 5.4.3.e – Atas de Registro de Preços (ARP), Adesões a ARP e Caronas cedidas de ARP

Tipo	Quantidade
Atas de Registro de Preços (ARP)	91
Adesões a ARP	01
Caronas cedidas de ARP	11

Fonte: Departamento de Licitações

A tabela abaixo traz uma sinopse da quantidade de contratos e termos aditivos firmados no exercício 2020:

Tabela 5.4.3.f – Contratos e Termos Aditivos firmados 2020

Tipo	Quantidade
Contratos firmados	101
Termos aditivos	63

Fonte: Área de Contratos

Em 2020, a Procuradoria-Geral de Justiça realizou a gestão de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) contratos vigentes, dos quais 101 (cento e um) foram firmados em 2020, bem como das 209 (duzentas e nove) Atas de Registro de Preços vigentes, das quais 87 (oitenta e sete) foram firmadas em 2020, e foram processadas 196 (cento e noventa e seis) requisições de fornecimento. Enfatiza-se que em 2020 foram ajustados 63 (sessenta e três) aditivos, incluídos neste quantitativo as prorrogações dos contratos de serviços de natureza contínua, nos quais se permite a prorrogação de prazo e a renovação dos contratos de locação dos prédios-sedes de Promotorias no Interior. Estas atribuições estão a cargo da Área de Contratos, que realiza também o acompanhamento de todos os contratos cujos pagamentos são mensais.

A Tabela 5.4.3.g relaciona os 26 (vinte e seis) contratos de locação de imóveis 2020 que abrigam as sedes das Promotorias de Justiça do Interior, sendo dispendido no exercício o valor total mensal de R\$ 66.081,84 (sessenta e seis mil e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

Tabela 5.4.3.g – Contratos de locação de imóveis, 2020

Item	Nº Contrato	Localidade	Valor mensal (R\$)
1	003/2010	Araguaçu	1.746,80
2	004/2009	Wanderlândia	1.412,93
3	009/2016	Almas	1.069,26
4	010/2019	Formoso do Araguaia	2.000,00
5	011/2018	Araguacema – rescisão em 24/04/2020	1.156,43
6	012/2017	Alvorada	2.278,22
7	021/2008	Colmeia	1.196,58
8	021/2010	Xambioá	1.298,46
9	022/2011	Arapoema	1.169,58
10	022/2015	Axixá – rescisão em 22/03/2020	1.898,97
11	024/2009	Cristalândia	2.039,59
12	026/2015	Itacajá	1.279,05
13	033/2009	Itaguatins	1.588,06
14	038/2009	Ponte Alta do Tocantins	1.558,66
15	039/2009	Tocantínia	1.582,84
16	039/2020	Figueirópolis	1.500,00
17	040/2017	Pium	1.497,03
18	044/2015	Goiatins	1.252,43

19	046/2016	Aurora	1.073,43
20	049/2019	Novo Acordo	2.000,00
21	058/2019	Araguaçu	2.200,00
22	059/2019	Araguacema	2.825,50
23	060/2019	Filadélfia	2.260,40
24	061/2018	Araguatins – rescisão em 14/06/2020	4.260,40
25	064/2020	Palmeirópolis	2.250,00
26	103/2013	Ananás	1.887,22
Total			66.081,84

Fonte: Área de Contratos

5.4.4 Departamento de Planejamento e Gestão

O Departamento de Planejamento e Gestão (Deplan) é responsável por elaborar, planejar, coordenar e acompanhar as atividades de planejamento e gestão orçamentária, no âmbito do MPTO. Ao Deplan compete, também, acompanhar e controlar a execução dos projetos e convênios, com suas respectivas prestações de contas, cabendo-lhe ainda planejar e coordenar a ação governamental, mediante a elaboração, o acompanhamento de planos, programas e projetos, de duração anual e plurianual.

O Ministério Público do Tocantins utiliza convênios e outros instrumentos congêneres para disciplinar o relacionamento com outras pessoas jurídicas no alcance de algum objetivo comum, com a seguinte classificação: 1) Instrumento: Intenção de compartilhamento de capacidades ou recursos organizacionais para a concretização de objetivos entre organizações autônomas, formalizado por escrito, revestida na forma de Termo de Convênio, Termo de Cooperação Técnica e Termo de Cessão de Uso. 2) Convênio: É todo ajuste celebrado entre entidades da Administração Pública ou entre essas e organizações particulares, tendo como objeto a realização de interesses comuns. É, portanto, uma associação cooperativa em que os partícipes se unem para a consecução de um fim comum, ou seja, convênio é um instrumento que disciplina a transferência de recursos

públicos e tem como partícipe órgão da Administração Pública Direta, Autárquica ou Fundacional, Empresa Pública ou sociedade de economia mista que esteja gerindo recursos dos orçamentos públicos, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação. 3) Acordo de Cooperação Técnica: Ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração, sem o repasse de recursos financeiros, materiais ou outros ônus. 4) Cessão de Uso: Ajuste entre o poder público e entidades públicas para a permissão de uso de ativos intangíveis, bens móveis ou áreas nas dependências das repartições públicas. 5) Termo Aditivo: Instrumento que tem por objetivo a modificação de termo já celebrado, formalizado durante a sua vigência, vedada a alteração da natureza do objeto aprovado.

Segue descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020:

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
1	Convênio	Estabelecer condições que possibilitem à SRF atender a solicitações de fornecimento de dados cadastrais efetuados pelo MP, mediante acesso online continuado às bases de dados dos sistemas CPF e CNPJ, precedidos de habilitação de membros ou funcionários do MP.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	22/11/02	Indeterminada	Secretaria da Receita Federal
2	Convênio	Aplicar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dos MP, compreendendo a capacitação dos membros dos MP dos Estados e da União.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	24/11/03	Indeterminada	Agência Brasileira de Inteligência
3	Convênio	Ampliar a articulação, integração e o intercâmbio entre os partícipes, visando a maior efetividade da proteção do patrimônio público.	Ampliar parcerias estratégicas	24/11/03	Indeterminada	Controladoria Geral da União
4	Convênio	Proporcionar a adoção de medidas necessárias para agilizar, através da atuação conjunta dos signatários, os procedimentos nas ações decorrentes de títulos executivos	Combater a Improbidade e recuperar ativos	28/05/04	Indeterminada	Tribunal de Conta do Estado Tocantins Procuradoria Geral do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
		originários das decisões do tribunal de contas.			a	
5	Acordo de Adesão	Permitir acesso e utilização do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), destinado à consulta e utilização pelos órgãos e entidades da Administração Pública, no âmbito da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, não integrantes do Sistema de Serviços Gerais.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	27/02/08	Indeterminada	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
6	Convênio	Conceder antecipação da PAE mediante consignação em folha de pagamento .	Sem vínculo	10/06/11	21/09/20	Caixa Econômica Federal
7	Convênio	Acesso às informações contidas no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), objeto do Convênio de Cooperação BCB/CNMP nº 01/2013.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	12/11/13	Indeterminada	Banco Central do Brasil Conselho Nacional do Ministério Público

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
8	Acordo de Adesão	Aderir ao Projeto Reencontro em Busca das Crianças do Norte, idealizado pelo MP/TO.	Atuar na defesa dos Diretos da Criança e do Adolescente	19/03/14	Indeterminado	Ministério Público-AP; Ministério Público-PA; Ministério Público-AM; Ministério Público-RR; Ministério Público-AC; Ministério Público-RO
9	Acordo de Cooperação Técnica	Disponibilizar ao MP/TO, o acesso aos dados de consumidores cadastrado junto a SANEATINS, proporcionando maior agilidade e sigilo no exercício de suas funções institucionais.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	25/08/15	24/08/20	Odebrecht Ambiental / Saneatins
10	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer condições gerais de um regime de mútua colaboração entre as partes, voltada a integração, aprimoramento e aparelhamento dos Órgãos Ministeriais e de Segurança Pública com atuação do Meio Ambiente.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	27/08/14	Indeterminada	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins
11	Acordo de Cooperação	Desenvolver Portal Institucional Rede Ambiental	Promover a defesa do Meio Ambiente e da	30/09/18	29/09/21	Procuradoria-Geral de Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
	Técnica	Participativa (RAP).	Ordem urbanística			do Estado do Rio de Janeiro.
12	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Cessão de servidores da Policiais Militares para desempenhar suas funções junto a Procuradoria Geral/TO, junto a Assessoria Militar, GECOC e a Diretoria de Inteligência.	Garantir a segurança institucional	23/05/15	22/05/20	Comando-Geral da Polícia Militar
13	Acordo de Cooperação Técnica	Realizar atividades voltadas ao aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e desenvolvimento de suas finalidades institucionais.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	28/09/15	27/09/20	Faculdade Dom Orione de Araguaína
14	Acordo de Cooperação Técnica	Compartilhar informações relativas a condutas de prestadores de serviços Públicos regulados que atentem contra os direitos dos consumidores e a livre concorrência.	Promover a defesa dos direitos do consumidor	11/11/15	10/11/20	Ministério Público Federal – MPF
15	Acordo de Adesão	Intercâmbio de informações de interesse público.	Ampliar parcerias estratégicas	30/01/14	Indeterminada	Receita Federal do Brasil; Conselho Nacional do Ministério Público.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
16	Convênio	Conceder empréstimos e financiamento mediante consignação em folha de pagamento aos membros e servidores efetivos do Ministério Público.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	27/01/16	26/01/21	Banco Santander S/A
17	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Promover a defesa dos direitos dos consumidores através de ações integradas e articuladas entre organismos que atuam no direito consumerista, bem como produzir informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória no âmbito do Estado do Tocantins.	Promover a defesa dos direitos do consumidor	19/02/16	18/02/21	Secretaria Estadual da Segurança, Justiça e Cidadania do Tocantins
18	Cessão de uso	Licença de uso adaptação e distribuição do sistema PAM sem o intuito de obter lucro.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	06/05/15	Indeterminada	Instituto de Conservação Ambiental - The Nature Conservancy do Brasil
19	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	05/08/15	04/08/20	Defensoria Pública do Estado do Tocantins

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
20	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Cooperação, alimentação e o uso compartilhado do sítio de internet e do sistema consumidor vencedor pelo MP, viabilizando o intercâmbio de informações sobre ações coletivas ajuizadas, decisões judiciais, provisória ou definitivas.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	04/12/15	03/12/20	Ministério Público do Rio de Janeiro
21	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar cooperação técnica recíproca, visando o desenvolvimento de atividades conjuntas a composição de junta médica oficial, objetivando realização de perícia, avaliação e inspeções médicas.	Ampliar parcerias estratégicas	19/02/16	18/02/21	Governo do Estado do Tocantins Secretaria da Administração Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
22	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a utilização de Hardware e Software do Sistema de Monitoramento de Sinais– Guardião por parte da Secretaria da Segurança Pública, bem ainda de mobiliário e instalações físicas da Procuradoria- Geral de Justiça, para fins de realização de investigações criminais a cargo da Polícia Civil do Estado do Tocantins.	Garantir a segurança institucional	21/03/18	20/03/21	Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins
23	Acordo de Cooperação Técnica	Promover condições para integração dos entes públicos e privados na cadeia agroalimentar de produtos hortifrutícolas e outros alimentos de origem vegetal, visando a informação, a definição de estratégias conjuntas	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	29/04/16	28/04/21	Secretaria da Saúde e Outros

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		e integradas com o objetivo de orientar, implementar políticas, monitorar e fiscalizar o uso e aplicação de agrotóxicos.				
24	Acordo de Cooperação Técnica	Liberar acesso ao módulo comunica do Sistema de Gestão Integrada das Serventias Extrajudiciais.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	01/06/16	31/05/21	Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins
25	Acordo de Cooperação Técnica	Realizar atividades voltadas ao aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e ao desenvolvimento de suas finalidades institucionais.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	30/05/16	29/05/21	Instituto Tocantinense Presidente Antônio Porto Carlos
26	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer a mútua cooperação entre o MP e PRT 10ª região com vistas a destinar recursos oriundos de acordos, decisões judiciais ou de multas impostas em TACs, em dissídios individuais ou coletivos.	Ampliar parcerias estratégicas	15/09/16	14/09/21	Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
27	Convênio	Consignar Folha de Pagamento.	Ampliar parcerias estratégicas	28/07/16	27/07/21	Caixa Econômica Federal
28	Acordo de Cooperação Técnica	Proporcionar qualificação e um aprendizado de qualidade, que permita as mulheres, vítimas de violência doméstica e familiar, superarem a dependência financeira de cônjuges e companheiros agressores.	Combater a violência doméstica	22/07/16	21/07/21	Serviço Nacional de Aprendizagem- SENAC
29	Acordo de Adesão	Disponibilizar acesso à informação constante de cadastros geridos, visando atualização cadastral a celeridade no cumprimento das atribuições legais e constitucionais dos órgãos.	Ter padrão de excelência nos procedimentos internos	10/05/16	09/05/21	Conselho Nacional do Ministério Público
30	Acordo de Adesão	Viabilizar ao Ministério Público a utilização da central nacional de indisponibilidade de bens para consulta simples e solicitação de certidões digitais.	Otimizar a utilização de recursos	22/07/16	Indeterminada	Associação dos registradores imobiliários de São Paulo
31	Acordo de Cooperação Técnica	Formar rede de controle da Gestão Pública no Estado do Tocantins.	Combater a criminalidade e	03/03/17	02/03/22	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
			recuperar ativos			
32	Acordo de Cooperação Técnica	Fixar critérios e normas de ação conjunta por intermédio dos órgãos envolvidos para efetivação do combate aos crimes contra a ordem tributária.	Combater a criminalidade e recuperar ativos	31/10/17	30/10/22	Secretaria de Estado da Fazenda do Tocantins
33	Acordo de Adesão	Acessar a rede SICONV pelas unidades e ramos do MP e o desenvolvimento de ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de interesse comum para a melhoria da gestão, capacitação, e o fortalecimento da comunicação e transparência, relativas as transferências voluntárias.	Ampliar parcerias estratégicas	22/02/17	21/02/22	Conselho Nacional do Ministério Público
34	Acordo de Adesão	Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 15/2016, celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região para a cessão do direito de uso do software SEI – Sistema Eletrônico de Informação, para o trâmite virtual dos processos administrativos.	Ampliar parcerias estratégicas	16/10/17	15/10/22	Conselho Nacional do Ministério Público
35	Acordo de	Fortalecer os órgãos de gestão e de controle do SUS, em	Exigir o cumprimento	06/04/17	05/04/22	Secretaria da Saúde do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
	Cooperação Técnica	regime de parceria, visando desenvolver ações conjuntas voltadas ao aprimoramento da Gestão do SUS no Estado do Tocantins.	do direito à saúde			do Tocantins
36	Acordo de Cooperação Técnica	Utilizar Sistema SIMBA e instalação do Sistema SITTEL de investigação de registros telefônicos e telemáticos.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	27/07/16	26/07/21	Ministério Público Federal – MPF
37	Acordo de Cooperação Técnica	Unir esforços, no qual o Sebrae-TO oferecerá cursos, palestras e oficinas aos integrantes e o MP/TO cederá dados do programa Propriedade Legal.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	13/02/17	08/02/21	SEBRAE-TO
38	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	06/08/17	05/08/22	Prefeitura Municipal de Tocantínia

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
39	Termo de Cooperação Operacional	Viabilizar uma das etapas de execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (doação de materiais recicláveis e bens inservíveis), descartados pelo doador, à donatária, para fins de reciclagem, respeitando-se a legislação em vigor.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	20/06/18	19/06/23	Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins Ltda – COOPERAN.
40	Termo de Cooperação Técnica	Conjugar esforços comuns no sentido de garantir a entrega da prestação jurisdicional de forma mais célere e eficaz.	Ampliar parcerias estratégicas	11/05/17	10/05/22	Defensoria Pública do Estado do Tocantins Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
41	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	23/05/17	22/05/22	Prefeitura Municipal de Peixe
42	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Implantar o Projeto Profissionalizando a Capacidade da Mulher vítima de violência doméstica e familiar a superar a dependência financeira dos cônjuges e companheiros agressores, evitando a revitimação e promovendo o aumento da autoestima, inserção no mercado de trabalho e integração social.	Combater a violência doméstica	06/06/17	05/06/22	SENAI

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
43	Termo de Parceria Institucional	Formalizar parceria entre a Fundação ABRINQ e o MP/TO, com vistas ao fortalecimento das gestões municipais, que aderiram ao “Programa Prefeito Amigo da Criança – PPAC”, na efetivação dos direitos da criança e do adolescente.	Atuar na defesa dos Diretos da Criança e do Adolescente	05/07/17	30/06/20	Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente.
44	Termo de Cooperação Técnica	Entabular parcerias institucionais, com os fins precípuos de promover a qualidade do conhecimento produzido em assuntos técnico-científicos não jurídicos nas diversas áreas de formação dos profissionais técnicos integrantes das Instituições.	Ampliar parcerias estratégicas	26/07/17	25/07/23	Ministério Público Federal, por intermédio da Secretaria de Apoio Pericial – PGR
45	Acordo Cooperação Técnica e Operacional	Atender às necessidades do MPTO quanto a adequações a serem realizadas E-PROC.	Assegurar sistemas de Tecnologia da Informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	29/06/17	28/06/22	Tribunal de Justiça Tocantins
46	Convênio	Concessão de empréstimos e financiamentos pelo Banco Bradesco S/A, aos Membros e Servidores do Ministério	Ampliar parcerias	20/06/17	19/06/22	Banco Bradesco S/A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
		Público do Estado do Tocantins (MPTO), mediante consignação em folha de pagamento.	estratégicas			
47	Convênio	Permissão do desconto em Folha de Pagamento dos servidores filiados em favor da ANACOMP, para usufruir desta forma dos benefícios instituídos em seu Estatuto.	Ampliar parcerias estratégicas	15/03/19	14/03/24	Associação Nacional dos Oficiais do Ministério Público
48	Termo de Convênio	Concessão de empréstimos, financiamentos e/ou arrendamentos mercantis, com pagamento mediante consignação em folha de pagamento, aos membros e servidores do MP/TO.	Ampliar parcerias estratégicas	29/06/17	28/06/22	Banco do Brasil
49	Termo de Cessão de Uso	Permissão de uso a título gratuito, em caráter precário, pelo PERMITENTE, em favor do PERMISSIONÁRIO, da área de 26,77 m², exclusivamente para instalação de agência bancária/Posto de Atendimento Bancário – PAB e de um Posto de Atendimento Eletrônico – PAE, localizada no prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Avenida LO-04, Conj. 01, lotes 5/6, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218, em Palmas/TO.	Garantir estrutura física adequada	12/12/18	11/12/23	Banco Bradesco S/A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
50	Termo de Cooperação Tecnológica, Científica, Jurídica, Educacional, Acadêmica e Cultural	A Promoção de medidas necessárias à prevenção e à repressão de delitos praticados por Associações e Organizações criminosas.	Combater a criminalidade	04/04/18	03/04/21	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
51	Acordo de Cooperação Técnica	Desenvolver ações educacionais, pesquisa científica e extensibilidade da difusão do conhecimento produzido pelos partícipes visando o aprimoramento profissional, técnico, científico, acadêmico e cultural de seus integrantes e o desenvolvimento das ações voltadas ao cumprimento de suas missões institucionais.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	20/06/17	19/06/22	IFTO
52	Acordo Cooperação Técnica e Operacional	Promover e conscientizar o educando por meio de palestras educativas, contra a prática de violência doméstica e familiar e capacitar os educadores para desenvolverem atividades que busquem modificar valores	Combater a violência doméstica	19/07/18	18/07/22	Secretaria Municipal de Educação de Palmas – SEMED
53	Termo de	Expressar o interesse comum dos partícipes de cooperar	Ampliar parcerias	06/09/17	05/09/22	Superintendência da Polícia

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
	Cooperação Técnica	entre si, visando ações conjuntas, para o atendimento das infrações de menor potencial ofensivo.	estratégicas			Rodoviária Federal do Estado do Tocantins
54	Termo de Cooperação Técnica e Operacional de Intercâmbio Científico, Educacional, Cultural e Tecnológico	Estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico educacional e cultural visando troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta mútua de cursos de capacitação, de aperfeiçoamento funcional nas modalidades presencial e a distância, bem como atividades complementares de interesses comuns.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	09/08/18	08/08/21	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
55	Acordo de Cooperação Técnica	A Promoção de medidas necessárias à prevenção e à repressão de delitos praticados por Associações e Organizações criminosas.	Combater o crime organizado	04/12/17	03/12/22	Superintendência da Polícia Rodoviária Federal do Estado do Tocantins
56	Termo de Cessão de Uso de Software	Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	08/02/18	07/02/20	Defensoria Pública do Estado do Amazonas

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
57	Termo de Cessão de Uso de Software	Cessão de software ATHENAS, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	20/11/17	19/11/21	Defensoria Pública do Estado do Piauí
58	Acordo de Cooperação Técnica	Articular e conjugar esforços dos partícipes com o intuito de avocar os municípios do Estado do TO à integração do Sistema Nacional de Trânsito.	Ter comunicação institucional efetiva		06/12/22	Departamento Estadual de Trânsito do Tocantins e o Conselho Estadual de Trânsito do Tocantins
59	Termo de Cooperação Técnica Interinstitucional	Estabelecer parcerias entre os órgãos e Instituições Signatárias, objetivando o desenvolvimento de estratégias e ações para oportunizar a oferta de programas de aprendizagem e qualificação profissional com vista ao desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, sobretudo aqueles que estejam em acolhimento institucional e familiar, em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos e em situação de trabalho infantil, em todo o Estado do Tocantins.	Atuar na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	10/05/18	09/05/20	TJTO; MPTO; SETAS; SECJUS; Secretaria de SEDUC; IFTO; Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do TO; SENAI – DR/TO SENAC; Renapsi;- CIEE da Unidade de Palmas/TO
60	Termo de	Adesão do MP TO ao Acordo de Cooperação celebrado entre o CNMP e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo	Exigir o cumprimento dos direitos das	18/05/18	17/05/23	Conselho Nacional do Ministério Público –CNMP e o

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
	Adesão	do Brasil CAU/BR, visando o aperfeiçoamento e à atualização das atividades dos profissionais da arquitetura e urbanismo, membros e servidores do MP- TO e a execução de ações complementares de interesse comum, garantindo a implementação das exigências de acessibilidade previstas na Legislação Brasileira.	pessoas com deficiência			Conselho de Arquitetura e urbanismo do Brasil – CAU/BR
61	Acordo de Adesão	Termo de Adesão do MP/TO ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para a criação e expansão do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos - SINALID.	Combater a criminalidade	07/12/17	06/12/22	Conselho Nacional do Ministério Público
62	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	11/04/18	10/04/23	Prefeitura Municipal de Campos Lindos
63	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer Cooperação Técnica na área de inteligência e investigação criminal, a ser desenvolvida por meio do uso integrado da ferramenta RETINA. Banco de dados criado pelo Núcleo de Apoio Técnico Especializado do MP - AC.	Ampliar parcerias estratégicas	31/10/17	30/10/22	Ministério Público do Estado do Acre

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
64	Convênio	Autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do servidor/membro, relativo à contribuição voluntária a título de doação, em favor da FUNDAÇÃO PIO XII - HOSPITAL DE AMOR - FILIAL PALMAS - TO, destinada exclusivamente a auxiliar na construção do Hospital de Amor, reconhecido nacionalmente no tratamento de câncer (Hospital do Câncer de Barretos), nesta cidade de Palmas-TO.	Exigir o cumprimento do direito à saúde	19/06/18	18/06/21	Fundação Pio Xii - Hospital De Câncer De Barretos – Filial Palmas
65	Acordo de Cooperação Técnica	Estreitamento do relacionamento institucional, de modo a oportunizar o fornecimento e o intercâmbio de informações relacionadas à regulação do mercado de assistência suplementar à saúde, com a finalidade de identificação de problemas do mercado de saúde suplementar, a ampla cooperação técnica e científica, no âmbito do mercado de assistência suplementar à saúde, promover uma atuação integrada, com vistas a garantir a proteção e defesa dos direitos do consumidor de planos privados de assistência à saúde, estimulando a resolução de conflitos de forma amigável e o intercâmbio de informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória pela ANS e reduzir demandas judiciais relacionadas à saúde suplementar, e contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e regulação do mercado de saúde suplementar, sujeitando-se os partícipes, no que	Exigir o cumprimento do direito à saúde	25/05/18	24/05/20	Agência Nacional de Saúde Suplementar, ANS.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
		couber, às disposições contidas na Lei 8.666/93.				
66	Acordo de Cooperação Técnica	Implementação do Projeto PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REFORMA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO ESTADO DO TOCANTINS.	Exigir o respeito aos direitos humanos residuais	09/04/18	08/12/19	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Glória de Ivone – CEDECA/TO
67	Termo de Cessão de Uso	Termo de Cessão de Uso do Software da Plataforma de Comutação Digital BXS/20 - Sistema Guardião e outros bens moveis da Polícia Militar do Estado do TO ao MP/TO.	Garantir a segurança institucional	17/05/18	16/05/20	Polícia Militar do Estado do TO
68	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	17/04/18	16/04/23	Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
69	Convênio	Concessão de empréstimos e financiamentos pela Financeira Alfa S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (FINANCEIRA), aos Membros e Servidores	Ampliar parcerias estratégicas	05/07/18	04/07/23	Financeira ALFA S/A – Crédito, Financiamento e

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ - TO), mediante consignação em folha de pagamento das prestações decorrentes.				Investimentos.
70	Termo de Cooperação Técnica	Utilizar Sistema VIABILLIZE.	Ampliar parcerias estratégicas	30/05/18	24/05/20	Mota.Com Informática e Sistemas Ltda.
71	Termo de Cessão de Uso de Software	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	18/05/18	17/05/20	Câmara Municipal de Palmas
72	Termo de Cooperação Técnica e Compromisso Ambiental	Conjugar esforços visando dar efetividade na implantação da Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	07/06/18	06/06/20	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins; Ministério Público do Estado do Tocantins; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Natureza do Tocantins; Associação Tocantinense de Município; União dos vereadores do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
						do Tocantins.
73	Acordo de Cooperação Técnica	Acesso do MP/TO à base de dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, mantido pelo MTB, com a finalidade, exclusiva, da utilização nas suas atividades institucionais.	Ampliar parcerias estratégicas	24/09/18	23/09/23	Ministério do Trabalho
74	Acordo de Cooperação Técnica	Ampliação da comunicação entre o CADE e o Ministério Público do Estado do Tocantins, de modo a imprimir-se maior agilidade e efetividade nas ações de repressão às práticas de cartel e outras infrações à ordem econômica e às relações de consumo previstas nos arts. 4º e 7º da Lei nº 8.137/1990 e 36, da Lei nº 12.529/2011; a troca de informações e documentos quando da apuração de práticas de cartel e demais infrações, respeitadas as prerrogativas e atribuições e limitações legais cometidas ao CADE e ao Ministério Público do Estado do Tocantins; e o desenvolvimento e aprimoramento das técnicas e procedimentos empregados na apuração de práticas de cartel e outras previstas na Lei nº 12.529/2011 e na Lei nº 8.137/1990.	Promover a defesa dos direitos do consumidor	17/10/18	16/10/23	Conselho Administrativo de Defesa Econômica

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
75	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação Técnica TCU/CNMP, (LabContas), de 21 de maio de 2018, que tem como objetivo o de conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública, fortalecer a atuação coordenada de combate à corrupção e contribuir para melhoria da Administração Pública por meio da transferência de tecnologias e conhecimentos, do acesso a sistemas e do compartilhamento de informações constantes de bases de dados a cargo dos partícipes.	Ampliar parcerias estratégicas	09/01/19	08/01/24	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP Tribunal de Contas da União - TCU
76	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Estabelecer um regime de cooperação mútuo entre os partícipes a fim de que se possa promover um atendimento de qualidade, especializado, de forma ágil, preciso e eficaz, garantindo o resgate da autoestima da mulher vítima de violência doméstica, por meio do projeto denominado “S.O.S Mulher – Ministério Público do Tocantins de Portas Abertas para as Mulheres Vítimas de Violência Doméstica”, realizando atendimento às vítimas no âmbito do Município de Palmas.	Combater a violência doméstica	01/02/19	31/01/24	Defensoria Pública do Estado do Tocantins; Secretaria Estadual de Saúde Secretaria Estadual de Segurança Pública Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego; Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social Secretaria Estadual de Cidadania e Justiça.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
77	Acordo de Cooperação Técnica	Estabelecer as condições gerais de um regime de mútua colaboração para o compartilhamento de informações visando à desburocratização, maior eficiência e maior celeridade no desenvolvimento de ações decorrentes da proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e outras que guardem correlação com a competência dos partícipes.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	12/11/18	Indeterminada	Polícia Militar do Estado do TO Polícia Militar Ambiental do TO
78	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e o Ministério do Meio Ambiente - MMA, visando ao estabelecimento da Cooperação entre o MMA, tendo o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, como interveniente, e o CNMP para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), observada a legislação federal pertinente sobre a matéria, no que couber.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	16/11/18	Indeterminada	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
79	Protocolo de Intenções	Elaboração de estudos, pareceres, relatórios, propostas técnicas e atividades de capacitação em parceria, associados às áreas de Meio Ambiente, Recursos Hídricos,	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	13/12/18	12/12/20	UFT

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
		Planejamento Urbano, Infraestrutura, Mobilidade, Energia e Tecnologia da Informação em processos de elevado interesse público.				
80	Termo de Cessão de Uso	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	03/12/18	02/12/23	Prefeitura Municipal de Gurupi – TO
81	Termo de Cessão de Uso	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	30/11/18	29/11/23	Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará
82	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	02/12/18	01/12/23	Ministério Público do Estado de Goiás
83	Termo de Parceria para Cumprimento	Definir atribuições e responsabilidades entre os signatários para a execução de Programa de Aprendizagem, nos termos da Lei 10.097/00 e do Decreto 8.740/2016.	Atuar na defesa dos Diretos da Criança e do Adolescente	Indeterminado		Tabocas Participações Empreendimentos S/A Prefeitura Municipal de Porto

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
	de Cota Social					Nacional Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – RENAPSI Ministério Público Estadual do Estado do Tocantins
84	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o CNMP e o Ministério Público do Estado de Mato Grosso, em 16 de outubro de 2018, que tem como objetivo estabelecer cooperação técnica para intermediação do processo de Adesão dos Ministérios Públicos Brasileiros para a disponibilização do aplicativo Água para o Futuro, que consiste em sistema idealizado com a finalidade de mapear e identificar irregularidades ambientais em nascentes de água.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	30/11/18	29/11/23	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP
85	Acordo de Cooperação	Execução, nas escolas do Estado do Tocantins, de ações do Projeto “Anjos da Guarda” que visa o rompimento do ciclo de violência doméstica através da conscientização da criança, coordenado pelo Núcleo Maria da Penha.	Combater a violência doméstica	28/12/18	27/12/23	Secretaria Estadual de Educação do Estado do TO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
86	Termo de Adesão	Constitui objeto do presente Termo a criação da OUIDORIAS EM REDE - TOCANTINS, visando a cooperação mútua e a articulação de esforços entre os Partícipes, para o compartilhamento de experiências, o incentivo à criação de Ouvidorias no Estado do Tocantins e o envolvimento dos cidadãos e da sociedade civil organizada no exercício de seus direitos.	Combater a violência doméstica	29/11/18	28/11/23	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins Ministério Público do Estado do Tocantins Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins
87	Acordo Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	24/10/19	23/10/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Prefeitura Municipal de Palmas
88	Termo de Cooperação Técnica	Cooperação mútua entre os órgãos partícipes para a implantação da Patrulha Maria da Penha no Estado do Tocantins, assim como qualificação dos serviços de atendimento, apoio e orientação nas ocorrências policiais envolvendo mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, por meio de ações conjuntas.	Combater a violência doméstica	18/12/18	17/12/20	Ministério Público do Estado do Tocantins Polícia Militar do Estado do Tocantins Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
89	Acordo de Cooperação Técnica	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores ou empregados entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	07/01/19	06/01/24	Defensoria Pública do Estado de Goiás
90	Acordo de Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	15/01/19	14/01/24	Prefeitura Municipal de Augustinópolis
91	Acordo de Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	13/03/19	12/03/24	Prefeitura Municipal de Porto Nacional
92	Termo de Cessão de Uso	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	24/01/19	23/01/24	Ministério Público do Estado do Piauí
93	Termo de Compromisso	Oferecimento de 07 vagas do Programa de Pós-Graduação em PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E DIREITOS HUMANOS (PPGPJDH) – NÍVEL MESTRADO para ingresso no ano de 2019.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	30 meses a partir do início das aulas		Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos,

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
						Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – TJTO com a interveniência da Escola Superior da Magistratura Tocantinense – SMAT, Ministério Público do Estado do Tocantins – MP/TO com a interveniência do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF.
94	Acordo Cooperação Técnica	A implementação de medidas de natureza técnico-administrativas objetivando a operacionalização conjunta de medidas de vistoria e inspeção no âmbito do Estado do Tocantins, a depender da demanda das promotorias quando requerido apoio técnico, pretendendo fazer cumprir as etapas dos Projetos do Centro de Apoio Operacional da Cidadania, Direitos Humanos e Mulher.	Ampliar parcerias estratégicas	30/08/19	29/08/24	Ministério Público do Estado do Tocantins, Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Tocantins, Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça do Tocantins, Corpo de Bombeiros Militar do Tocantins.
95	Acordo	Estabelecer um regime de cooperação mútuo entre os	Combater a violência	22/03/19	21/03/24	Tribunal de Justiça do Estado

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
	Cooperação	partícipes a fim de que se possa promover encontros quinzenalmente envolvendo uma equipe Multidisciplinar, e órgãos parceiros de atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, conforme dispõe o artigo 35 e 45 da Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha e o artigo 152 da Lei de Execução Penal.	doméstica			do Tocantins E Outros
96	Termo de Cessão de Uso	Cessão de Uso de parte ideal do imóvel que abriga as instalações do Fórum da Comarca de Araguaína, situado na Avenida Filadélfia, loteamento Chácara 89 A, de propriedade do CEDENTE para uso do CESSIONÁRIO	Ampliar parcerias estratégicas	16/05/19	15/05/24	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
97	Termo de Adesão	Adesão do Ministério Público do Estado do Tocantins ao Acordo de Cooperação celebrado entre o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para possibilitar aos Membros do Ministério Público brasileiro a solicitação de pareceres técnico-científicos em saúde, solicitar curso de capacitação, na modalidade ensino a distância, dos membros dos Ministérios Públicos brasileiros e das equipes técnicas de profissionais de saúde que assessoram, sobre saúde baseada em evidências, metodologias e instrumentos para Avaliação de Tecnologias em saúde (ATS).	Ampliar parcerias estratégicas	21/03/19	20/03/24	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP Ministério Público do Estado do Tocantins

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
98	Acordo de Cooperação Técnica e Operacional	Estabelecer cooperação técnica entre os PARTÍCIPES para a realização de vistorias permanentes e coordenadas pelo Ministério Público do Estado do Tocantins, com objetivo de obter diagnóstico das condições estruturais e de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde de Palmas/TO, através da aplicação de questionários, na conformidade da logística e do cronograma, previstos no Projeto Saúde de Qualidade nas Unidades Básicas de Saúde de Palmas/TO.	Exigir o cumprimento do direito à saúde	28/05/19	27/05/24	Conselho Municipal de Saúde de Palmas Ministério Público do Estado do Tocantins
99	Acordo Cooperação	Estabelecer um regime de cooperação mútua entre os Partícipes a fim de que se possa oferecer ações de cidadania durante as visitas do projeto “Justiça Cidadã” nas 42 comarcas do Estado do Tocantins, durante o período de maio de 2019 a junho de 2020.	Ampliar parcerias estratégicas	22/04/19	21/08/20	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e Outros
100	Termo de Permissão de Uso de Área Pública	A PGJ - PERMITENTE outorga à ASAMP - PERMISSIONÁRIO, em caráter precário, a partir da data da assinatura deste termo, permissão de uso de uma sala de 15,54 m², localizada no 2º andar, sala nº 202, do edifício-sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, situado na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO - 04 Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-218, na cidade de Palmas – TO, para funcionamento da	Ampliar parcerias estratégicas	Indeterminado		Associação dos Servidores Administrativo do Ministério Público

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		sede administrativa da ASAMP.				
101	Acordo Cooperação Técnica e Assistência Mútua	Ampliar a cooperação Técnica Interinstitucional entre os partícipes, visando estabelecer formas de colaboração, com a finalidade de ampliar as ações de articulação de proteção do patrimônio público, defesa da probidade administrativa, prevenção e combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e outros crimes relacionados, e a promoção de transparência da gestão na Administração Pública, por meio da atuação conjunta e do intercâmbio de conhecimentos, metodologias, experiências e do compartilhamento e desenvolvimento de tecnologias que aprimorem o processamento e a análise de dados, pesquisas e investigações, entre outras ações conjuntas de integração e intercâmbio que promovam a eficácia e efetividade de suas atividades finalísticas.	Combater a Improbidade e recuperar ativos	01/07/19	30/06/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Ministério Público Militar
102	Termo de Cooperação Técnica	Estabelecer mútua e ampla cooperação entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Tocantins por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, por meio da Escola Superior do MP/GO, visando o aprimoramento profissional, acadêmico, técnico e cultural de seus	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	27/11/19	26/11/21	Ministério Público do Estado do Tocantins Ministério Público do Estado de Goiás

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		integrantes e o desenvolvimento de ações voltadas ao cumprimento de sua missão institucional.				
103	Termo de Cooperação Técnica	O estabelecimento de cooperação técnica entre os partícipes para o intercâmbio de experiências e informações, mediante a implementação de ações conjuntas e de apoio mútuo entre os Partícipes, visando à implementação de programas, projetos e ações interinstitucionais de responsabilidade socioambiental.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística Ampliar parcerias estratégicas	27/08/19	26/08/24	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins – (TJTO), Ministério Público do Estado do Tocantins, Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins – (TRE-TO), Defensoria Pública do Estado do Tocantins – (DPE-TO), Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – (TCE-TO), Universidade Estadual do Tocantins – (UNITINS), Fundação Universidade Federal do Tocantins - (UFT-TO).
104	Termo de Convênio	O presente Convênio refere-se à união de esforços dos partícipes para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa intitulado “Nucleação de Grupos de Pesquisa e Internacionalização do Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos”, com vista à formação do corpo docente do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf ou Escola Superior do Ministério	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	16/12/19	15/12/21	Ministério Público do Estado do Tocantins Escola Superior da Magistratura Tocantinense Fundação Universidade Federal do Tocantins Fundação de Apoio Científico e

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
		Público e formação dos profissionais do MP/TO, como forma de aperfeiçoamento das ações desenvolvidas.				Tecnológico do Tocantins
105	Acordo Cooperação Técnica	Aperfeiçoamento da operação e gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, do cadastro Único de Assistência Social e do desempenho da Procuradoria no exercício das atribuições institucionais	Ampliar parcerias estratégicas	02/12/19	01/12/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Ministério da Cidadania
106	Acordo Cooperação Técnica	Promover a defesa dos direitos dos consumidores através de ações integradas e articuladas entre organismos que atuam no direito consumerista, por meio do projeto denominado “Operação Pró-consumidor”, realizando ações no âmbito do Estado do Tocantins.	Promover a defesa dos direitos do consumidor	29/01/20	28/01/25	Ministério Público do Estado do Tocantins, a Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON – TO por intermédio da Secretaria Estadual da Cidadania e Justiça, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins – ADAPEC – TO, a Agência de Metrologia, Avaliação da Conformidade, Informação e Tecnologia, a Agência Tocantinense de Regulação, Controle e

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
						Fiscalização de Serviços Públicos, a Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, a Secretaria da Segurança Pública do Estado do Tocantins por intermédio da Delegacia Especializada de Atendimento a Vulneráveis,
107	Acordo de Cooperação Técnica	Desenvolver ações conjuntas e apoio mútuo às atividades de sistematização de procedimentos, comunicações e registros de notícias de pessoas desaparecidas ou vítimas de tráfico humano, com cruzamento de dados, visando garantir a efetividade das investigações relativas aos casos de desaparecimento de pessoas no Estado do Tocantins, no âmbito do Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (SINALID)./ plid	Ampliar parcerias estratégicas	17/12/19	16/12/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Secretaria do Estado da Segurança Pública Comando da Polícia Militar do Estado do Tocantins Secretaria do Estado da Cidadania e Justiça Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins
108	Acordo de Cooperação Técnica	Cooperação técnica entre o MPTO e o SENAI Tocantins, com o objetivo de proporcionar qualificação com aprendizado de qualidade, que permita às mulheres em	Combater a violência doméstica	09/12/19	08/12/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Serviço Nacional de

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Conveniente
		situação de violência doméstica e familiar, superarem a dependência financeira de cônjuges e companheiros agressores, minimizando os estados de vitimização e promovendo a elevação de sua autoestima, a inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a integração social, por meio do Projeto “PROFISSIONALIZANDO A CAPACIDADE DA MULHER”.				Aprendizagem Industrial – SENAI-TO
109	Acordo Cooperação	Estabelecer cooperação técnica e intercâmbio científico, educacional e tecnológico, visando a troca de experiências, informações e tecnologias, da oferta mútua de cursos de capacitação, pós-graduação em nível de especialização, cursos de aprimoramento, bem como nas atividades de pesquisas e publicações científicas de interesse comum.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	05/02/20	04/02/25	Ministério Público do Estado do Tocantins Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
110	Convênio	Execução do Programa de Estágio Supervisionado e Curricular obrigatório, por alunos com idade mínima de 16 (dezesesseis) anos, devidamente matriculados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, dentro das respectivas áreas de formação, de acordo com a Lei nº 11.788, de 25/09/2008.	Ampliar parcerias estratégicas	17/06/19	16/06/24	Ministério Público do Estado do Tocantins – CONCEDENTE, e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Campus Palmas – INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
111	Termo de Cessão de Uso	Cessão de uso de 10 (dez) itens de equipamentos de informática, para uso no Núcleo de Engenharia Legal e Meio Ambiente do Instituto de Criminalística, visando a articulação, integração e operacionalização da mútua atuação institucional na defesa e proteção do meio ambiente.	Ampliar parcerias estratégicas Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	20/11/19	19/11/21	Ministério Público do Estado do Tocantins Secretaria de Estado da Segurança Pública do Tocantins
112	Acordo Cooperação	Regulamentar a cessão, em caráter provisório de servidores pertencentes ao quadro efetivo das instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	13/01/20	12/01/25	Ministério Público do Estado do Tocantins Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
113	Termo de Cooperação	Estabelecer uma cooperação mútua e ampla entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF, e a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Mato Grosso, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF, visando ao desenvolvimento conjunto das ações de interesse das partes conveniadas, na modalidade presencial e/ou a distância.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	31/10/19	30/10/24	Ministério Público do Estado do Tocantins Ministério Público do Estado do Mato Grosso

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4 - Descrição dos instrumentos ativos no ano de 2020.

Item	Tipo de Instrumento	Objeto	Vínculo do objeto ao Mapa Estratégico	Vigência (início)	Vigência (Termino)	Convenente
114	Termo de Cooperação Técnica	Liberação do acesso ao Sistema de conveniadas dentro do Portal SIMPLIFICA TOCANTINS, o Portal de informações da JUCETINS, para visualização de cadastros e dos atos digitalizados das empresas registradas perante este órgão de registro do comércio.	Ampliar parcerias estratégicas	29/01/20	28/01/22	Ministério Público do Estado do Tocantins Junta Comercial do Estado do Tocantins

Fonte: Escritório de Projetos e Gestão de Parcerias|Convênios / Departamento de Planejamento e Gestão.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
1	Segundo Termo Aditivo – prorrogação de prazo. Implementar um laboratório de tecnologia contra a lavagem de dinheiro no MP/TO nos moldes dos laboratórios desenvolvidos pelo DRCI/SNJ (LAB-LD), mediante a capacitação e treinamento de servidores e colaboradores lotados no MP/TO.	Combater a criminalidade	01/01/17	31/12/19	Ministério da Justiça

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
2	Segundo termo aditivo de prazo – prorrogar por 12 meses	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	30/09/18	30/09/19	Ministério Público Estadual do RJ
3	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	01/01/16	01/01/21	Governo do Estado de Goiás
4	Dotar o MP/TO de infraestrutura necessária para o suporte ao processo de virtualização e modernização, bem como melhorar o processo de segurança da informação.	Assegurar sistemas de tecnologia da informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas	30/12/16	28/12/18	Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania
5	Viabilizar uma das etapas de execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólido (doação de materiais recicláveis e bens inservíveis), descartado pelo doador, à donatária, para fins de reciclagem, respeitando-se a legislação em vigor.	Promover a defesa do meio ambiente e da ordem urbanística	20/06/18	19/06/23	Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins LTDA – COOPERAN.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
6	Permissão de uso a título gratuito, em caráter precário, da área de 26,77 m ² , exclusivamente para instalação de agência bancária/Posto de Atendimento Bancário – PAB e de um Posto de Atendimento Eletrônico – PAE.	Garantir estrutura física adequada	12/12/18	11/12/23	Banco Bradesco S/A.
7	A promoção de medidas necessárias à prevenção e à repressão de delitos praticados por associações e organizações criminosas.	Combater a criminalidade	04/04/18	03/04/21	Ministério Público do Estado do Espírito Santo
8	1º Termo aditivo ao termo de cooperação técnica e operacional de intercâmbio científico, educacional, cultural e tecnológico.	Promover, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos integrantes	09/08/18	08/08/21	Defensoria Pública do Estado do Tocantins
9	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	08/02/18	07/02/20	Defensoria Pública do Estado do Amazonas

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
10	Estabelecer parcerias entre os órgãos e Instituições signatárias, objetivando o desenvolvimento de estratégias e ações para oportunizar a oferta de programas de aprendizagem e qualificação profissional com vista ao desenvolvimento pessoal e profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, sobretudo aqueles que estejam em acolhimento institucional e familiar, em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos e em situação de trabalho infantil, em todo o Estado do Tocantins.	Atuar na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	10/05/18	09/05/20	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins Ministério Público do Trabalho do Tocantins Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social, Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça, Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esporte, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do TO, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – DR/TO, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do TO, Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi), Centro de Integração Empresa–Escola (CIEE) da Unidade de Palmas/TO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
11	Adesão do MP/TO ao Acordo de Cooperação celebrado entre o CNMP e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR, visando o aperfeiçoamento e à atualização das atividades dos profissionais da arquitetura e urbanismo, membros e servidores do MP/TO.	Exigir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência	18/05/18	17/05/23	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR
12	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	11/04/18	10/04/23	Prefeitura Municipal de Campos Lindos
13	Autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do servidor/membro, destinada exclusivamente a auxiliar na construção do Hospital de Amor, reconhecido nacionalmente no tratamento de câncer (Hospital do Câncer de Barretos).	Ampliar parcerias estratégicas	19/06/18	18/06/21	Fundação Pio XII - Hospital de Câncer de Barretos – Filial Palmas

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
14	Estreitamento do relacionamento institucional, de modo a oportunizar o fornecimento e o intercâmbio de informações relacionadas à regulação do mercado de assistência complementar à saúde, com a finalidade de identificação de problemas do mercado de saúde complementar, a ampla cooperação técnica e científica, no âmbito do mercado de assistência complementar à saúde, promover uma atuação integrada, com vistas a garantir a proteção e defesa dos direitos do consumidor de planos privados de assistência à saúde, estimulando a resolução de conflitos de forma amigável e o intercâmbio de informações que sirvam para melhorar o desempenho da atividade regulatória pela ANS e reduzir demandas judiciais relacionadas à saúde complementar, e contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e regulação do mercado de saúde complementar, sujeitando-se os partícipes, no que couber, às disposições contidas na Lei 8.666/93.	Exigir o cumprimento do direito à saúde	25/05/18	24/05/20	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
15	Implementação do Projeto Promoção e Proteção dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, Reforma Política e Democracia no Estado do Tocantins	Exigir o respeito aos direitos humanos residuais	09/04/18	08/12/19	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Glória de Ivone – CEDECA/TO
16	Termo de Cessão de Uso do Sistema Guardião e outros bens moveis da Polícia Militar do Estado do TO ao MP/TO	Garantir a segurança institucional	17/05/18	16/05/20	Polícia Militar do Estado
17	Regulamentar a cessão em caráter provisório de servidores entre as instituições signatárias	Ampliar parcerias estratégicas	17/04/18	16/04/23	Assembleia Legislativa do Estado
18	Concessão de empréstimos e financiamentos pela Financeira Alfa S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (FINANCEIRA), aos Membros e Servidores da PGJ, mediante consignação em folha de pagamento das prestações decorrentes.	Ampliar parcerias estratégicas	05/07/18	04/07/23	Financeira ALFA S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
19	Utilizar o sistema Viabilize.	Ampliar parcerias estratégicas	30/05/18	29/05/19	Mota.Com Informática e Sistemas Ltda.
20	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	18/05/18	17/05/20	Câmara Municipal de Palmas
21	Conjugar esforços visando dar efetividade na implantação da Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Promover a defesa do meio Ambiente e da ordem urbanística	07/06/18	06/06/20	Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, MP/TO, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Natureza do Tocantins, Associação Tocantinense de Município, União dos vereadores do Estado do Tocantins.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
22	Viabilizar uma das etapas de execução do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólido (doação de materiais recicláveis e bens inservíveis), descartado pelo doador, à donatária, para fins de reciclagem, respeitando-se a legislação em vigor.	Ampliar parcerias estratégicas	14/06/18	13/06/19	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins, Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Estado do Tocantins, MP/TO, Justiça Federal de Primeiro Grau no Tocantins.
23	Adesão do MP/TO ao Acordo de Cooperação para transferência, acesso, compartilhamento, processamento e geração de dados e informações do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), observada a legislação federal pertinente sobre a matéria, no que couber.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	16/11/18	Indeterminada	Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.4.a - Relação de Termos de Cooperação Técnica, de Cessão de Uso e Convênios Firmados ou Renovados em 2019

Item	Objeto	Objetivo Estratégico	Início	Término	Conveniente
24	Elaboração de estudos, pareceres, relatórios, propostas técnicas e atividades de capacitação em parceria, associados às áreas de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Planejamento Urbano, Infraestrutura, Mobilidade, Energia e Tecnologia da Informação em processos de elevado interesse público.	Promover a defesa do Meio Ambiente e da Ordem urbanística	13/12/18	12/12/20	Universidade Federal do Tocantins – UFT
25	Cessão de software Athenas, criado pelo MP/TO, para gerenciamento de serviços da área meio, gestão e finalística.	Ampliar parcerias estratégicas	03/12/18	02/12/23	Prefeitura Municipal de Gurupi – TO
26	Regulamentar a cessão, em caráter provisório, de servidores entre as instituições signatárias.	Ampliar parcerias estratégicas	02/12/18	01/12/23	Ministério Público do Estado do Goiás
27	Incluir o MP/TO como entidade concedente de aprendizagem prática, além da Prefeitura de Porto Nacional.	Atuar na defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	06/11/18	Indeterminada	RENAPSI /TABOCAS.SA

Fonte: Escritório de Projetos e Gestão de Parcerias/Convênios / Departamento de Planejamento e Gestão.

RELATÓRIO DE GESTÃO

5.4.5 Departamento de Finanças e Contabilidade

O Departamento de Finanças e Contabilidade é responsável por coordenar, orientar e supervisionar a execução orçamentária, financeira e efetuar os registros contábeis da PGJ, fornecendo informações para a tomada de decisões e controle, por parte da direção da Instituição.

O Departamento de Finanças e Contabilidade compreende:

- a) Área de Execução Orçamentária/Financeira; e
- b) Área de Contabilidade.

Abaixo, os valores da execução orçamentária de 2020, por modalidade.

Tabela 5.4.5 – Execução Orçamentária, por Modalidade de Despesa, em 2020, em (R\$).

Concorrência	3.083.786,74
Concurso	-
Pregão	19.524.260,37
Dispensa de Licitação por Limite	32.704,72
Outras Dispensas de Licitação	1.735.078,59
Inexigibilidades	668.967,20
Suprimento de Fundos	20.115,54
Não se aplica	176.253.951,18
Total	201.325.028,53

Fonte: Siafe-TO

RELATÓRIO DE GESTÃO

5.4.6 Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

O Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento (DGFPF) tem a finalidade de coordenar, supervisionar, orientar e executar as atividades de registro funcional e processamento das folhas de pagamento, promover e assistir à saúde, valorizar pessoas e prestar atendimento previdenciário a membros e servidores, inclusive seus dependentes, e executar atividades inerentes à gestão de pessoal no âmbito da PGJ.

O DGFPF é dividido em cinco áreas:

- a) Área de Processamento de Folha de Pagamento;
- b) Área de Registro Funcional;
- c) Área de Valorização de Pessoas;
- d) Área de Promoção e Assistência à Saúde; e,
- e) Área Previdenciária.

O quadro de pessoal dos órgãos auxiliares do MPTO é composto pelos cargos de provimento efetivo, demonstrados nas tabelas a seguir, que detalha as situações que alteram a força de trabalho desta Instituição.

Tabela 5.4.6 – Movimentação de membros e servidores em 2020 (em unid.)

Nível Funcional	Existente 31/12/2019	Movimentação					Existente 31/12/2020*
		Nomeados/ Reconduzidos	Exonerados	Aposentados/ Falecidos	Promovidos	Cedidos/ Licenciado /Afastados	
Procuradores	11	1	0	0	0	0	12
Promotores	97	0	1	0	1	0	95
Servidores	431	1	1	1	0	0	430
Comissionados	97	18	14	0	0	0	101
Requisitados	69	18	0	0	0	0	87

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

RELATÓRIO DE GESTÃO

*exclusive cedidos, licenciados e afastados.

Tabela 5.4.6.a – Carreira de Apoio do MP/TO, em 31/12/2020

Nível Funcional	Existente 2019	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça) - 2019	Existente 2020	Em atividade (Promotorias e Procuradoria-Geral de Justiça) - 2020	Var (%) Existente x atividade
AME – Analista Ministerial Especializado	58	54	58	52	-10,34
AMI – Analista Ministerial	142	134	143	134	-6,29
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	16	18	16	0
AXM – Auxiliar Ministerial	12	11	12	11	-8,33
MOP – Motorista Profissional	20	20	20	20	0
MOT - Motorista	5	4	4	3	-25
OFD – Oficial de Diligências	29	28	28	27	-3,57
TCM – Técnico Ministerial	116	108	116	108	-6,9
TME – Técnico Ministerial Especializado	31	30	31	30	-3,22
TOTAL	431	405	430	401	-6,74

Legenda: AME – Analista Ministerial Especializado; AMI – Analista Ministerial; AXE – Auxiliar Ministerial; AXM – Auxiliar Ministerial Especializado; MOP – Motorista Profissional; OFD – Oficial de Diligências; TCM – Técnico Ministerial e TME – Técnico Ministerial Especializado.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A tabela 5.4.6.a demonstra, ao final do exercício de 2020, que o MPTO contava com 405 servidores em atividades em diversas áreas de apoio e finalística, apresentando uma variação negativa de 6,74%, em relação ao exercício de 2019. Além de servidores efetivos, a força de trabalho é composta por servidores comissionados e requisitados de outros órgãos da administração pública.

Destacamos que a redução do número de servidores efetivos está relacionada ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI) no âmbito do PGJ, instituído pela Lei Estadual nº 3.435/2019. Segundo os objetivos dessa política, o programa tem como meta principal o equilíbrio preventivo dos gastos com pessoal, conforme os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Quanto à rotatividade de membros e servidores, o balanço entre o ingresso de novos integrantes, via concurso; via cargo em comissão; via cessão e as baixas, por exoneração ou inatividade, comprovam a redução na força de trabalho do MPTO, com um saldo negativo de 04 integrantes, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.4.6.b – Movimentação de membros e servidores, em 2020.

Nível Funcional	Existente 31/12/2019	Movimentação					
		Nomeados/ Reconduzidos	Exonerados	Aposentados/ Falecidos	Promovidos	Cedidos/ Licenciado/ Afastados	Existente 31/12/2020*
Procuradores	11	1	0	0	0	0	12
Promotores	97	0	1	0	1	0	95
Servidores	431	1	1	1	0	0	430
Comissionados	97	18	14	0	0	0	101
Requisitados	69	18	0	0	0	0	87

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

*exclusive cedidos, licenciados e afastados.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Assim, a movimentação e rotatividade dos servidores do MPTO é apresentada por um Índice de Rotatividade muito utilizado ultimamente pelas organizações: turnover. Ele mede o fluxo de entrada e saída dos servidores da Instituição por diversos motivos: pedido de vacância, processo administrativo ou aposentadoria.

Na busca do índice de rotatividade ideal, o MPTO tem praticado políticas que permitam a retenção de seu pessoal, por meio de valorização de seu quadro de pessoal, o que tem gerado excelentes resultados, como pode ser observado na tabela a seguir, que detalha a movimentação de servidores e membros no período de 2010 e 2020:

Tabela 5.4.6.c – Comparativo de movimentação de servidores e membros 2010 – 2020

Descrição	Ano, em Quantidade										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Posse	102	22	63	33	39	16	28	04	04	01	1
Exoneração/ Inatividade*	27	17	20	25	27	12	07	05	13	24	2
Turnover**	12,67	3,79	7,48	5,17	5,76	2,59	2,93	0,76	1,47	2,65	0,34
Total de Integrantes	509	514	555	561	545	541	597	590	580	547	537

* Consideradas as exonerações, aposentadorias e falecimentos.

** A fórmula de Turnover utilizada é: $((\text{Admissões} + \text{Desligamentos}) / 2) / \text{n}^\circ \text{ membros e servidores efetivos desligados}$.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

Quanto ao grau de escolaridade e formação, os dados apresentados ao longo da tabela abaixo indicam um amadurecimento do MPTO. O atual quadro da Instituição sinaliza uma evolução no sentido da profissionalização do serviço público, em que os servidores são mais escolarizados.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.6.d – Distribuição de Servidores Efetivos Existentes, por Nível de Escolaridade 2010 – 2020

Nível de Escolaridade	Ano, em Quantidade										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Fundamental	37	37	37	37	37	37	37	36	36	35	34
Médio	158	152	180	190	197	199	218	216	211	196	195
Superior Completo	192	202	220	221	221	218	221	217	211	200	201
Total	387	391	437	448	455	454	476	469	459	431	430

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Em relação à remuneração dos servidores, observa-se que, até o ano de 2017, o MP/TO tem concedido reajustes salariais anuais, visando evitar perdas em decorrência da inflação e proporcionar, em alguns exercícios, também ganhos reais aos integrantes do quadro auxiliar.

Entretanto, conforme tabela detalhada abaixo, podemos observar que no exercício de 2019, a Assembleia Legislativa do Tocantins unificou os projetos de revisão e definição de datas-bases dos servidores da Defensoria Pública, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Poder Judiciário e Executivo do Tocantins em 1%, bem abaixo da inflação medida na ocasião.

Quanto ao exercício de 2020, a Lei Complementar nº 173/2020, sancionada em 27 de maio de 2020, instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19). O objetivo da lei é flexibilizar alguns dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem assim permitir que a União repasse recursos públicos para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios enfrentem a pandemia do novo coronavírus.

Contudo, a nova legislação prevê restrições orçamentárias, especialmente voltadas para despesas com pessoal, para os entes federados que se submeterem a esse regime fiscal diferenciado. Dentre as medidas, ressaltam-se as disposições do art. 8º da nova lei, que

RELATÓRIO DE GESTÃO

versa especificamente sobre as limitações de despesas que recairão sobre os servidores públicos até dezembro de 2021.

Assim, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de conceder qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública, com base no inciso I do art. 8º.

Detalhamos, a seguir o comparativo de revisões implementadas nos anos de 2010 a 2020, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.4.6.e – Reajustes Anuais dos Servidores de 2010 a 2020 (%)

Ano	Mês	Percentual	INPC*
2010	Maio	5,00	4,77
2011		7,00	6,36
2012		7,5%**	5,47
2013		7,00	6,77
2014		5,70	5,38
2015		7,95	7,67
2016		11,08	11,08
2017		6,58	6,57
2018		2,07	2,07
2019		1,00	3,43
2020		0,0	3,57

* Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.6.e – Reajustes Anuais dos Servidores de 2010 a 2020 (%)

Ano	Mês	Percentual	INPC*
-----	-----	------------	-------

** Aprovação do novo PCCR.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento

Segue, abaixo, o comparativo de despesa com pessoal *versus* receita corrente líquida relativo aos anos de 2010 a 2020:

Tabela 5.4.6.f – Evolução de Despesa de Pessoal 2010-2020.

Ano	Valor da Folha, em (milhões R\$)	Var. Δ Despesa Pessoal, em (%)	Relação Despesa Pessoal/RCL, em (%)
2010	67.867	-	1,75
2011	71.310	5,07	1,57
2012	81.300	14,01	1,63
2013	90.132	10,86	1,69
2014	105.110	16,62	1,63
2015	119.040	13,12	1,83
2016	121.161	1,78	1,66
2017	134.679	11,16	1,87
2018	139.589	3,65	1,94
2019	119.233	-14,58	1,62
2020	117.211	-1,69%	1,43

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, citando Departamento Contabilidade e Finanças

RELATÓRIO DE GESTÃO

Área de Promoção e Assistência a Saúde

A Área de Promoção e Assistência a Saúde do MPTO realiza estudos, ações de prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde relacionada ao trabalho. As atividades conduzidas em prol da saúde dos servidores e membros do MPTO visam principalmente reduzir as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho e proporcionar melhor qualidade de vida aos integrantes desta Instituição.

Os processos e dados de avaliação de riscos à saúde vêm sendo documentados, visando traçar um perfil de causas de afastamentos, e, assim, alinhar diretrizes para o desenvolvimento de uma política de saúde ocupacional no MPTO.

As ações relacionadas à prevenção, assistência e vigilância aos agravos à saúde implementadas no período de 2016 a 2020 são apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 5.4.6.g – Ações de Melhoria do Clima Organizacional – 2016/2020 (em unid.)

Tipo	Ano, (em unid)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Acompanhamento de casos suspeitos e confirmados – Covid 19	-	-	-	-	179
Acupuntura	602	-	-	-	-
Aferição de pressão arterial	189	202	183	532	-
Análise do ambiente de trabalho	15	21	51	47	45
Atividades enfermagem prevenção/DST	1.800	1.008	1.203	1.500	234
Atividades odontológicas de prevenção	153	-	-	-	132
Balance	-	-	-	-	-
Barra de acces	-	-	-	44	-
Bioimpedância	-	202	-	143	-

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.6.g – Ações de Melhoria do Clima Organizacional – 2016/2020 (em unid.)

Tipo	Ano, (em unid)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Bota de compressão	-	-	-	08	-
Cálculo de índice de massa corpórea	149	202	174	726	-
Cuidados faciais	43	26	37	10	-
Dança – Zumba	-	-	-	-	-
Curso Educação Alimentar (Cozinha Brasil)	-	-	-	-	-
Demonstração de alimentação saudável	250	-	-	-	-
Dinâmica de relaxamento	20	-	-	-	-
Exercícios	-	-	-	-	-
Frequência cardíaca	-	202	-	-	-
Cálculo de índice de massa corpórea – Projeto Você é único e X Semana da Saúde	-	-	-	726	-
Manicure e spa dos pés	-	-	-	17	-
Peso – Projeto Você é único e X Semana da Saúde	-	-	-	726	-
Estatura – Projeto Você é Único e X Semana da Saúde	-	-	-	726	-
Saturação de oxigênio – Projeto Você é Único	-	-	-	532	-
Ginástica Laboral/ Grupo de Vivências Corporais	373	544	448	456	63
Imunização-Vacinas	24	223	210	-	170

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.6.g – Ações de Melhoria do Clima Organizacional – 2016/2020 (em unid.)

Tipo	Ano, (em unid)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Ioga	25	-	-	-	-
Jump	-	-	-	-	-
Maquiagem	10	-	11	08	-
Massagem corporal	34	49	64	10	-
Medidas da circunferência abdominal	149	202	91	532	-
Muay Thai	-	-	-	-	-
Oficinas e palestras	-	358	286	203	-
Orientações com nutricionista	-	-	-	-	-
Orientação ergonômica	15	21	65	-	-
Pilates	-	-	-	-	-
Prevenção e controle – Covid 19	-	-	-	-	577
Reiki	-	-	-	19	-
Saturação de oxigênio	-	202	-	-	--
Shiatsu terapia	-	-	-	-	-
Testes rápidos Covid 19	-	-	-	-	838
Verificação de glicemia	147	202	345	73	-
Workshop	66	-	-	-	-
Total	3.911	3.664	3.168	7.038	-

RELATÓRIO DE GESTÃO

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

As ações desenvolvidas na área de saúde amparam-se em abordagens coletivas que possam influenciar ou modificar hábitos individuais e culturas organizacionais, de maneira a favorecer os espaços de convivência e de promoção de saúde, fortalecendo a autonomia dos servidores e contribuindo com suas competências e habilidades.

No decorrer de 2020, foram realizadas diversas ações em prol da saúde do servidor, mediante oferta de serviços como verificação de pressão arterial, dosagem de glicemia capilar, medida do índice de biomassa corporal (IMC), peso, altura e bioimpedância. A seguir, um comparativo de atendimentos relativos aos anos de 2016 a 2020:

Tabela 5.4.6.h – Comparativo de Atendimentos – 2016/2020, em (unid.)

Tipo	Ano, (em unid.)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Atendimento – Remoto Fisioterapia	-	-	-	-	45
Atendimento – Presencial Fisioterapia	1.209	1.181	1.134	1.245	210
Atendimento Presencial – Psicologia	74	254	345	238	49
Atendimento em Grupo – Psicologia	22	69	-	-	-
Atendimento Presencial - Medicina	1.053	1.025	976	812	112
Atendimento Remoto - Medicina	-	-	-	-	218
Atendimento Presencial – Odontologia	701	662	955	771	132
Atendimento Remoto – Psicologia	-	-	-	-	436
Atendimento Presencial - Enfermagem	3.007	1.449	1.774	1.611	641
Enfermagem/Serviços assessoria ao CAOP da Mulher (DNA)	82	41	39	48	01
Gravação de vídeo Fisioterapia	-	-	-	04	-

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.6.h – Comparativo de Atendimentos – 2016/2020, em (unid.)

Tipo	Ano, (em unid.)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Gravação de vídeo Psicologia	-	-	-	04	-
Junta Médica Oficial do Estado – Perícias Médicas – a partir de abril de 2016.	241	474	-	-	-
Perícias médicas	-	-	09	15	14
Procedimentos de Enfermagem	-	-	-	4.833	-
Pareceres médicos	-	-	411	372	213
Pareceres Fisioterapêuticos	03	-	-	-	-
Visitas técnicas – Enfermagem	-	-	08	01	-
Visitas técnicas – Fisioterapia	-	-	01	01	05
Visitas técnicas – Médica	-	-	-	-	-
Visitas técnicas – Psicologia	01	-	16	01	-
Total	6.393	5.155	5.668	9.956	

Fonte: Setor de Saúde / Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento.

No decorrer de 2020, a Área de Promoção e Assistência a Saúde do MPTO realizou a distribuição de álcool em gel, máscaras descartáveis e de tecido e protetores faciais. Os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são disponibilizados nos edifícios do MPTO para serem utilizados de acordo com a necessidade de cada um dos servidores profissionais terceirizados e membros. Assim, essa ação visa reforçar a proteção dos integrantes da instituição.

A intenção foi prevenir o contágio de membros e servidores pelo novo coronavírus, manter a regularidade dos serviços do MPTO e contribuir para a moderação dos resultados epidemiológicos no Estado.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Para as atividades presenciais urgentes, também foi garantida a presença de ao menos um servidor em cada unidade do Ministério Público ou departamento em que haja a necessidade, em sistema de rodízio.

O atendimento ao público foi suspenso na modalidade presencial, continuou sendo realizado por telefone e e-mail, inclusive com a possibilidade do recebimento de ligações a cobrar. Coube exceção para os casos urgentes, aos quais se aplicou-se o atendimento presencial.

Além de estabelecer temporariamente o teletrabalho, o Ato Conjunto PGJ - CGMP nº 003/2020 suspendeu as sessões e reuniões dos órgãos colegiados da administração do MPTO, os atos relacionados aos acordos de não persecução penal e a realização de eventos nas dependências da instituição.

A ação seguiu as medidas administrativas anteriores de prevenção ao contágio da Covid-19, garantindo o funcionamento dos serviços ministeriais e o pleno acesso à instituição nesta situação emergencial, sem negligenciar a necessidade de prevenir o contágio pelo novo coronavírus.

A medida foi preventiva e tomada após a constatação do aumento de casos da Covid-19, em Palmas e diversas regiões, comprovado pelo número de internações nos hospitais dessas localidades. Conforme o Ato, cada unidade do MPTO manteve seus canais de atendimento remoto, de modo a garantir a continuidade dos serviços relacionados à atividade-fim plenamente acessíveis à coletividade.

5.4.7 Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação

Para o alcance dos resultados para a sociedade e dos resultados institucionais contemplados pelo planejamento do MPTO, foram reservados no mapa estratégico dois campos destinados ao Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação, norteado pelas seguintes metas:

- a) aprimorar e informatizar as rotinas administrativas; e
- b) ter sistemas de tecnologia da informação adequados para os órgãos de execução e unidades administrativas, que auxiliem no controle e na tomada de decisões.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.7 - Recursos humanos de TI no MPTO

Departamento / Área	Sigla	Tipo de contratação	Localidade	Quantidade
Chefia do Departamento de T.I.	DMTI	Efetivo/Comissionado	Palmas	01
Secretaria		Terceirizada	Palmas	01
Área de Controle de Equipamento, Manutenção e Atendimento	ACEMA	Comissionado	Palmas	01
		Efetivo	Palmas	04
		Efetivo	Gurupi	01
		Efetivo	Araguaína	01
		Terceirizado	Palmas	01
		Estagiário	Palmas	00
Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas	ADS	Comissionado	Palmas	05
		Efetivos	Palmas	04
		A Disposição	Palmas	02
		Estagiário	Palmas	00
Área de Banco de Dados	ABD	Comissionado	Palmas	01
		Efetivo	Palmas	01
Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação	RTSI	Efetivo/Comissionado	Palmas	01
		Efetivo	Palmas	02
		A Disposição	Palmas	01
Área de Modernização e	MITI	A Disposição	Palmas	02

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.7 - Recursos humanos de TI no MPTO

Departamento / Área	Sigla	Tipo de contratação	Localidade	Quantidade
Inovação de TI		Efetivo	Palmas	01
Total de Servidores em TI				30
Total de Servidores no DMTI				28

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.7.a - Processos, Contratos e Documentos Emitidos

Item	Descrição	Ano, (em unid.)					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	E-doc	785	1.754	2.482	3.290	2.797	3094
2	Memorandos	350	824	915	94	96	61
3	Ofícios	180	123	117	34	-	-
4	Despacho	137	110	170	53	93	-
5	Processos Administrativos	38	48	57	74	79	68
6	Contratos em vigência	25	34	41	47	36	42
7	Processos e Estudos	34	28	37	31	-	-
Total		3.564	4.937	5.836	5.641	3.101	3265

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Obs.:

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Os técnicos de TI de Araguaína e Gurupi não pertencem ao quadro do DMTI, os mesmos são lotados nas referidas comarcas e subordinados aos coordenadores de cada localidade.
2. 02 (dois) programadores estão afastados, um por constantes atestados médicos e outro para tratar de assunto de interesse particular por 02 (dois) anos.

Tabela 5.4.7.b - Necessidade de pessoal de TI

Área	Percentual (%)	Quantidade Ideal	Quadro Atual	Necessidade
ABD	11,90 %	03	02	1
ACEMA	19,80 %	08	06	2
ADM e CHEFIA	7,50%	02	02	0
ADS	52,80 %	24	11	13
MITI	4,00%	03	03	0
RTSI	4,00%	05	04	1
Total	-	45	28	17

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI.

Observação: Quantidade necessária, de acordo com o estudo realizado pela GARTNER e recomendado pelo CNMP, apenas para manter a estrutura atual de TI, considerando o número de clientes que utilizam o serviço de TI (970), onde 3,88% desse total devem ser de profissional de TI.

Tabela 5.4.7.c - Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados

Item	Descrição	Ano, (em unid.)					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
01	Computadores	04	106	16	52	103	250
02	Monitor LCD	-	216	32	104	206	298
03	Nobreaks	-	126	32	52	103	350

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.7.c - Aquisição de Equipamentos de Processamento de Dados

Item	Descrição	Ano, (em unid.)					
04	Notebooks	0	0	0	120	130	45
05	Estabilizadores	-	11	10	25	-	-
06	Impressora a laser	-	-	-	25	-	-
07	Impressora multifuncional	-	11	10	-	29	49
8	Scanner profissional	-	08	04	05	10	18
09	Switch 48 portas 10/100/1000	04	02	04	10	30	04
10	Suporte monitor	-	-	-	-	-	-
11	Datashow	-	-	-	-	-	-
12	Servidores de rede	-	01	01	02	15	-
13	Servidores microtorre	-	-	-	-	-	-
14	Storage com capacidade de 30 TB	-	-	01	-	01	-
15	Token	-	-	12	-	-	-
16	Unidade de backup robotizada	-	-	-	-	-	-
Total		8	481	122	395	627	1.014

Obs.: O índice de defasagem de equipamentos é 24,17%, a menor registrado pelo DMTI, sem considerar a previsão de compra de mais 75 kits completos até o final de 2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.7.d - Principais Equipamentos Enviados para Baixa Patrimonial

Item	Descrição	Ano, (em unid.)			
		2017	2018	2019	2020
1	Computador	66	95	63	39
2	Monitor	68	126	86	64
3	Impressoras	22	41	09	21
4	Nobreaks	44	70	53	36
5	Notebooks	08	03	03	05
6	Escâner	10	08	03	09
Total		218	343	217	174

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.7.e - Movimentações de equipamentos realizadas

Item	Descrição	Ano, (em unid.)			
		2017	2018	2019	2020
1	Computador	296	308	133	80
2	Monitor	473	493	207	142
3	Impressoras	134	152	44	45
4	Nobreaks	638	507	338	158
5	Notebooks	15	18	09	8
6	Escâner	34	31	09	21

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.7.e - Movimentações de equipamentos realizadas

Item	Descrição	Ano, (em unid.)			
		Total	1.590	1.509	740

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.7.f - Quantitativo de atendimentos realizados

Ano, (em unid.)								
2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2.815	3.069	3.121	3.233	3.809	3.748	4.547	7.088	613

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

O MPTO dispõe de diversos sistemas de informação que apoiam as suas atividades-fim e meio. Os sistemas de informação amparam a operação dos diversos órgãos da Instituição e frequentemente passam por melhorias, sejam evolutivas ou corretivas. Segue a lista dos sistemas e serviços, assim como sua finalidade, linguagem e banco de dados:

Quadro 5.4.7.g - Principais Atividades de Análise e Desenvolvimento de Softwares

Item	Tipo	Descrição
1	Configurações	Atividades relacionadas à preparação de ambientes e servidores para suportar as aplicações desenvolvidas / implantadas pela Área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Banco de Dados.
2	Estudos	Atividades relacionadas a estudos ligados a novos projetos ou implementações de alto impacto em nossos sistemas.
3	Funcionalidades	Atividades desenvolvidas relacionadas a novas funcionalidades disponibilizadas para nossos clientes.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.7.g - Principais Atividades de Análise e Desenvolvimento de Softwares

Item	Tipo	Descrição
4	Módulos	Atividades relacionadas à implementação de novos módulos de sistema.
5	Problemas	Atividades relacionadas à correção de problemas, de relatório ou de funcionalidade que esteja ocorrendo em nossos sistemas.
6	Processos	Atividades realizadas que possuem um fluxo e uma frequência já definida, tendo, esta, seu ciclo de vida estimado.
7	Relatórios	Atividades relacionadas a reuniões realizadas por esta equipe, internamente ou com outros departamentos, relacionados a demandas apresentadas por nossos clientes.
8	Reuniões	Atividades relacionadas a reuniões realizadas por esta equipe, internamente ou com outros departamentos, relacionados a demandas apresentadas por nossos clientes.
9	Suportes	Atividades relacionadas a suporte ao usuário, na utilização dos sistemas ou atualizações simples apresentadas como demandas pelos mesmos.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.7.h - Atividades Realizadas em Desenvolvimento de Sistemas, em 2015 a 2020

Item	Tipo de atividades	Ano, (em unid.)					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
1	Configurações	-	03	11	17	15	-
2	Estudos	52	50	51	54	74	-
3	Funcionalidades	648	668	519	730	1.206	719
4	Módulos	-	04	01	01	-	-
5	Problemas	120	315	288	367	-	-

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.7.h - Atividades Realizadas em Desenvolvimento de Sistemas, em 2015 a 2020

Item	Tipo de atividades	Ano, (em unid.)					
		2015	2016	2017	2018	2019	2020
6	Processos	-	01	13	01	02	-
7	Relatórios	-	58	38	94	409	-
8	Reuniões	1	1	25	37	78	-
9	Suportes	73	73	102	226	-	946
Total		894	1.173	1.048	1.527	1.784	1754

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.7.i - Quantitativo de Sistemas Mantidos, em 2018/2020

Item	Descrição	Ano, (em unid.)		
		2018	2019	2020
1	Sistemas próprios e implantados	50	56	58
2	Sistemas próprios em desenvolvimentos	09	15	18
3	Sistemas de terceiros cedidos ao MP/TO	10	15	15
4	Sistemas aguardando desenvolvimento	27	31	20
Total		96	117	111

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Podemos destacar que o processo de informatização de um órgão gera uma grande demanda por sistemas, os quais servirão para tomada de decisão e também como

RELATÓRIO DE GESTÃO

parâmetro de controle. Atualmente, a definição de prioridades é determinada pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI), conforme estabelece a Resolução CNMP no 70 do CNMP. Descrevem-se, abaixo, projetos que se encontram na fila para aprovação do CETI e posterior desenvolvimento:

Quadro 5.4.7.j - Projetos de Desenvolvimento de Sistemas em Andamento

Item	Sistema / Funcionalidades / Necessidades
1	Início do desenvolvimento do Sistema Integrado do Ministério Público para integrar todos os sistemas judiciais e extrajudiciais;
2	Atualização e melhorias do SIACMP para atender recomendação da CPSI;
3	Sistema de sorteio e distribuição geral para atender necessidade do CSMP e CPJ;
4	Melhorias no sistema de gestão de contratos;
5	Melhorias e nova funcionalidades no E-EXT atendendo, priorização do CETI;
6	Melhorias no portal do cidadão, atendendo priorização do CETI;
7	Melhorias no sistema de diárias para adequação ao novo ATO;
8	Melhorias no sistema e-doc e protocolo eletrônico para adequação a recomendação do CNMP e CPDS;
9	Mudanças e novas funcionalidades no e-social para atender determinações do governo federal;
10	Migração do athenas para python 3;
11	Migração do athenas para django 2;
12	Readequação de Hotsites para novo layout do site;
13	Migração do portal da transparência;
14	Sistema de folgas e usufrutos;
15	Manutenção de sistema já em uso;

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.7.j - Projetos de Desenvolvimento de Sistemas em Andamento

Item	Sistema / Funcionalidades / Necessidades
16	Modernização do Gestor de Partes;
17	Melhoria no cadastro das partes, utilizando inteligência artificial;
18	Identificação e normalização de cadastros duplicados;
19	Documentação do ambiente de desenvolvimento;
20	Adequações no sistema para LGPD;
21	Adequações no sistema para LAI;
22	Manutenção no Sistema EPROC (Core);
23	Manutenção no módulo MPTO do EPROC;
24	Implementação do eSocial;
25	Melhoria nos cálculos da folha de pagamento;
26	Desempenho;
27	Assertividade;
28	Implantação do Athenas no Ministério Público do estado do Mato Grosso;
29	Manutenção do servidor de banco de dados;
30	Melhorar disponibilidade;
31	Performance;
32	Atualização do sistema de emissão de relatórios;
33	Importação do restante dos dossiês do sistema Arquimedes para o Athenas;

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.7.j - Projetos de Desenvolvimento de Sistemas em Andamento

Item	Sistema / Funcionalidades / Necessidades
34	Disponibilização de informação para sistema de BI do LabGeo;
35	Implementações de melhorias no sistema Extrajudicial;
36	Implementação da cultura DevOps.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Observação: Atualmente as definições de prioridades são definidas pelo CETI (Comitê Estratégico de TI), conforme resolução 70 do CNMP.

Além do desenvolvimento de softwares, o DTMI é responsável por implantar e monitorar a rede de computadores, ou seja, os equipamentos devem ser mantidos funcionando corretamente, bem como implantar novas soluções, auxiliar no suporte ao usuário, criar rotinas de manutenção e monitorar recursos.

Assim, destacamos as atividades da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação, em 2020:

- a) Planejar, organizar, monitorar e coordenar a integração entre as áreas do DMTI por meio do mapeamento e adesão de processos de TI;
- b) Assegurar a conformidade dos processos de TI executados no DMTI;
- c) Propor ações direcionadas ao aprimoramento da Governança e Gestão de TI;
- d) Produzir diagnósticos, estudos e avaliações a respeito da gestão TI, com a finalidade de:
- e) Incrementar a eficiência nas áreas de TI;
- f) Desenvolver a melhoria contínua dos processos estabelecidos;
- g) Produzir informações de inteligência estratégica para subsidiar a tomada de decisões.
- h) Capacitação e desenvolvimento das competências dos colaboradores do DMTI, gerando habilidades para:
- i) Manter os processos de TI estabelecidos;
- j) Desenvolver a cultura de gestão por processos;
- k) Cumprir os papéis estabelecidos nos processos de TI.

RELATÓRIO DE GESTÃO

- l) Direcionar e orientar o DMTI na preparação, articulação e coordenação no estabelecimento de processos de TI, alinhando-os com o Plano Estratégico de TI (PETI);

De pouco serviriam os sistemas e bancos de dados, se não houvesse uma rede em que os pulsos eletrônicos pudessem trafegar. A seguir, apresentam-se algumas informações da de Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Tabela 5.4.7.k - Informações da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação - Enlace de dados (LINK)

Item	Enlace de Dados	Ano, (em unid.)			
		2017	2018	2019	2020
1	Links Internet de 2 Mbps - MPLS	33	29	15	07
2	Links Internet de 4 Mbps - MPLS	-	04	02	02
3	Links Internet de 8 Mbps - MPLS	06	06	04	04
4	Links Internet de 10 Mbps - MPLS	02	02	18	26
5	Links Internet de 20 Mbps - MPLS	-	-	03	03
6	Links Internet de 200 Mbps – Link Dedicado	01	01	-	-
7	Links Internet de 400 Mbps – Link Dedicado	-	-	01	01
Total de Localidade com link de dados		42	42	43	43

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.7.l - Informações da Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação – Ativos de Rede Gerenciados

Ativos de Redes	Ano, (em unid.)			
	2017	2018	2019	2020
Switches	70	70	90	90
Solução de Segurança	43	43	44	44
Access Point	52	52	94	94
Servidores de rede	19	16	16	16
Micro servidor de rede	12	12	25	25
Storages	03	02	02	02
Fitoteca de backup	01	01	01	01

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

Tabela 5.4.7.m - Principais Atividades Realizadas em 2020 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Item	Atividades
1	Participação na instalação e configuração do novo datacenter;
2	Instalação e configuração de novos switches;
3	Instalação e configuração dos certificados SSL de todos os servidores web;
4	Atualização de Sistema Operacional dos servidores;
5	Instalação e configuração do firewall NS 5650;
6	Atualização sistema SEI;

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.7.m - Principais Atividades Realizadas em 2020 pela Área de Redes, Telecomunicações e Segurança da Informação.

Item	Atividades
7	Capacitação dos servidores para utilização da plataforma de videoconferência WEBEX cisco;
8	Implementação da estrutura de VPN para acesso remoto;
9	Configuração dos servidores das comarcas do interior;
10	Realização de backups, verificação e preservação das informações.

Fonte: Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação – DMTI

5.4.8 Departamento Administrativo

O Departamento Administrativo constitui órgão de apoio administrativo, e é formado pelos profissionais ligados às áreas de manutenção predial e suporte ao usuário. O departamento tem um papel fundamental no desenvolvimento da Instituição, pois é responsável por todas as atividades relacionadas ao bom funcionamento da estrutura física.

Dessa forma, tem a função de planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de apoio administrativos necessários ao funcionamento do MPTO, com ênfase na gestão de material e patrimônio, transportes, serviços gerais e manutenções, compras e contratos administrativos.

Destaca-se, ainda, por gerenciar todos os serviços que são prestados por empresas terceirizadas no âmbito do MPTO, como serviço de energia elétrica, fornecimento de água, manutenção e conservação dos ambientes físicos (internos e externos), bem como os serviços terceirizados de limpeza dos ambientes, recepção, telefonista, reprografia, manutenção predial, jardinagem, copa e vigilância armada.

O Departamento Administrativo possui a seguinte estrutura organizacional:

- a) Área de Patrimônio;

RELATÓRIO DE GESTÃO

- b) Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial;
- c) Área de Transportes;
- d) Área de Almoxarifado;
- e) Área de Compras;
- f) Área de Suporte de Serviços Administrativos.

Área de Patrimônio

A Área de Patrimônio tem dentre suas atribuições a gestão patrimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, que é realizada por meio da previsão, aquisição, afetação/tombamento, alocação e realocação de bens patrimoniais.

Durante o exercício de 2020, foram empreendidos esforços para atender às diversas demandas aportadas nesta Área, sempre pautados pelo objetivo estratégico de obter infraestrutura adequada que possibilitasse aos membros, servidores e à sociedade em geral ambiente confortável e acessivo.

Assim, dentre as atividades desenvolvidas, destacamos a execução do projeto de adequação da infraestrutura mobiliária das Promotorias de Justiça de 3ª entrância e as baixas patrimoniais por irrecuperabilidade, obsolescência e antieconomicidade.

Apresentamos, a seguir, processos/atas e contratos fiscalizados pela área, conforme detalhamos a seguir:

Tabela 5.4.8 - Processos/Atas Contratos Fiscalizados, em 2020

Item	Objeto do Contrato	Tipo do Instrumento Contratual	Total	Média Mensal
1	Aquisição de Aparelhos de Televisão	ATA Nº 050/2020	R\$ 52.595,48	R\$ 4.382,96
2	Aquisição e Instalação de Condicionadores de Ar, Tipo Split	ATA Nº 022/2020 ATA Nº 047/2019	R\$ 916.888,42	R\$ 76.407,37
3	Aquisição de Mobiliários	ATA Nº 003/2020 ATA Nº 004/2020	R\$ 1.280.789,25	R\$ 106.732,42

RELATÓRIO DE GESTÃO

		ATA Nº 087/2019		
4	Aquisição de Purificadores de água Natural e Gelada	ATA Nº 108/2019	R\$ 13.050,00	R\$ 1.087,50
5	Aquisição de Equipamentos de áudio, Vídeo, Foto, Utensílios para Escritório, Eletrodomésticos e Móveis para Copa/Cozinha	ATA Nº 091/2019 a ATA Nº 095/2019	R\$ 43.933,03	R\$ 3.661,09
6	Aquisição de Armários Tipo Roupeiro	ATA Nº 073/2019	R\$ 13.153,00	R\$ 1.096,08
Total			R\$ 2.320.409,18	R\$ 193.367,43

Fonte: Área de Patrimônio

As aquisições realizadas durante este período buscaram suprir as necessidades de cada solicitação, de acordo com as possibilidades orçamentárias e financeiras do Órgão. Destacamos, entre os bens adquiridos, os seguintes: equipamentos de processamento de dados; utensílios domésticos e mobiliários em geral, sempre buscando proporcionar infraestrutura adequada aos membros, servidores e aos cidadãos que procuram os serviços do MPTO.

Tabela 5.4.8.a - Bens Adquiridos – Por Grupo de Espécie, 2016/2020.

Item	Especificações	Ano, em (R\$)				
		2016	2017	2018	2019	2020
1	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	40.146,00	-	370,00	108.718,74	7.639,00
2	Carros de Combate	-	-	-	0,00	328.900,00
3	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Lab. e Hospitalares	348,00	1.295,60	4.900,00	666,49	6.967,98
4	Aparelhos e Utensílios	277.942,15	22.939,45	139.288,92	204.049,79	702.668,29

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.8.a - Bens Adquiridos – Por Grupo de Espécie, 2016/2020.

Item	Especificações	Ano, em (R\$)				
		2016	2017	2018	2019	2020
	Domésticos					
5	Máquinas e Equipamentos Gráficos	6.289,80	5.340,00	-	7.600,00	18.620,80
6	Equipamentos P/ Áudio, Vídeo e Foto	2.093,90	38.610,51	51.416,63	50.877,80	135.699,24
7	Equipamentos de Tecnologia da Informação	788.572,54	1.551.447,31	1.591.441,52	2.723.715,46	1.837.213,55
8	Máquinas e Utensílios P/ Escritório	2.690,00	-	-	0,00	0,00
9	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	624,00	861,19	5.650,00	2.838,85	2.524,50
10	Mobiliário em Geral	461.715,60	44.947,00	445.301,06	882.869,23	1.193.521,76
11	Veículos de Tração Mecânica	789.937,91	-	411.200,00	946.659,20	1.459.753,34
12	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	-	8.099,80	-	1.500,00	0,00
13	Aparelhos e Instrumentos Téc. de Medição, Teste e Controle	-	3.000,00	-	1.220,00	8.081,25
14	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	40.146,00	-	370,00	108.718,74	7.639,00
15	Carros de Combate	-	-	-	0,00	328.900,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.8.a - Bens Adquiridos – Por Grupo de Espécie, 2016/2020.

Item	Especificações	Ano, em (R\$)				
		2016	2017	2018	2019	2020
16	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Lab. e Hospitalares	348,00	1.295,60	4.900,00	666,49	6.967,98
17	Outros	-	-	12.457,90	0,00	0,00
Total		2.387.428,99	1.679.939,16	2.672.025,63	4.930.715,56	5.705.573,75

Fonte: Siafe-TO, Área de Patrimônio / Departamento Administração

Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial

Destacamos as atividades desenvolvidas pela Área de Manutenção no exercício 2020, procuramos atender todas as demandas da Sede e das Promotorias do interior do Estado do Tocantins, com maior brevidade e prezando pela excelência nos serviços prestados.

Atualmente o setor é responsável pela manutenção, serviços gerais e segurança predial da sede da Procuradoria-Geral de Justiça, Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça e das 40 (quarenta) Promotorias do interior, fiscalizar, gerenciar e controlar o contrato de prestação dos serviços de limpeza e conservação, vigilância armada, serviço de monitoramento, manutenção preventiva e corretiva central de condicionados de ar da sede da PGJ, manutenções preventiva e corretiva dos elevadores entre outras atividades.

Tabela 5.4.8.b – Serviços de limpeza, higiene e outros 2020, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade	Valor, em (R\$)	Var (%)
Artífice	05	R\$ 31.666,50	7,66%
Ajudante de artífice	03	R\$ 9.139,98	2,21%
Copeiro	06	R\$ 18.044,45	4,36%
Jardineiro	01	R\$ 4.080,72	0,99%

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.8.b – Serviços de limpeza, higiene e outros 2020, em (R\$).

Nível Funcional	Quantidade	Valor, em (R\$)	Var (%)
Recepcionista	31	R\$ 105.252,40	25,45%
Porteiro	10	R\$ 35.029,81	8,47%
Servente de Limpeza	65	R\$ 204.917,07	49,56%
Encarregado	01	R\$ 5.358,38	1,30%
Despesas com Diárias	-	R\$ 100.246,95	-
Total		R\$ 413.489,31	100,00%

Fonte: Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial / Departamento Administrativo

Em relação ao serviço de vigilância armada executado nas dependências e unidades pertencentes à PGJ, segue seu detalhamento:

Tabela 5.4.8.c Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2020 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$)	Valor anual, em(R\$)	Em, (%)
	Noturno	Diurno			
Almas	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Ananás	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Araguatins	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Araguacema	-	01	5.936,64	71.239,68	1,75
Araguaçu	-	01	5.936,64	71.239,68	1,75

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.8.c Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2020 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$)	Valor anual, em(R\$)	Em, (%)
	-	01			
Alvorada	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Araguaína	01	-	13.429,19	161.150,28	3,96
	-	01	12.009,12	144.109,44	3,54
Augustinópolis	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Aurora	-	01	5.936,64	71.239,68	1,75
Arapoema	-	01	6.431,94	72.632,40	1,90
Arraias	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Colinas do Tocantins	-	01	6.363,77	76.365,24	1,88
Colmeia	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Cristalândia	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Dianópolis	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Figueirópolis	-	01	5.936,64	71.239,68	1,75
Filadélfia	-	01	5.936,64	71.239,68	1,75
Formoso do Araguaia	-	01	6.501,59	78.019,08	1,92
Goiatins	-	01	5.936,64	71.239,68	1,75
Guaraí	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Gurupi	-	01	12.293,28	147.519,36	3,63

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.8.c Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2020 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$) 13.744,44	Valor anual, em(R\$) 164.933,28	Em, (%) 4,06
	01	-			
Itacajá	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Itaguatins	-	01	6.359,80	76.317,60	1,88
Miracema do Tocantins	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Miranorte	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Natividade	-	01	6.501,59	78.019,08	1,92
Novo Acordo	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Palmeirópolis	-	01	5.936,64	71.239,68	1,75
Ponte Alta	-	01	5.936,64	71.239,68	1,75
Palmas (PGJ e Promotorias)	-	02	24.629,56	295.554,72	7,27
	01	-	13.765,71	165.188,52	4,06
Paraíso do Tocantins	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Paraná	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Pedro Afonso	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Peixe	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Pium	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Porto Nacional	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.8.c Detalhamento dos Serviços de Vigilância Armada 2020 em (R\$).

Localidades	Tipo de Postos		Valor mensal, em(R\$) 13.399,43	Valor anual, em(R\$) 160.793,16	Em, (%) 3,95
	01	-			
Taguatinga	-	01	6.431,94	77.183,28	1,90
Tocantinópolis		01	6.431,94	77.183,28	1,90
Xambioá	-	01	6.572,76	78.873,12	1,94
Wanderlândia	-	01	5.936,64	71.239,68	1,75
Total	4	41	338.838,12	4.132.746,24	100,00

Fonte: Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial / Departamento Administrativo

Em relação à gestão de bens imóveis de uso especial, segue o quadro abaixo organizado em três partes: distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da PGJ; bens imóveis locados de terceiros e cedidos pelo Poder Judiciário do Estado do Tocantins ao MPTO. A distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da PGJ é constituída por 44 imóveis, localizados em quarenta e dois municípios do Estado.

Quadro 5.4.8.d – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial, em 2020.

Localidade		Situação
TOCANTINS	Almas	2
	Alvorada	2
	Ananás	2
	Araguacema	2
	Araguaçu	2
	Araguaína	3

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.8.d – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial, em 2020.

Localidade	Situação
Araguatins	3
Arapoema	2
Arraias	3
Augustinópolis	3
Aurora do Tocantins	2
Colinas do Tocantins	3
Colmeia	3
Cristalândia	2
Dianópolis	3
Figueirópolis	2
Filadélfia	2
Fормoso do Araguaia	2
Goiatins	2
Guaraí	3
Gurupi	3
Itacajá	2
Itaguatins	2
Miracema do Tocantins	3

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.8.d – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial, em 2020.

Localidade	Situação
Miranorte	3
Natividade	3
Novo Acordo	2
Palmas (PGJ e Promotorias)	3
Palmas (Anexo I)	3
Palmeirópolis	2
Paraíso do Tocantins	3
Paraná	3
Pedro Afonso	3
Peixe	3
Pium	2
Ponte Alta do Tocantins	2
Porto Nacional	3
Taguatinga	3
Tocantínia	2
Tocantinópolis	3
Wanderlândia	2
Xambioá	2

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.8.d – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial, em 2020.

Localidade	Situação
Total de Prédios Cedidos (1)	0
Total de Prédios Locados (2)	21
Total de Prédios Próprios (3)	21

Fonte: Departamento Administrativo

Área de Transportes

Atualmente, a Procuradoria-Geral de Justiça tem uma frota de 38 veículos, próprios e 04 cautelados, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários e caminhões alocados nas diversas unidades desta Instituição, com idade média da frota de 4,19 anos.

Objetivando cumprir o planejamento estratégico / projeto de renovação e ampliação no exercício 2020, fora licitado e solicitada a aquisição de 10 veículos novos, sendo emitida a requisição de fornecimento, empenhado e contratado em dezembro 2020, ficando a entrega para o exercício seguinte. Informamos que os veículos se divide-se em 02 (dois) SUV GM Trail Blazer LTZ 2.8 Diesel, 03 (três) GM Cruze Sedan Ecotec LT, 01 (um) Furgão de Carga Peugeot Expert Diesel, 01 (um) Van Passageiros FIAT Ducato 15 Lugares, 02 (dois) Renault Sandero Hatch 1.6, 01 (um) Renault Logan Sedan 1.6, totalizando R\$ 1.459.753,34.

Para a prestação eficiente desse serviço de transporte, a Procuradoria-Geral de Justiça mantém estrutura de gestores de transporte na Sede com contratos de abastecimento de combustível, manutenção preventiva e corretiva, motoristas, entre outros.

Vale destacar que no decorrer de 2020, foram destinados a desfazimento, via leilão, após passarem por um processo de baixa interna no órgão, 10 veículos oficiais, os quais por serem classificados como antieconômicos, foram substituídos por veículos novos em 2019.

A seguir, o detalhamento de veículos destinados a desfazimento, haja vista que foram classificados como antieconômicos.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.8.e – Relação de Veículos Doados.

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Doação
1	Fiat	Siena EL	MWA-8536	2011/2012	SSP-TO
2	Fiat	Linea Essence	MWP-0244	2012/2012	Polícia Militar do Estado do Tocantins
3	Fiat	Siena EL	MWQ-8246	2011/2012	Polícia Militar do Estado do Tocantins
4	Fiat	Siena EL	MWQ-8386	2011/2012	Polícia Militar do Estado do Tocantins
5	Fiat	Siena	MXG-3114	2010/2011	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (SETAS)
6	Fiat	Siena EL	MWQ-8416	2011/2012	Secretaria da Cidadania e Justiça
7	Fiat	Siena EL	MWO-6906	2011/2012	Secretaria da Cidadania e Justiça
8	Fiat	Linea Essence	MWP-0214	2012/2012	Secretaria da Cidadania e Justiça
9	Fiat	Uno Mille	MWM-1976	2012/2012	Secretaria da Cidadania e Justiça
10	Fiat	Uno Mille	MWM-1996	2012/2012	Prefeitura Municipal de Paraíso do Tocantins

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

A seguir, apresentamos a descrição da frota de veículos à disposição desta Procuradoria-Geral de Justiça, bem como os principais custos associados em 2020, excluídos os veículos destinados a desfazimento.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.8.f – Relação de Veículos MPTO

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local
01	Fiat	Siena EL	MWQ-8396	2011/2012	Gaeco
02		Siena EL	MWQ-8096	2011/2012	Assessoria Militar
03		Línea	MWP-0224	2012/2012	Procuradoria-Geral
04		Uno	MWM-1986	2011/2012	Gaeco
05	Renault	Logan	MWZ-7708	2011/2012	Núcleo Maria da Penha
06	Volkswagen	Gol 1.6	QKE-4704	2016/2017	Gurupi
07		Gol 1.6	QKE-4714	2016/2017	Araguaína
08		Gol 1.6	QKE-4724	2016/2017	Augustinópolis
09		Gol 1.6	QKE-4744	2016/2017	Pedro Afonso
10		Gol 1.6	QKE-4694	2016/2017	Guaraí
11		Gol 1.6	QKG-5867	2016/2017	Tocantinópolis
12		Gol 1.6	QKE-1148	2016/2017	Araguaína
13		Voyage 1.6	QKG-1F64	2016/2017	Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional
14		Voyage 1.6	QKF-9864	2016/2017	Porto Nacional
15		Voyage 1.6	QKF-9884	2016/2017	Procuradoria-Geral
16		Voyage 1.6	QKH-6197	2016/2017	Procuradoria-Geral
17	Voyage 1.6	QKH-6207	2016/2017	Procuradoria-Geral	
18	Ford	Ranger XLS	QKF-1924	2016/2017	Procuradoria-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.8.f – Relação de Veículos MPTO

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local
19		Ranger XLS	QKE-6924	2016/2017	Corregedoria-Geral
20		Cargo 816	QKG-4259	2018/2019	Procuradoria-Geral
21	Mitsubishi	L 200 Triton	QKH-1779	2018/2019	Gaeco
22		L 200 Triton	QKH-1799	2018/2019	Procuradoria-Geral
23		L 200 Triton	QWA-7227	2019/2019	Procuradoria-Geral
24		L 200 Triton	QWB-7027	2019/2019	Procuradoria-Geral
25	Ford	KA Hatch	QWB-0672	2019/2020	Gurupi
26		KA Hatch	QWB-0673	2019/2020	Araguaína
27		KA Hatch	QWB-6147	2019/2020	Miracema do Tocantins
28		KA Hatch	QWB-6151	2019/2020	Araguatins
29		KA Hatch	QWB-6152	2019/2020	Dianópolis
30		KA Hatch	QWC-3057	2019/2020	Porto Nacional
31		KA Hatch	QWC-3066	2019/2020	Paraíso do Tocantins
32		KA Hatch	QWC-3063	2019/2020	Miranorte
33		KA Sedan	QWC-3061	2019/2020	Procuradoria-Geral
34		KA Sedan	QWC-5728	2019/2020	Procuradoria-Geral
35		KA Sedan	QWC-5546	2019/2020	Procuradoria-Geral
36		KA Sedan	QWC-5492	2019/2020	Procuradoria-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO

Quadro 5.4.8.f – Relação de Veículos MPTO

Item	Marca	Modelo	Placa	Ano/Modelo	Local
37		KA Sedan	QWC-5544	2019/2020	Procuradoria-Geral
38		KA Sedan	QWC-7728	2019/2020	Procuradoria-Geral

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

Segue abaixo um comparativo das despesas empenhadas visando à manutenção da frota institucional, nos anos de 2016 a 2020.

Tabela 5.4.8.g – Principais Despesas de Manutenção da Frota, comparativo 2016 a 2020, em (R\$).

Item	Descrição	Ano, em (R\$)				
		2016	2017	2018	2019	2020
1	Combustíveis e lubrificantes	82.166,53	159.940,79	184.895,69	198.743,04	107.896,64
2	Material/Serv. Manutenção	0,00	72.133,92	92.582,63	3.737,05	4.208,65
4	Seguros	53.693,83	46.746,26	54.196,68		78.464,20
5	Serviços de Lava a Jato	9.206,00	9.206,00	9.614,00	-	-
1	Combustíveis e lubrificantes	82.166,53	159.940,79	184.895,69	198.743,04	107.896,64

Fonte: Área de Transportes / Departamento Administrativo.

*Obs.: Despesas com peças e serviços no exercício 2016.

Área de Almoxarifado

Área de Almoxarifado é a unidade responsável pelo recebimento, armazenagem, expedição e distribuição dos materiais. A função maior dessa área é manter a instituição sempre abastecida de bens de consumo, ou seja, fornecer materiais de forma contínua e sem interrupções para as diversas unidades administrativas da instituição.

O setor está localizado no Anexo I da Procuradoria-Geral de Justiça, com ótimas instalações, mobiliários e equipamentos novos, com alto nível de segurança. Dispõe de 03 (três) servidores efetivos.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A seguir, apresentamos o comparativo de despesas e consumo anual de itens de Almojarifado do MPTO, em 2020.

Tabela 5.4.8.h - Consumo almojarifado MPTO				
Item	Descrição	Elemento de Despesa	Total	Média Mensal
1	Aquisição de Aparelhos telefônicos	33.90.30	R\$ 8.000,00	R\$ 800,00
2	Aquisição de Gêneros Alimentícios, Copa e cozinha	33.90.30	R\$ 20.000,00	R\$ 2.000,00
3	Aquisição de Material de Expediente / Capas de Processos e Envelopes	33.90.30	R\$ 38.000,00	R\$ 3.800,00
4	Aquisição de Materiais para Atender o Gabinete do P.G.J	33.90.30	R\$ 3.552,78	R\$ 355,27
5	Aquisição de Rolo de Papel Filme, destinado a embrulhos dos correios.	33.90.30	R\$ 1960,19	***
6	Aquisição de Materiais de Higienização – Combate ao Coronavírus	33.90.30	R\$ 20.329,50	2.032,95
Total			R\$ 91.842,47	R\$ 8.988,22

Fonte: Área de Almojarifado / Departamento Administrativo.

RELATÓRIO DE GESTÃO

A Área de Almoarifado passou por um período de transição física e consequentemente se reorganizou quanto à logística de entrega para atender às requisições de materiais das unidades administrativas, promotorias de Justiça e procuradorias de Justiça da PGJ.

Os pedidos de materiais solicitados na Procuradoria-Geral de Justiça são realizados de forma online, via intranet, através do sítio eletrônico: <https://athenas.mpto.mp.br/athenas/>. Após solicitação dos itens, estes são separados e entregues nas salas pelos servidores da Área de Almoarifado. Essa nova metodologia de entrega de mercadorias é executada às segundas e quartas-feiras. Este procedimento tornou desnecessário o deslocamento dos integrantes da Instituição até a Área de Almoarifado para retirar objetos, fato que gerou maior comodidade e conforto aos usuários.

Passando a tratar dos gastos com materiais de consumo, elencamos as principais despesas relacionadas pela Área de Almoarifado, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.4.8.i – Comparativo Despesa com Materiais de Consumo 2016–2020, em (R\$).

Item	Descrição	Ano, em (R\$)				
		2016	2017	2018	2019	2020
1	Ferramentas	15.785,85	1.884,27	1.497,65	21.977,90	5.060,92
2	Gêneros Alimentícios	23.215,00	46.284,97	51.644,73	50.186,05	5.235,00
3	Material p/ Manutenção de Bens Imóveis	52.320,74	12.490,00	57.962,89	94.542,52	46.483,27
4	Material p/ Comunicações	3.865,00	5.165,00	9.495,50	120.770,30	10.805,00
5	Material Elétrico e Eletrônico	44.956,07	18.191,80	64.010,38	87.750,41	36.088,14
6	Material de ar condicionado e embalagem	19.982,76	32.038,00	1.166,00	5.820,97	8.736,03
7	Materiais de Expediente e Ensino	100.707,68	133.990,36	53.045,62	63.745,92	48.534,28
8	Material de Tecnologia da	14.656,35	27.777,52	312.255,14	271.629,08	10.805,00

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.8.i – Comparativo Despesa com Materiais de Consumo 2016–2020, em (R\$).

Item	Descrição	Ano, em (R\$)				
		2016	2017	2018	2019	2020
	Informação					
9	Material de Copa e Cozinha	30.986,90	37.031,70	33.828,95	38.709,55	17.362,80
10	Material de Limpeza e Produtos de Higienização	61.361,08	1.980,08	2.522,91	26.412,80	15.762,45
11	Material de Proteção e Segurança	0,00	0,00	0,00	13.695,98	27.241,72
11	Material de Sinalização Visual e Outros	35.206,32	41.136,01	13.834,55	27.072,60	48.983,07
12	Material p/ Festividades e Homenagens	0,00	0,00	0,00	15.070,64	67.623,10

Fonte: Sistema Siafe-TO, Área de Almoxarifado / Departamento Administrativo

Vale frisar que o projeto de Implantação e estruturação do novo sistema de controle de almoxarifado, aprovado em 2018, com o objetivo de reduzir tempo e movimentação da logística interna, com possível economicidade ao órgão, está inconcluso, haja vista que o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, principal parceiro, não cedeu o software ao MPTO, inviabilizando a conclusão do projeto.

Desta forma, o sistema utilizado atualmente no almoxarifado deste Parquet está defasado e não é atualizado desde 2007, ocasionando intercorrências no controle de entradas e saídas de mercadorias, estatísticas de consumo e prevenção de prejuízos.

No decorrer de 2020, o projeto de implantação e criação de um novo sistema de controle de almoxarifado foi apresentado e aprovado pela CPGE, devendo ser executado em 2021, por meio do concurso Hackfest.

Área de Compras

A Área de Compras do MPTO é responsável por autuar e aferir os preços de todas as aquisições feitas no Órgão, por meio de cotações do mercado e de atas e contratos de

RELATÓRIO DE GESTÃO

outros órgãos públicos, sempre buscando atender assim aos princípios da eficiência e da economicidade (Art 37, caput da CF/88), e também dever de balizar as compras em preços praticados pela Administração Pública (arts. 15,V e 6º, XI da Lei 8.666/93), evitando distorções da realidade dos valores praticados para realização das contratações do MPTO.

Assim, a área recebe as solicitações de compra ou contratação autorizadas pelo gestor, dando-lhes o devido andamento até a fase de solicitação de reserva orçamentária.

Cabe, ainda, instruir os processos de compra e/ou contratação, seja por procedimento licitatório ou compra direta através de dispensa ou inexigibilidade de licitação, até a fase de solicitação de reserva orçamentária, observando os atos normativos internos e a legislação.

Outra função é realizar pesquisa de mercado para levantamento de estimativa de preços para as aquisições de bens, materiais e para a contratação de serviços. Elabora, quando necessário, a justificativa nos processos de compra direta, indicando a possível via de aquisição para posterior análise jurídica e autorização superior, observada a legislação pertinente.

Organiza e mantém atualizado o cadastro de fornecedores de materiais e serviços.

A seguir, apresentamos as demandas requisitadas à Área de Compras, em 2019/2020.

Tabela 5.4.8.j – Demandas por assunto, em 2020

Item	Demandas de Serviços/Produtos	Ano, em (unid.)			
		2019		2020	
		Recebidas	Atendidas	Recebidas	Atendidas
1	Dispensas de licitação	124	124	95	92
2	Licitação	67	67	60	49
3	Inexigibilidades	14	14	5	4

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tabela 5.4.8.j – Demandas por assunto, em 2020

Item	Demandas de Serviços/Produtos	Ano, em (unid.)			
		27	27	24	23
5	Troca de marca de modelo	19	19	15	15
Total		251	251	199	183

Fonte: Área de Compras

No decorrer de 2020 a Área de Compras instruiu 143 processos de aquisição/renovação/troca de marca/modelo – seja por dispensa, licitação ou inexigibilidade.

Outra atividade importante da área é a realização de pesquisa de preços, que consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para confronto e exame de propostas em licitação.

Neste sentido, este ano iniciamos a utilização do Banco de Preços, que possui em sua plataforma contato de milhares fornecedores no âmbito nacional. É indispensável ter-se um banco de fornecedores atualizados, considerando que, em média, para cada processo recebido são contactadas no mínimo 5 empresas para conseguir cotações ($5 \times 143 = 715$). Desta maneira, em 2020, a Área de Compras teve acesso à proposta de preços de 715 fornecedores.

Foram, ainda, gerados 384 documentos internos e anexados 2.270 documentos externos nos processos instruídos pela Área de Compras.

Vale destacar que a pandemia causada pela Covid-19 mudou a forma como as empresas se relacionam com seus fornecedores, clientes e colaboradores. A cadeia de suprimentos viu a queda do consumo de muitos produtos e o aumento de outros; essa mudança radical e também repentina impactou profundamente nas respostas das empresas quanto aos orçamentos de pesquisas de preços.

Portanto, apesar de ter havido uma diminuição geral de solicitações no ano, três fatores impactaram para que a resposta das pesquisas não se alterasse:

RELATÓRIO DE GESTÃO

- 1) Desconfiança dos fornecedores quanto à instabilidade da economia;
- 2) O trabalho em home office dificulta o desempenho do trabalho com a mesma eficiência por conta da diferença de estrutura do ambiente de trabalho e do ambiente de casa; e
- 3) Falta de um Plano de Compras, cuja ausência faz com que haja períodos em que se verifica um grande número de solicitações chegando em um pouco espaço de tempo, o que sobrecarrega o trabalho de pesquisas de preços.

Observando a tabela comparativa abaixo, nota-se que a resposta do período médio de dias que cada processo permaneceu na área praticamente não mudou e ainda ficou longe da meta estabelecida para 2020.

Área de Suporte de Serviços Administrativos

A Área de Suporte de Serviços Administrativos é responsável pela garantia da prestação de serviços, tais como o fornecimento água e energia elétrica, bem como por proporcionar a locação de imóveis para atender às comarcas em locais que não dispõem de sede própria. É responsável, também, pelos serviços de telefonia fixa e móvel, fornecimento de carimbos e serviço de reprografia desta PGJ. Assim, tem como missão garantir a excelência na prestação dos serviços contratados, zelando pela aplicação dos recursos públicos, tendo como base os princípios da eficiência e economicidade.

Frisamos que, no decorrer do exercício, conseguimos dar prosseguimento aos trabalhos da área, buscando o melhor uso de tempo e melhor aproveitamento dos recursos destinados a esta área para a execução dos trabalhos. Assim, é possível realizar melhorias nos imóveis locados para abrigar as promotorias de Justiça distribuídas no interior do estado do Tocantins.

Neste sentido, foram realizadas 02 (duas) mudanças de imóveis, nos municípios de Formoso do Araguaia e Novo Acordo, visando oferecer uma melhor qualidade de trabalho nas Promotorias de Justiça, visto que os antigos imóveis possuíam estrutura inadequada para atendimento da população que procura o Ministério Público nessas localidades.

Ainda em relação à administração de imóveis locados, apresentamos proposta para elaboração de aditivo ao contrato de locação do imóvel de Wanderlândia, visando promover melhorias no imóvel, sendo a proposta aceita pela instituição. O locador se dispôs a realizar adequações no imóvel locado, objetivando ter uma estrutura adequada à promotoria de Justiça.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Portanto, mediante contato com os locadores de imóveis das promotorias de Justiça de Itacajá, Xambioá e Cristalândia, foi possível a realização de pintura e adequações nos imóveis locados desses municípios.

Tendo como objetivo proporcionar um melhor atendimento às comarcas durante os plantões, sob orientação da Diretoria-Geral desta instituição, solicitamos a realização de procedimento licitatório para contratação de empresa prestadora do serviço de telefonia móvel para atender todas as comarcas com linha telefônica móvel e pacote de dados, e, ainda, com aparelhos celulares em regime de comodato.

Com o intuito de dar andamento ao projeto de Regularização das Sedes Próprias desta Procuradoria-Geral de Justiça, foram solicitadas vistorias de imóveis ao corpo de bombeiros. Com esta iniciativa, conseguimos as certidões de regularidade de 10 (dez) imóveis, restando outros para serem regularizados, sendo que 03 (três) imóveis necessitam de formação de brigada de incêndio, 01(um) aguarda a visita dos bombeiros para realizar a vistoria e 03 (três) imóveis estão com pendências de responsabilidade da Área de Manutenção, Serviços Gerais e Segurança Predial e da Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia. Há uma previsão, para o primeiro bimestre de 2020, de que todos os imóveis estejam com as certidões regulares.